

# **Caderno de Questões**

**MP RJ**  
**290 Questões**



**Pensar  
Concursos®**

## Português

### **Questão 1:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/Auxiliar em Saúde Bucal/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Violência: O Valor da vida

Kalina Vanderlei Silva / Maciel Henrique Silva, Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2006, p. 412

A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas. Em geral, ao nos referirmos à violência, estamos falando da agressão física. Mas violência é uma categoria com amplos significados. Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro. Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta, porque, para sobreviver em ambientes hostis, o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal. Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se **complexificaria**. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens e valores exclusivos e negados à maioria da população de uma sociedade. Tal desigualdade aparece em condições históricas específicas, constituindo-se em um tipo de violência fundamental para a constituição de civilizações.

A forma verbal "complexificaria" aparece sublinhada de vermelho no corretor de texto, o que mostra que não é uma palavra dicionarizada; isso significa que essa palavra:

- a) não deve ser usada;
- b) mostra erros em sua estrutura;
- c) deve ser um arcaísmo;
- d) pode tratar-se de um neologismo;
- e) representa uma variação coloquial de linguagem.

### **Questão 2:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/"Sem Área"/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Violência: O Valor da vida

Kalina Vanderlei Silva / Maciel Henrique Silva, Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2006, p. 412

A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas. Em geral, ao nos referirmos à violência, estamos falando da agressão física. Mas

violência é uma categoria com amplos significados. Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro. Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta, porque, para sobreviver em ambientes hostis, o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal. Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens e valores exclusivos e negados à maioria da população de uma sociedade. Tal desigualdade aparece em condições históricas específicas, constituindo-se em um tipo de violência fundamental para a constituição de civilizações.

A palavra abaixo que NÃO segue o mesmo processo de formação que as demais é:

- a) agressão;
- b) imposição;
- c) repressão;
- d) familiar;
- e) desgaste.

**Questão 3:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

### **TEXTO -**

#### **Ressentimento e Covardia**

Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

*(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)*

A palavra do texto que **NÃO** segue o mesmo processo de formação que as demais é:

- a) ressentimento;
- b) covardia;
- c) legislação;
- d) importante;
- e) veículo.

**Questão 4:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

### TEXTO -

#### Ressentimento e Covardia

Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

*(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)*

O item abaixo em que os dois vocábulos citados **NÃO** fazem parte da mesma família de palavras é:

- a) falir / falência;
- b) provir / provisão;
- c) deter / detenção;
- d) dispensar / dispensa;
- e) fugir / fuga.

**Questão 5:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

Um ex-governador do estado do Amazonas disse o seguinte:

“Defenda a ecologia, mas não encha o saco”.

*(Gilberto Mestrinho)*

O vocábulo sublinhado, composto do radical-logia (“estudo”), se refere aos estudos de defesa do meio ambiente; o vocábulo abaixo, com esse mesmo radical, que tem seu significado **corretamente** indicado é:

- a) Antropologia: estudo do homem como representante do sexo masculino;
- b) Etimologia: estudo das raças humanas;
- c) Meteorologia: estudo dos impactos de meteoros sobre a Terra;
- d) Ginecologia: estudo das doenças privativas das mulheres;
- e) Fisiologia: estudo das forças atuantes na natureza.

**Questão 6:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

**Texto 2:**

Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente. Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica. Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida.

Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples: a faculdade das pessoas de agir de maneira sensata, prudente ou correta. Sendo assim, a primeira pergunta que vem à mente é: a inteligência não nos dá a capacidade de nos movimentarmos no nosso dia a dia da mesma maneira? Um QI médio ou alto não nos garante a capacidade de tomar decisões acertadas?

É claro que sim. Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances. Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas. Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros.

**Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de**

ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional.

“A verdadeira sabedoria está em reconhecer a própria ignorância.” Sócrates.

*Disponível em <https://amentemaravilhosa.com.br/inteligencia-e-sabedoria/>*

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

Nesse segmento do texto 2, a palavra formada por processo de formação originalmente diferente dos demais é:

- a) sabedoria;
- b) realmente;
- c) desenvolver;
- d) excepcional;
- e) personalidade.

**Questão 7:** FGV - Ass Leg (ALERO)/ALERO/"Sem Especialidade"/2018

O casamento foi a maneira que a humanidade encontrou de propagar a espécie sem causar falatório na vizinhança. As tradições matrimoniais se transformaram através dos tempos e variam de cultura para cultura. Em certas sociedades primitivas o tempo gasto nas preliminares do casamento – corte, namoro, noivado etc. – era abreviado. O macho escolhia uma fêmea, batia com um tacape na sua cabeça e a arrastava para a sua caverna. Com o passar do tempo este método foi sendo abandonado, por pressão dos buffets, das lojas de presente e das mulheres, que não admitiam um período pré-conjugal tão curto. O homem precisava aproximar-se dela, cheirar seus cabelos, grunhir no seu ouvido, morder a sua orelha e só então, quando ela estivesse distraída, bater com o tacape na sua cabeça e arrastá-la para a caverna. (fragmento)

*VERÍSSIMO, Luís Fernando, Comédias da Vida Privada. Ed. LPM. 1994.*

Na palavra “falatório”, o sufixo -ório tem o mesmo valor semântico no seguinte vocábulo:

- a) auditório.
- b) promontório.
- c) laboratório.
- d) relatório.
- e) palavrório.

**Questão 8:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

A frase abaixo em que o emprego do artigo mostra inadequação é:

- a) Todas as coisas que hoje se creem antiquíssimas já foram novas;

- b) Cuidado com todas as coisas que requeiram roupas novas;
- c) Todos os bons pensamentos estão presentes no mundo, só falta aplicá-los;
- d) Em toda a separação existe uma imagem da morte;
- e) Alegria de amor dura apenas um instante, mas sofrimento de amor dura toda a vida.

**Questão 9:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

“Se no Brasil a ética chegou a esse ponto, imagine a etiqueta, que é a pequena ética”. A autora da frase, Danuza Leão, se refere à forma (etiqueta.) que perdeu o valor diminutivo e passou a designar uma outra realidade.

A frase abaixo em que o vocábulo sublinhado conservou o valor diminutivo é:

- a) Ao ser perguntado sobre em que dia da semana estava, teve que consultar a folhinha na parede da sala;
- b) Saía sempre às sextas para tomar uma cervejinha com os amigos;
- c) A propaganda aconselhava o uso de camisinha;
- d) Alguns espectadores visitam os atores no camarim;
- e) Após a chuva, havia gotículas de água no vidro dos carros.

**Questão 10:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Taquigrafia/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Prioridade à cultura

Chico D'Ángelo, O Globo, 22/11/2017 (adaptado)

A resistência ao desmonte da cultura em cenário de crises graves não se dá por acaso. Mesmo num contexto em que o governo trabalhe pela extinção de uma série de políticas e pilares que sustentam a cultura brasileira, os atos em defesa desta são vistos com desdém. É muito comum que, em situações diversas, generalize-se a opinião de que políticas públicas para a cultura não devem ser prioritárias. Combater essa generalização equivocada é urgente.

O Brasil precisa ampliar as discussões sobre a cultura, em vez de abandoná-las. A desidratação frequente que a gestão pública do setor vem sofrendo inibe a consolidação de mecanismos de mapeamento contínuo da economia da cultura, capazes de garantir o acesso da população aos bens culturais.

No texto aparecem pares de palavras formados por substantivo + adjetivo ou adjetivo + substantivo; o par em que a troca de posição dessas palavras NÃO deve ser feita por tratar-se de um adjetivo de relação é:

- a) desidratação frequente;
- b) generalização equivocada;

- c) mapeamento contínuo;
- d) cultura brasileira;
- e) crises graves.

**Questão 11:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Na escrita, pode-se optar frequentemente entre uma construção de substantivo + locução adjetiva ou substantivo + adjetivo (esportes da água = esportes aquáticos).

O termo abaixo sublinhado que **NÃO** pode ser substituído por um adjetivo é:

- a) A indústria causou a poluição do rio;
- b) As águas do rio ficaram poluídas;
- c) As margens do rio estão cheias de lama;
- d) Os turistas se encantam com a imagem do rio;
- e) Os peixes do rio são bem saborosos.

**Questão 12:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

A frase que **NÃO** apresenta qualquer forma de superlativação de um adjetivo é:

- a) Sou extraordinariamente paciente desde que as coisas sejam feitas do meu jeito;
- b) A lealdade a um partido reduz o maior dos homens ao nível mesquinho das massas;
- c) O ouro é um metal amarelo ultra-apreciado;
- d) Uma besteira menor, consciente, pode impedir uma besteira grande pra cachorro, inconsciente;
- e) Veja o meu caso: saí do nada e cheguei à extrema pobreza.

**Questão 13:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

O adjetivo ilimitado corresponde à locução "sem limites"; a locução com igual estrutura que **NÃO** corresponde ao adjetivo abaixo destacado é:

- a) Os turistas ficaram inertes durante a ação policial / sem ação;
- b) O turista incauto ficou assustado com a ação policial / sem cautela;
- c) O vocalista da banda saiu ileso do acidente / sem ferimento;
- d) O presidente da Coreia passou incógnito pela França / sem ser percebido;
- e) O novo livro do autor estava ainda inédito / sem editor.

**Questão 14:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

TEXTO.

**NÃO FALTOU SÓ ESPINAFRE**

A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos. Mostrou também danos morais.

Aconteceu num mercadinho de bairro em São Paulo. A dona, diligente, havia conseguido algumas verduras e avisou à clientela. Formaram-se uma pequena fila e uma grande discussão. Uma senhora havia arrematado todos os dez maços de espinafre. No caixa, outras freguesas perguntaram se ela tinha restaurante. Não tinha. Observaram que a verdura acabaria estragada. Ela explicou que ia cozinhar e congelar. Então, foram ao ponto: caramba, havia outras pessoas na fila, ela não poderia levar só o que consumiria de imediato?

"*Não, estou pagando e cheguei primeiro*", foi a resposta.

Compras exageradas nos supermercados, estoques domésticos, filas nervosas nos postos de combustível – teve muito comportamento na base de cada um por si.

Cabem nessa categoria as greves e manifestações oportunistas. Governo, cedendo, também vou buscar o meu – tal foi o comportamento de muita gente.

*Carlos A. Sardenberg, in O Globo, 31/05/2018.*

"A dona, diligente, havia conseguido algumas verduras."

A forma verbal sublinhada poderia ser adequadamente substituída por duas outras formas, que são

- a) conseguira / tinha conseguido.
- b) conseguira / conseguiu.
- c) tinha conseguido / conseguiu.
- d) conseguia / conseguira.
- e) conseguiria / conseguiu.

**Questão 15:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

### **Uma carta e o Natal**

Este será o primeiro Natal que enfrentaremos, pródigos e lúcidos. Até o ano passado conseguimos manter o mistério — e eu amava o brilho de teus olhos quando, manhã ainda, vinhas cambaleando de sono em busca da árvore que durante a noite brotara embrulhos e coisas. Havia um rito complicado e que começava na véspera, quando eu te mostrava a estrela de onde Papai Noel viria, com seu trenó e suas renas, abarrotado de brinquedos e presentes.

Tu ias dormir e eu velava para que dormisses bem e profundamente. Tua irmã, embora menor, creio que ela me embromava: na realidade, ela já devia pressentir que Papai Noel era um mito que nós fazíamos força para manter em nós mesmos. Ela não fazia força para isso, e desde que a árvore amanhecesse florida de pacotes e coisas, tudo dava na mesma. Contigo era diferente. Tu realmente acreditavas em mim e em Papai Noel.

Na escola te corromperam. Disseram que Papai Noel era eu — e eu nem posso repelir a infâmia e o falso testemunho. De qualquer forma, pediste um acordeão e uma caneta — e fomos juntos, de mãos dadas, escolher o acordeão.

O acordeão veio logo, e hoje, quando o encontrar na árvore, já vai saber o preço, o prazo da garantia, o fabricante. Não será o mágico brinquedo de outros Natais.

Quanto à caneta, também a compramos juntos. Escolheste a cor e o modelo, e abasteceste de tinta, para "já estar pronta" no dia de Natal. Sim, a caneta estava pronta. Arrumamos juntos os presentes em volta da árvore. Foste dormir, eu quedei sozinho e desesperado.

E apanhei a caneta. Escrevi isto. Não sei, ainda, se deixarei esta carta junto com os demais brinquedos. Porque nisso tudo o mais roubado fui eu. Meu Natal acabou e é triste a gente não poder mais dar água a um velhinho cansado das chaminés e tetos do mundo.

*Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 31/12/2017.*

"... que durante a noite brotara embrulhos e coisas".

A forma verbal "brotara" pode ser adequadamente substituída por

- a) brotou.
- b) brotava.
- c) vinha brotando.
- d) havia brotado.
- e) eram brotados.

**Questão 16:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

"Saiba identificar notícias que possam ser falsas".

Sobre as formas verbais desse segmento que serve de título para o texto da questão anterior, é **correto** afirmar que:

- a) a forma do imperativo "saiba" indica ordem;
- b) a forma "saiba identificar" indica a existência de duas orações;
- c) a forma "possam ser" indica a existência de duas orações;
- d) as formas "identificar" e "ser" mostram modos diferentes;
- e) a forma do subjuntivo "possam" indica um fato possível.

**Questão 17:** FGV - Ass Leg (ALERO)/ALERO/"Sem Especialidade"/2018

O casamento foi a maneira que a humanidade encontrou de propagar a espécie sem causar falatório na vizinhança. As tradições matrimoniais se transformaram através dos tempos e variam de cultura para cultura. Em certas sociedades primitivas o tempo gasto nas preliminares do casamento – corte, namoro, noivado etc. – era abreviado. O macho escolhia uma fêmea, batia com um tacape na sua cabeça e a arrastava para a sua caverna. Com o passar do tempo este método foi sendo abandonado, por pressão dos buffets, das lojas de

presente e das mulheres, que não admitiam um período pré-conjugal tão curto. O homem precisava aproximar-se dela, cheirar seus cabelos, grunhir no seu ouvido, morder a sua orelha e só então, quando ela estivesse distraída, bater com o tacape na sua cabeça e arrastá-la para a caverna. (fragmento)

**VERÍSSIMO**, Luís Fernando, *Comédias da Vida Privada*. Ed. LPM. 1994.

“O casamento foi a maneira que a humanidade encontrou de propagar a espécie sem causar falatório na vizinhança.”

Assinale a opção em que a oração reduzida sublinhada está corretamente desenvolvida.

- a) “sem que cause falatório na vizinhança.”
- b) “sem que seja causado falatório na vizinhança.”
- c) “sem que causasse falatório na vizinhança.”
- d) “sem que tivesse causado falatório na vizinhança.”
- e) “sem causar-se falatório na vizinhança.”

**Questão 18:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Redação e Revisão/2018

“Toda vez que pinto um retrato perco um amigo.”

As formas verbais sublinhadas mostram perfeita concordância de tempos; as formas verbais a seguir que mostram **inadequação** são:

- a) pintava / perdia.
- b) pinte / tenho perdido.
- c) tivesse pintado / teria perdido.
- d) pintasse / perderia.
- e) pintara / tinha perdido.

**Questão 19:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Redação e Revisão/2018

Assinale a frase cujas formas verbais mostram correspondência adequada de tempos.

- a) “Nenhuma moralidade pode fundar-se na autoridade, mesmo que a autoridade fosse divina.”
- b) “Se os teus princípios morais te deixam triste, podes estar certo de que estivessem errados.”
- c) “O modo mais seguro de prevenir as revoltas é que eliminássemos sua matéria.”
- d) “ ‘Foi o cargo que permitiu que se conheça o homem.’ ”
- e) “Tenho a impressão de que a exclamação ‘A pátria corre perigo’ não seja tão terrível quanto ‘A cultura corre perigo!’”

**Questão 20:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

### Uma carta e o Natal

Este será o primeiro Natal que enfrentaremos, pródigos e lúcidos. Até o ano passado conseguimos manter o mistério — e eu amava o brilho de teus olhos quando, manhã ainda, vinhas cambaleando de sono em busca da árvore que durante a noite brotara embrulhos e coisas. Havia um rito complicado e que começava na véspera, quando eu te mostrava a estrela de onde Papai Noel viria, com seu trenó e suas renas, abarrotado de brinquedos e presentes.

Tu ias dormir e eu velava para que dormisses bem e profundamente. Tua irmã, embora menor, creio que ela me embromava: na realidade, ela já devia pressentir que Papai Noel era um mito que nós fazíamos força para manter em nós mesmos. Ela não fazia força para isso, e desde que a árvore amanhecesse florida de pacotes e coisas, tudo dava na mesma. Contigo era diferente. Tu realmente acreditavas em mim e em Papai Noel.

Na escola te corromperam. Disseram que Papai Noel era eu — e eu nem posso repelir a infâmia e o falso testemunho. De qualquer forma, pediste um acordeão e uma caneta — e fomos juntos, de mãos dadas, escolher o acordeão.

O acordeão veio logo, e hoje, quando o encontrar na árvore, já vai saber o preço, o prazo da garantia, o fabricante. Não será o mágico brinquedo de outros Natais.

Quanto à caneta, também a compramos juntos. Escolheste a cor e o modelo, e abasteceste de tinta, para "já estar pronta" no dia de Natal. Sim, a caneta estava pronta. Arrumamos juntos os presentes em volta da árvore. Foste dormir, eu quedei sozinho e desesperado.

E apanhei a caneta. Escrevi isto. Não sei, ainda, se deixarei esta carta junto com os demais brinquedos. Porque nisso tudo o mais roubado fui eu. Meu Natal acabou e é triste a gente não poder mais dar água a um velhinho cansado das chaminés e tetos do mundo.

*Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 31/12/2017.*

"... ela já devia pressentir que Papai Noel era um mito que nós fazíamos força para manter em nós mesmos."

Se trocássemos a forma da oração reduzida sublinhada por uma oração desenvolvida, a forma adequada seria:

- a) para que mantivéssemos em nós mesmos.
- b) para a manutenção em nós mesmos.
- c) para que mantenhamos em nós mesmos.
- d) para que seja mantido em nós mesmos.
- e) para mantermos em nós mesmos.

**Questão 21:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/"Sem Área"/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Violência: O Valor da vida

Kalina Vanderlei Silva / Maciel Henrique Silva, Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2006, p. 412

A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas. Em geral, ao nos referirmos à violência, estamos falando da agressão física. Mas violência é uma categoria com amplos significados. Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro. Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta, porque, para sobreviver em ambientes hostis, o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal. Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens e valores exclusivos e negados à maioria da população de uma sociedade. Tal desigualdade aparece em condições históricas específicas, constituindo-se em um tipo de violência fundamental para a constituição de civilizações.

“Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro”.

A forma do verbo “impor” que está INCORRETA é:

- a) impunha;
- b) impusesse;
- c) imponha;
- d) impuser;
- e) impora.

**Questão 22:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Taquigrafia/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Cada um por si

Paula Ferreira, O Globo, 22/11/2017 (adaptado)

Ouvir a opinião do outro, trabalhar em equipe e compartilhar conhecimento são habilidades desejadas não só no mercado de trabalho, mas no exercício da cidadania e nas relações interpessoais. Mas valores como este não são bem desenvolvidos nas escolas do Brasil, indica um relatório divulgado ontem com dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Os estudantes brasileiros estão entre os piores, em meio a 52 países ou economias com dados disponíveis, em resolver problemas de maneira colaborativa. De acordo com especialistas, há razões claras para essa posição. Por um lado, o foco em

avaliações de larga escala afetou o que é prioridade nas escolas do país. Por outro, o modelo de acesso ao nível superior e a infinidade de provas desestimulam estudantes a trabalhar coletivamente.

- Os países com bom desempenho nessa habilidade têm estruturas de aula que promovem maior interação durante o aprendizado das disciplinas comuns. Aulas nas quais há incentivo para a colaboração entre pares têm impactos positivos sobre essa competência – afirmou um dos diretores da Instituição, acrescentando ainda que o Brasil precisa melhorar em áreas essenciais.

“Os países com bom desempenho nessa habilidade têm estruturas de aula...”; a frase abaixo que mostra uma forma verbal INADEQUADA de um verbo composto de “ter” é:

- a) ela não se atinha ao tema indicado;
- b) elas se entreteram com o filhote do animal;
- c) espero que eles não detenham a sua revolta;
- d) pensou em retê-lo após a conferência;
- e) esperava que ela se contivesse diante dele.

**Questão 23:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Taquigrafia/2018

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Texto 1

A produção do conhecimento,  
Flávio de Campos

Estudar é semelhante ao trabalho de um detetive que investiga um determinado assunto. O bom detetive é aquele que considera o maior número de hipóteses e escolhe aquelas que julgar mais convincentes. Para fazer isso, ao contrário do que se pode pensar, é importante ter dúvidas. Todos têm dúvidas. Do mais importante cientista ao mais humilde trabalhador.

O que faz um trabalho de investigação ser bom é a capacidade de organizar essas dúvidas e tentar solucionar o maior número delas. Em qualquer área profissional, há sempre questões em aberto, onde as reflexões e as investigações ainda não obtiveram respostas conclusivas. A pesquisa dá respostas sempre provisórias. Sempre é possível ampliar e reformular essas respostas obtidas anteriormente.

Texto 2

Cada um por si  
Paula Ferreira, O Globo, 22/11/2017 (adaptado)

Ouvir a opinião do outro, trabalhar em equipe e compartilhar conhecimento são habilidades desejadas não só no mercado de trabalho, mas no exercício da cidadania e nas relações interpessoais. Mas valores como este não são bem desenvolvidos nas escolas do Brasil, indica um relatório divulgado ontem com dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Os estudantes brasileiros estão entre os piores, em meio a 52 países ou economias com dados disponíveis, em resolver problemas de maneira colaborativa. De acordo com especialistas, há razões claras para essa posição. Por um lado, o foco em avaliações de larga escala afetou o que é prioridade nas escolas do país. Por outro, o modelo

de acesso ao nível superior e a infinidade de provas desestimulam estudantes a trabalhar coletivamente.

- Os países com bom desempenho nessa habilidade têm estruturas de aula que promovem maior interação durante o aprendizado das disciplinas comuns. Aulas nas quais há incentivo para a colaboração entre pares têm impactos positivos sobre essa competência – afirmou um dos diretores da Instituição, acrescentando ainda que o Brasil precisa melhorar em áreas essenciais.

A forma sublinhada que NÃO funciona como verbo, como as demais é:

- a) "Ouvir a opinião do outro"; (texto 2)
- b) "trabalhar em equipe"; (texto 2)
- c) "Estudar é semelhante ao trabalho de um detetive"; (texto 1)
- d) "...em resolver problemas de maneira colaborativa"; (texto 2)
- e) "...escolhe aquelas que julgar mais convincentes". (texto 1)

**Questão 24:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

**TEXTO – Sem tolerância com o preconceito**

Diante do número de casos de preconceito explícito e agressões, somos levados ao questionamento se nossa sociedade corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante. Ou, quem sabe, intolerantemente irracional. Intolerância é a palavra do momento. Da religião à orientação sexual, da cor da pele às convicções políticas.

O tamanho desse problema rompeu fronteiras e torna-se uma praga mundial. Líderes políticos, em conluio com líderes religiosos, ignoram os conceitos de moral, ética, direitos, deveres e justiça. As redes sociais assumiram um papel cruel nesse sistema. Se deveriam servir para mostrar indignação, mostram, muitas vezes, um preconceito medieval.

No campo da religiosidade, o fanatismo se mostra cada dia mais presente no Rio de Janeiro. No último ano, foram registradas dezenas de casos de intolerância religiosa por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Um número ainda subnotificado, pois, muitas ocorrências que deveriam ser registradas como "intolerância religiosa" são consideradas brigas de vizinhos.

A subnotificação desses casos é um dos maiores entraves na luta contra a intolerância religiosa. O registro incorreto e a descrença de grande parte da população na punição a esse tipo de crime colaboram para maquiagem o retrato dos ataques promovidos pelo fanatismo religioso em nossa sociedade. A perseguição às minorias religiosas está cada vez mais organizada com braços políticos e até de milícias armadas como o tráfico de drogas.

No último ano recebemos denúncias de ataques contra religiões de matriz africana praticados pelo tráfico de drogas, que não só destruíam terreiros, como também proibiam a realização de cultos em determinada região, segundo o desejo do chefe da facção local.

Não podemos regredir a um estado confessional. A luta de agora pela liberdade religiosa é um dever de todos para garantir o cumprimento da Constituição Federal. Quando uma

pessoa de fé é humilhada, agredida ou discriminada devido à sua crença, ela tem seus direitos humanos e constitucionais violados. Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa, mas, muito mais do que sermos tolerantes, precisamos aprender a respeitar a individualidade e as crenças de cada um.

**Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser.** Numa sociedade onde o preconceito se mostra cada dia mais presente, a única saída é a incorporação da cultura do respeito. Preconceito não se tolera, se combate.

*Átila Alexandre Nunes, O Globo, 23/01/2018 (adaptado)*

“Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser”.

A forma verbal “deveríamos ser” forma uma locução verbal como os vocábulos abaixo:

- a) queremos ser;
- b) mandamos ser;
- c) deixemos ser;
- d) vimos ser;
- e) ouvimos ser.

**Questão 25:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

**TEXTO -**

### **Ressentimento e Covardia**

**Tenho comentado aqui na Folha** em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

*(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)*

“Tenho comentado aqui na Folha”; o tempo verbal destacado nesse segmento inicial do texto indica uma ação que:

- a) se iniciou e terminou no passado;
- b) mostra início indeterminado e continuidade no presente;
- c) indica repetição sem determinação de tempo;
- d) se iniciou no passado e termina no presente;
- e) se localiza antes de outra ação também passada.

**Questão 26:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

### TEXTO -

#### Ressentimento e Covardia

Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. **E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.**

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

*(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)*

*"E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório".*

O verbo falsear apresenta como forma errada de conjugação:

- a) falseiamos;
- b) falseias;
- c) falseemos;
- d) falseie;
- e) falseiam.

**Questão 27:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

**TEXTO -**

**Ressentimento e Covardia**

Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados **que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso**. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

*(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)*

“... que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso”.

Nesse segmento do texto, a locução “podem ser” forma uma só oração por tratar-se de uma locução não verbal; a forma abaixo que constitui duas orações por **NÃO** se tratar de locução verbal é:

- a) querem ser;
- b) devem ser;

- c) gostam de ser;
- d) vão ser;
- e) fazem ser.

**Questão 28:** FGV - AMCI (CGM Niterói)/Pref Niterói/Auditoria Governamental/2018

Texto 1 – **Dados Primários**

Há cerca de 15 anos, um grupo de pesquisadores do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.) preparava um estudo sobre indicadores de sustentabilidade da cidade de Belém e **precisava saber quantos metros quadrados de praças e áreas verdes havia em cada bairro da região metropolitana**. Durante três meses, os pesquisadores buscaram o dado junto a órgãos públicos. Protocolo para cá, ofício para lá, o máximo que conseguiram foi uma estimativa de que existiam “umas cem praças”. Beto Veríssimo, líder de estudo, reuniu a equipe e propôs; vamos medir nós mesmos. Armados de GPS, trena e suor, em dois meses mapearam quase duas mil praças e áreas verdes na capital paraense.

Lembrei-me desse episódio ao participar do debate recente sobre os dados de cobertura e uso da terra no Brasil.

Em artigo recente no “Valor Econômico”, o autor conclui, após, segundo ele, cruzar várias fontes de dados, que entre 1990 e 2016 a área ocupada pela atividade agropecuária no Brasil teria sido reduzida em 4,2 milhões de hectares, a despeito de 38 milhões de hectares terem sido desmatados no mesmo período. Afirma que a regeneração da mata nativa teria alcançado 50 milhões de hectares no período e que, portanto, para cada hectare desmatado, 1,3 hectare era recuperado. A expansão da produção agropecuária teria se dado, então, exclusivamente pelos extraordinários ganhos de produtividade.

O incauto, ao ler tal informação, poderia concluir que a área das matas brasileiras teria aumentado nas últimas décadas, e a agropecuária reduzido a área ocupada. Portanto, a expansão da agropecuária não teria causado desmatamento e degradação. Ou seja, tudo ótimo, nada a mudar, basta seguirmos no rumo em que estamos.

Nestas horas, é importante voltar às fontes de dados primários sólidas e abrangentes no tempo e no espaço.

Existem atualmente três iniciativas de mapeamento de cobertura e uso da terra no Brasil. [...] Ainda que todos possam ser melhorados e, embora tenham diferenças de abordagem metodológica, legenda e resolução, os dados gerados por esses três projetos indicam de forma inequívoca:

- o Brasil perdeu cobertura florestal e vegetação nativa durante todos os períodos analisados;
- a área ocupada pela atividade agropecuária cresceu em todos os períodos;
- houve regeneração em larga escala no Brasil, mas ela ainda representa menos de um terço das áreas desmatadas;
- mais de 90% das áreas desmatadas se convertem em agropecuária.

Esta é a realidade nua e crua dos dados primários. Eles, decerto, estão sujeitos a muitas análises e interpretações. Estas só não podem ir de encontro aos fatos.

*Tasso Azevedo, O GLOBO, 28/02/2018.*

"...precisava saber quantos metros quadrados de praças e áreas verdes havia em cada bairro."

A forma verbal havia pode ser adequadamente substituída por

- a) podiam haver
- b) devia existir
- c) existia
- d) devia haver
- e) eram possível haver

**Questão 29:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

"Não sei ver nada do que vejo; vejo bem apenas o que relembro e tenho inteligência apenas nas minhas lembranças". (Rousseau)

A relação ver/vejo só **NÃO** se repete de forma correta no seguinte par:

- a) rir / rio;
- b) trazer / trago;
- c) requerer / requereiro;
- d) deter / detenho;
- e) reaver / reavejo.

**Questão 30:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Texto - A Copa do Mundo da Rússia só começa no dia 22 de junho, mas a febre dos álbuns com os jogadores das seleções já se espalhou e chegou até ao plenário de uma assembleia legislativa brasileira. O flagrante de dois assessores trocando figurinhas durante uma sessão foi divulgado pelas redes sociais e a cena se espalhou.

No post, que teve mais de 16 mil compartilhamentos e 26 mil curtidas no Twitter, o internauta chega a especular que seriam deputados, mas a direção da casa esclareceu trataram-se de assessores. "Votação importante hoje (19/02) e os deputados ao invés de estarem trabalhando e fazendo jus ao salário superior a 25 mil reais, estão trocando e colando figurinha da Copa do Mundo em meio à votação. Se eu falasse, ninguém acreditaria", diz o post.

Outro post com mais de 40 mil compartilhamentos traz um vídeo mostrando que a troca ocorreu enquanto uma deputada discursava sobre uma proposta.

A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão da quarta feira e esclareceu que elas mostram dois "assessores de deputados" trocando

figurinhas durante a sessão. "O comportamento não é justificável. Os gabinetes dos deputados aos quais os assessores pertencem, já foram informados, e cabe aos parlamentares decidir como proceder". (adaptado)

"Se eu falasse, ninguém acreditaria".

O emprego de tempos verbais nesse segmento do texto está correto, segundo a norma culta; a frase abaixo em que se mantém a correção gramatical é:

- a) Se eu falasse, ninguém acreditava;
- b) Se eu falo, ninguém acreditaria;
- c) Caso eu falasse, ninguém acreditava;
- d) Caso eu fale, ninguém acredita;
- e) Se eu falava, ninguém acreditaria.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 1:** FGV - Ana TI (BANESTES)/BANESTES/Desenvolvimento de Sistemas/2018

Três urnas A, B e C contêm, respectivamente, 37, 57 e 86 bolas. Arrumam-se as bolas de modo que as três urnas fiquem com, exatamente, as mesmas quantidades de bolas. O total de bolas nas três urnas é o mesmo total inicial.

Conclui-se que, em relação às quantidades iniciais de bolas nas urnas:

- a) a urna A tem agora 33 bolas a mais;
- b) a urna B tem agora 3 bolas a menos;
- c) a urna C tem agora 26 bolas a menos;
- d) a urna A tem agora 27 bolas a mais;
- e) a urna B tem agora 7 bolas a mais.

**Questão 2:** FGV - Ana TI (BANESTES)/BANESTES/Desenvolvimento de Sistemas/2018

Dezessete pontos são marcados em linha reta, igualmente espaçados entre si. A distância entre o primeiro e o sétimo pontos é igual a 42cm.

A distância entre o oitavo e o décimo sétimo pontos, em cm, é:

- a) 54;
- b) 56;
- c) 63;
- d) 70;
- e) 72.

**Questão 3:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

Maria e Joana começaram, no mesmo dia, a ler um mesmo livro com 300 páginas. Maria lê 12 páginas por dia e Joana lê 15 páginas por dia.

Quando Joana terminar o livro, o número de páginas que Maria ainda terá para ler é:

- a) 75;
- b) 60;
- c) 48;
- d) 45;
- e) 36.

**Questão 4:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

Há 10 anos, a soma das idades de Fernanda e de sua filha Isadora era 40 anos.

Daqui a 10 anos, a soma das idades delas será:

- a) 50 anos;
- b) 60 anos;
- c) 70 anos;
- d) 80 anos;
- e) 90 anos.

**Questão 5:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Tecnologia da Informação/2018

Paula tem 32 figurinhas a mais do que Renato.

Para que eles fiquem com a mesma quantidade de figurinhas, Paula tem que dar a Renato

- a) 64 figurinhas.
- b) 32 figurinhas.
- c) 24 figurinhas.
- d) 16 figurinhas.
- e) 12 figurinhas.

**Questão 6:** FGV - Ass Leg (ALERO)/ALERO/Técnico em Informática/2018

Torcedores fanáticos do Barcelona foram a Ariquemes para torcer pelo seu time na final do campeonato rondoniense de 2017 e, para isso, alugaram vários ônibus. Os torcedores eram 390 e cada ônibus tinha 46 lugares.

O número mínimo de ônibus que precisaram ser alugados para transportar todos os torcedores é

- a) 6.
- b) 7.
- c) 8.
- d) 9.
- e) 10.

**Questão 7:** FGV - Ass Leg (ALERO)/ALERO/Técnico em Informática/2018

Uma empresa fabrica certo equipamento elétrico e a máquina que o produz faz 48 deles cada vez que é utilizada. Cada equipamento recebe uma etiqueta com um código formado por uma letra do alfabeto de 26 letras e um número de ordem de 01 a 48.

Assim, na primeira vez que a máquina trabalhou, os equipamentos receberam as etiquetas de A01 até A48. Da segunda vez as etiquetas foram de B01 até B48, e assim por diante, seguindo o alfabeto.

A empresa vendeu para uma loja todos os equipamentos com etiquetas de G33 até M29.

Assinale a opção que indica a quantidade de equipamentos vendidos para essa loja.

- a) 237.
- b) 283.
- c) 284.
- d) 285.
- e) 302.

**Questão 8:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento em Orçamentos/2018

Em direção à escola caminhavam 1 professor e 6 alunos. Cada aluno carregava 6 estojos e, em cada estojo havia 6 lápis.

No total, quantas pessoas, estojos e lápis há nessa história?

- a) 216.
- b) 252.
- c) 258.
- d) 259.
- e) 264.

**Questão 9:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

Para o tratamento de esgoto, a COMPESA utiliza um produto químico que fica armazenado em três reservatórios: A, B e C, com capacidade de 1000 litros cada um.

Certo dia, o reservatório A estava vazio, B tinha 200 litros e C tinha 500 litros. Nesse dia, foi feita uma entrega de 2000 litros do produto que foram colocados nos reservatórios de forma que os três ficaram com quantidades iguais.

É correto concluir que

- a) o reservatório A recebeu cerca de 667 litros.
- b) o reservatório B recebeu 600 litros.
- c) o reservatório C recebeu 500 litros.
- d) o reservatório A recebeu 300 litros a mais do que B.
- e) o reservatório B recebeu 700 litros.

**Questão 10:** FGV - Ana Gest (COMPESA)/COMPESA/Administrador/2018

Antônio, Beto e Carlos combinaram dividir igualmente as despesas de uma viagem que os três fizeram juntos.

Durante a viagem, Antônio pagou R\$ 750,00, Beto pagou R\$ 480,00 e Carlos pagou R\$ 420,00. Ao final da viagem, para dividir igualmente as despesas, Beto deu  $x$  reais para Antônio, e Carlos deu  $y$  reais para Antônio.

O valor de  $x + y$  é

- a) 250.
- b) 220.

- c) 200.
- d) 180.
- e) 150.

**Questão 11:** FGV - Ass CE (Boa Vista)/Pref Boa Vista/2018

Trabalhando na creche, Joana deve preparar copos de leite usando certo tipo de leite em pó. As instruções dizem que para cada copo ela deve usar 180 ml de água e 2 colheres de sopa de leite em pó.

Se Joana usou 30 colheres de sopa de leite em pó, então a quantidade de água necessária foi de:

- a) 2.100 ml;
- b) 2.400 ml;
- c) 2.700 ml;
- d) 3.000 ml;
- e) 3.300 ml.

**Questão 12:** FGV - Ass CE (Boa Vista)/Pref Boa Vista/2018

Uma creche terá 12 crianças de 1 a 2 anos, de segunda a sexta-feira da próxima semana. Cada criança trocará de fralda quatro vezes em cada dia e cada pacote de fraldas que a creche utiliza tem 70 fraldas.

Para essa semana, o número mínimo de pacotes de fraldas que a creche deve comprar é:

- a) 2;
- b) 3;
- c) 4;
- d) 5;
- e) 6.

**Questão 13:** FGV - AuxA (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

Em uma sala do escritório há 5 arquivos, cada arquivo tem 4 gavetas, cada gaveta possui 24 pastas e cada pasta pode conter apenas um processo.

O número máximo de processos que podem ser arquivados nessa sala é:

- a) 33;
- b) 96;
- c) 120;
- d) 240;
- e) 480.

**Questão 14:** FGV - AuxA (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Para a próxima semana, de segunda a sexta-feira, a SAS (Secretaria de Assistência Social) vai disponibilizar 3 funcionários que trabalharão 6 horas por dia, no atendimento e cadastro das famílias. Sabe-se que cada atendimento dura, em média, 20 minutos.

Nessa semana, o número máximo de famílias cadastradas será cerca de:

- a) 160;
- b) 210;
- c) 270;
- d) 330;
- e) 390.

**Questão 15:** FGV - TT (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

De uma caixa que continha 200 lápis, João retirou  $N$  lápis. Ele reparou então que dividindo esses  $N$  lápis em grupos de 9 ou em grupos de 12 ou em grupos de 15 lápis, sempre sobrava 1 lápis.

A soma dos algarismos desse número  $N$  é

- a) 8.
- b) 10.
- c) 12.
- d) 13.
- e) 14.

**Questão 16:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Tecnologia da Informação/2018

Marta tem 20 bolas numeradas de 1 a 20. Ela pinta de vermelho todas as bolas cujo número é múltiplo de 4, isto é, 4, 8, 12 etc.

A seguir, ela pinta de azul as bolas cujos números são antecessores de números das bolas que foram pintadas de vermelho.

Por último, ela pinta de verde as bolas cujos números são sucessores de números das bolas que foram pintadas de vermelho.

Nenhuma outra bola foi pintada.

O número de bolas não pintadas é

- a) 4.
- b) 5.

- c) 6.
- d) 7.
- e) 8.

**Questão 17:** FGV - TT (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Para obter tonalidades diferentes de tintas de cor cinza misturam-se quantidades arbitrárias de tintas de cores branca e preta.

José possui 150 ml de uma tinta cinza que contém apenas 10% de tinta branca.

Assinale a opção que indica a quantidade de tinta branca que José deve acrescentar à tinta que possui, de forma que a nova mistura contenha 40% de tinta branca.

- a) 45 ml.
- b) 60 ml.
- c) 75 ml.
- d) 90 ml.
- e) 105 ml.

**Questão 18:** FGV - AMCI (CGM Niterói)/Pref Niterói/Auditoria Governamental/2018

Sérgio tem 50% mais figurinhas das seleções da Copa do Mundo do que Alice. Sheila tem 25% menos figurinhas do que Alice.

Conclui-se que

- a) Sérgio tem 20% mais figurinhas do que Sheila.
- b) Sérgio tem 25% mais figurinhas do que Sheila.
- c) Sérgio tem 50% mais figurinhas do que Sheila.
- d) Sérgio tem 75% mais figurinhas do que Sheila.
- e) Sérgio tem 100% mais figurinhas do que Sheila.

**Questão 19:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Após fazer 80 arremessos à cesta, Marcelinho constatou que acertou 70% deles. Após fazer mais 20 arremessos, ele melhorou seu percentual de acertos para 71% do total de arremessos.

Dos últimos 20 arremessos, Marcelinho errou apenas:

- a) 6;
- b) 5;
- c) 4;
- d) 3;
- e) 2.

**Questão 20:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Uma máquina copiadora X faz a mesma quantidade de cópias que uma máquina Y em um tempo 25% maior. A máquina Y faz 800 cópias em 40 minutos.

A máquina X, em 40 minutos, faz:

- a) 720 cópias;
- b) 700 cópias;
- c) 680 cópias;
- d) 660 cópias;
- e) 640 cópias.

**Questão 21:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Marcela pagou uma conta vencida com 5% de juros. O valor pago por Marcela foi de R\$ 420,00.

Se Marcela tivesse pagado a conta até o vencimento, ela teria economizado:

- a) R\$ 21,00;
- b) R\$ 20,00;
- c) R\$ 19,00;
- d) R\$ 18,00;
- e) R\$ 17,00.

**Questão 22:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Um fabricante de papel higiênico anuncia:

“Leve 16 e pague 15”.

O desconto percentual equivalente é:

- a) 5,75%;
- b) 6,25%;
- c) 6,67%;
- d) 6,75%;
- e) 7,33%.

**Questão 23:** FGV - Ana Com (BANESTES)/BANESTES/2018

Dos exames feitos por um laboratório para detectar uma certa doença, 90% têm resultado negativo e 10% têm resultado positivo. Dos exames com resultado negativo, 95% realmente não têm a doença e 5% têm a doença. Dos exames com resultado positivo, 80% realmente têm a doença e 20% não têm a doença.

De todos os exames realizados por esse laboratório, a porcentagem daqueles que correspondem a pessoas que realmente têm a doença é:

- a) 82,5%;

- b) 75,0%;
- c) 35,5%;
- d) 27,5%;
- e) 12,5%.

**Questão 24:** FGV - Ana EF (BANESTES)/BANESTES/Gestão Contábil/2018

Mário recebeu certa quantia por um trabalho realizado e fez três despesas: gastou 20% da quantia recebida, depois gastou 30% do restante e, em seguida, gastou 40% do restante.

Em relação à quantia recebida, o gasto total de Mário foi:

- a) 50%;
- b) 58,6%;
- c) 66,4%;
- d) 75,2%;
- e) 90%.

**Questão 25:** FGV - Ana EF (BANESTES)/BANESTES/Gestão Contábil/2018

Ana, Beatriz e Ciro contribuíram, respectivamente, com R\$ 17.500,00, R\$ 14.000,00 e R\$ 10.500,00 para comprarem, juntos, 1.200 ações da empresa WBMF4.

Todas essas ações foram posteriormente vendidas a R\$ 38,00 a unidade e o lucro auferido com essa venda sofreu tributação de 15%.

Se, após a tributação, todo o dinheiro restante foi dividido proporcionalmente à contribuição de cada um, Beatriz recebeu de volta:

- a) R\$ 1.020,00;
- b) R\$ 3.060,00;
- c) R\$ 11.265,00;
- d) R\$ 15.020,00;
- e) R\$ 15.200,00.

**Questão 26:** FGV - Ana EF (BANESTES)/BANESTES/Gestão Contábil/2018

Um tanque A está completamente cheio de modo que 80% do volume corresponde a gasolina e o restante a álcool. Um tanque B, cujo volume total é 50% maior do que o do tanque A, também está completamente cheio de modo que 60% do volume corresponde a álcool e o restante a gasolina.

Juntando-se os conteúdos dos dois tanques, a porcentagem de gasolina com relação à soma dos volumes desses dois tanques passa a ser:

- a) 60%;
- b) 56%;
- c) 50%;
- d) 44%;

e) 40%.

**Questão 27:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

Uma carteira é formada exclusivamente por ações da VALE3 e da PETR4. Da quantidade total de ações dessa carteira, 75% correspondem a PETR4.

Novas ações da VALE3 foram adquiridas e incorporadas a essa carteira. Com isso, a quantidade de ações da VALE3 na carteira aumentou 50%.

Com relação à nova quantidade total de ações na carteira, as da PETR4 passaram a representar, aproximadamente:

- a) 50%;
- b) 57%;
- c) 60%;
- d) 63%;
- e) 67%.

**Questão 28:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

Maria comprou duas bicicletas iguais, pagando R\$ 360,00 em cada uma delas. Algum tempo depois, vendeu ambas: uma com lucro de 10% sobre o preço de venda e a outra com 15% de prejuízo sobre o preço de compra.

Nessa transação de compra e venda das bicicletas, Maria:

- a) teve lucro de aproximadamente 2%;
- b) teve lucro de exatamente 5%;
- c) não teve lucro e nem prejuízo;
- d) teve prejuízo de exatamente 5%;
- e) teve prejuízo de aproximadamente 2%.

**Questão 29:** FGV - Tec B (BANESTES)/BANESTES/2018

Em uma população de mosquitos, 70% são transmissores do vírus da dengue e os outros não. Dos mosquitos transmissores, 40% estão infectados com o vírus da dengue e os outros não.

Nessa população de mosquitos, os que **NÃO** transmitem o vírus da dengue são:

- a) 30%;
- b) 42%;
- c) 60%;
- d) 64%;
- e) 72%.

**Questão 30:** FGV - Tec ST (BANESTES)/BANESTES/2018



[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Em uma sala estão 22 homens e 28 mulheres e todos vestem camisetas. Se 80% dessas pessoas estão com camisetas brancas, o número mínimo de mulheres que estão com camisetas brancas é:

- a) 10;
- b) 12;
- c) 14;
- d) 16;
- e) 18.

**Informática**

**Questão 1:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

Sobre o Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

- I.** Não oferece ambiente para uso do sistema operacional por meio de linhas de comando.
- II.** O recurso de autenticação biométrica foi descontinuado porque requer computadores com hardware especializado.
- III.** Permite ao usuário criar múltiplas áreas de trabalho virtuais.

Está correto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **I** e **III**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 2:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

Sobre arquivos e pastas no sistema operacional Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

- I.** Arquivos podem ter nomes de até 512 caracteres.
- II.** Os caracteres \* e ? não podem ser utilizados para atribuir nomes a arquivos e pastas.
- III.** A opção de renomear o arquivo é apresentada ao selecionar o nome do arquivo e pressionar F2 no Explorador de Arquivos.

Está correto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **II** e **III**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 3:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

O navegador web padrão do Windows 10, que permite que sejam feitas anotações diretamente na página que está sendo exibida, é denominado

- a) *Continuum*.
- b) *Internet Explorer*.
- c) *Safari*.

- d) *OneDrive*.
- e) *Edge*.

**Questão 4:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

O sistema operacional Windows 10, que concentra todas as notificações de aplicativos, mensagens instantâneas, recebimento de novos *e-mails* e alertas de redes sociais em um único utilitário, é denominado

- a) *Windows defender*.
- b) Central de ações.
- c) Histórico de arquivos.
- d) Gerenciador de tarefas.
- e) Painel de controle.

**Questão 5:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Rede/2018

Sobre o Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

**I.** *Windows Hello* é o recurso de autenticação biométrica que ajuda a reforçar a autenticação e a proteger contra a falsificação em potencial, por meio da correspondência de impressão digital e do reconhecimento facial.

**II.** *Microsoft Passport* é um documento de identificação da originalidade do sistema operacional Windows 10.

**III.** *Windows Continuum* é repositório oficial para armazenamento seguro das credenciais dos usuários de rede.

Está correto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **I** e **II**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 6:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Rede/2018

A Microsoft incluiu um navegador totalmente novo, Microsoft Edge, no Windows 10.

Sobre este navegador, analise as afirmativas a seguir.

**I.** Oferece suporte a extensões de binários que não são da Microsoft.

**II.** Substitui o Internet Explorer, o qual não está mais disponível no Windows 10.

**III.** Permite que sejam feitas anotações diretamente na página web.

Está correto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **I** e **II**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 7:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Rede/2018

No Windows 10, se um arquivo localizado na pasta C:\Documentos for arrastado com o *mouse* para o diretório destino C:\TEMP e, simultaneamente, a tecla SHIFT for pressionada, o arquivo será

- a) movido para o destino.
- b) mantido onde está, porém, uma cópia será criada na pasta destino.
- c) mantido onde está, porém, um atalho para este arquivo será criado na pasta destino.
- d) movido para o destino, porém, um atalho será criado na área de trabalho para este arquivo.
- e) enviado para a lixeira.

**Questão 8:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Rede/2018

Para reduzir o risco de *malware*, por meio do monitoramento do computador, para evitar que estes programas maliciosos modifiquem configurações do sistema operacional, deve ser usado o seguinte recurso do Windows 10:

- a) VBS.
- b) *Windows Firewall*.
- c) *Defender*.
- d) *BitLocker*.
- e) *Credential Guard*.

**Questão 9:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Desenvolvimento de Sistemas/2018

Sobre o Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

- I.** Possui versões para operar em computadores pessoais, *smartphones* e *tablets*.
- II.** É um sistema operacional não-preemptivo.
- III.** Não permite multisessão, pois se trata de um sistema operacional cliente.

Está correto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.

- d) **I** e **II**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 10:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Desenvolvimento de Sistemas/2018

Dentro do Explorador de Arquivos do Windows 10, você selecionou um arquivo qualquer com o *mouse* e o arrastou para a pasta Documentos.

Para que essa ação crie um atalho para o arquivo selecionado dentro da pasta Documentos, você deve, junto dessa ação de arrastar com o *mouse*, manter pressionada a tecla

- a) Shift.
- b) Ctrl.
- c) Alt.
- d) Tab.
- e) Esc.

**Questão 11:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Desenvolvimento de Sistemas/2018

O sistema operacional Windows 10 oferece uma barra de tarefas localizada, por padrão, na parte inferior da tela.



O botão da barra de tarefas indicado pela seta é utilizado para

- a) organizar as janelas abertas em uma única pilha em leque.
- b) minimizar/restaurar todas as janelas.
- c) abrir todos os *sites* da barra de favoritos com um clique.
- d) alternar do modo PC para *tablete*.
- e) criar e gerenciar áreas de trabalho virtuais.

**Questão 12:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Desenvolvimento de Sistemas/2018

Sobre aplicações presentes no sistema operacional Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

- I.** Microsoft Edge permite que sejam feitas anotações, rabiscos e marcações diretamente na página que está sendo exibida.
- II.** Windows Hello oferece suporte para autenticação biométrica.
- III.** Arquivos só podem ser salvos em uma pasta do OneDrive via Explorador de Arquivos se o computador estiver conectado à Internet.

Está correto o se que afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **I** e **II**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

**Questão 13:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

A ferramenta *tracert* presente em várias versões do MS-Windows foi desenvolvida para

- a) calcular a melhor rota entre dois pontos na Internet.
- b) especificar o caminho que um pacote deve seguir da origem até o seu destino.
- c) verificar a rota de pacotes desde a sua origem até o seu destino.
- d) testar quais servidores estão *online* entre dois pontos na Internet.
- e) verificar quais portas serão abertas durante o envio de um pacote.

**Questão 14:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Tecnologia da Informação/2018

No Windows 10, em Língua Portuguesa, é possível abrir uma pasta no Windows Explorer com um único clique do *mouse*, ao invés do duplo clique usual.

Para isso é preciso alterar as configurações padrão em

- a) Painel de Controle -> Aparência e Personalização -> Fontes.
- b) Painel de Controle -> Aparência e Personalização -> Opções de Pasta.
- c) Painel de Controle -> Facilidade de Acesso -> Central de Facilidade de Acesso.
- d) Painel de Controle -> Sistema e Segurança -> Sistema.
- e) Propriedades do Windows Explorer.

**Questão 15:** FGV - Ass Leg (ALERO)/ALERO/"Sem Especialidade"/2018

João acionou o Explorador de Arquivos no Windows, clicou sobre o nome de um arquivo com o botão direito do *mouse*, e notou no *menu* imediatamente aberto a opção "Abrir com".

Assinale a funcionalidade proporcionada pela referida opção.

- a) Abrir o arquivo com diferentes graus de proteção, tais como leitura ou escrita.
- b) Abrir o arquivo por meio de um aplicativo diferente do que é automaticamente designado pelo Windows.
- c) Acessar o arquivo com o aplicativo operando com um idioma diferente do padrão corrente do Windows.
- d) Acessar o arquivo com outro *login*.
- e) Acessar um arquivo criado por uma versão anterior de um aplicativo.

**Questão 16:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/2018

O componente do sistema Windows 10 responsável pela execução de programas em ambiente de *software* controlado, independente do dispositivo utilizado, é denominado

- a) Microsoft C++.
- b) .DLL.
- c) API.
- d) JIT.
- e) .NET Framework.

**Questão 17:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/2018

Diante da necessidade de copiar arquivos, foram conectadas 3 diferentes mídias externas a um computador com sistema operacional Windows 10, formatadas usando os seguintes sistemas de arquivos.

**I.** NTFS

**II.** EXT4

**III.** exFAT

Com relação à compatibilidade dos 3 sistemas de arquivos com o sistema operacional, assinale a opção correta.

- a) Somente **I** e **II** são compatíveis.
- b) Somente **I** e **III** são compatíveis.
- c) Somente **II** e **III** são compatíveis.
- d) Somente **I** é compatível.
- e) Todos são compatíveis.

**Questão 18:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/2018

O sistema operacional Windows 10 inclui um *framework* para automação de tarefas e gerenciamento de configurações usando uma linguagem de *script*.

O nome deste *framework* é

- a) *Batch file*
- b) *Visual C*
- c) *PowerShell*
- d) *VBScript*
- e) *Active Directory*

**Questão 19:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Banco de Dados/2018

Aurélio trabalha no setor de sistemas operacionais de uma empresa de tecnologia e opera diariamente o sistema operacional Windows 10 que possui um recurso de janela de Configurações.

Aurélio, para interagir com essa janela por meio de um atalho de teclado, pressiona simultaneamente as teclas

- a) Windows + I.
- b) Windows + C.
- c) Windows + K.
- d) Windows + R.
- e) Windows + G.

**Questão 20:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Banco de Dados/2018

João recebeu a tarefa de melhorar a administração das estações de trabalho sob sua responsabilidade.

Essas estações possuem o sistema operacional Windows 10 e, durante uma pesquisa, ele identificou um recurso chamado Windows Hello, cuja funcionalidade é

- a) uma agente digital, que auxilia na realização de tarefas.
- b) um navegador, que possibilita uma experiência de web mais rápida e segura de realização de tarefas.
- c) uma proteção abrangente, incluindo antivírus, *firewall* e Windows Defender.
- d) a criação de desenhos, listas e notas autoadesivas.
- e) uma credencial de acesso sem senha, que oferece um modo mais rápido e seguro de desbloquear seus dispositivos.

**Questão 21:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Banco de Dados/2018

Ana Paula trabalha como secretária executiva em uma empresa de *software* e busca uma solução tecnológica para facilitar seu trabalho.

Ao pesquisar sobre o assunto, Ana Paula descobriu que o Windows 10 possui uma funcionalidade, chamada *Windows Ink*, que é uma

- a) central de notificações do Windows.
- b) central de anotações rápidas focada em dispositivos com tela sensível ao toque.

- c) central onde se encontrará notificações de aplicativos e ações rápidas.
- d) central onde se reúne o *Windows Defender*, *Firewall* e outros itens de segurança.
- e) central do Windows que permite visualizar os aplicativos abertos e criar novas áreas de trabalho.

**Questão 22:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Infraestrutura de Redes e Comunicação/2018

Com o objetivo de restringir o acesso à Internet a um determinado aplicativo em um computador com sistema operacional Windows 10, deve-se configurar o componente do sistema chamado

- a) *Firewall*.
- b) *Blacklist*.
- c) tabela IP.
- d) painel de controle.
- e) *driver de rede*.

**Questão 23:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Infraestrutura de Redes e Comunicação/2018

Sobre os endereços IPv4 e IPv6, que podem ser obtidos de mais de uma maneira em um computador com sistema operacional Windows 10, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Pode ser obtido por meio do gerenciador de dispositivos.
- ( ) Pode ser obtido por meio do utilitário *ipconfig*.
- ( ) Pode ser obtido por meio das configurações do adaptador de rede.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F – V – F.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

**Questão 24:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Infraestrutura de Redes e Comunicação/2018

A descoberta de vulnerabilidades de segurança em computadores e appliances, executando versões defasadas do sistema operacional Windows, resultou no desenvolvimento de correções no sistema operacional Windows 10 e em algumas versões anteriores.

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Uma dessas correções limita ou elimina o uso de um certo protocolo, o qual não deverá ser utilizado em versões futuras do Windows.

Assinale a opção que indica o nome desse protocolo.

- a) NFS v1
- b) IP v4
- c) SMB v1
- d) FTP v2
- e) IP v6

**Questão 25:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Infraestrutura de Redes e Comunicação/2018

Relacione os aplicativos listados a seguir, encontrados em um computador com sistema operacional Windows 10, às suas respectivas funções.

1. MS Edge

2. MS Notepad

3. MS Paint

4. MS Excel

( ) Editor de texto

( ) Planilha eletrônica

( ) Navegador de Internet

( ) Editor de imagem

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) 2 – 4 – 1 - 3.
- b) 1 – 2 – 3 - 4.
- c) 1 – 4 – 2 - 3.
- d) 4 – 2 – 1 - 3.
- e) 2 – 4 – 3 - 1.

**Questão 26:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Tecnologia da Informação/Infraestrutura de Redes e Comunicação/2018

A maior segurança dos sistemas operacionais, por exemplo, do sistema operacional Microsoft Windows 10 para, especificamente, reforçar o mesmo contra ameaças que exploram vulnerabilidades presentes nas distribuições originais do respectivo sistema operacional, pode ser alcançada por meio de

- a) análise de pacotes na rede.
- b) reinstalação do sistema operacional.
- c) instalação de *patches* de segurança.
- d) desconectar o computador hospedeiro do sistema operacional da rede de computadores.
- e) instalação de máquinas virtuais.

**Questão 27:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

Para excluir um arquivo previamente selecionado no Windows Explorer, sem enviá-lo para a lixeira, o usuário do Windows deve utilizar

- a) Alt+Delete
- b) Ctrl+Alt+Delete
- c) Ctrl+Delete
- d) Ctrl+Shift+Delete
- e) Shift+Delete

**Questão 28:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

**Obs.: considere que o usuário possui todas as permissões necessárias para completar a tarefa.**

Utilizando o Windows Explorer, um usuário realiza a operação de arrastar, com o botão esquerdo do *mouse*, um arquivo que está dentro de uma pasta do disco local C: para outra pasta do disco local D.

Assinale a opção que indica o resultado dessa operação.

- a) Nada irá acontecer.
- b) O arquivo será copiado.
- c) O arquivo será movido.
- d) O Windows irá perguntar ao usuário o que ele deseja que seja feito.
- e) Um atalho será criado no disco local D.

**Questão 29:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico Operacional/Edificações/2018

Relacione as teclas de atalho no Windows 10, em língua portuguesa, às suas respectivas ações.

1. Tecla Windows + M
2. Tecla Windows + R
3. Tecla Windows + X

- ( ) Abrir a caixa de diálogo Executar
- ( ) Abrir o *menu* Link Rápido
- ( ) Minimizar todas as janelas

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 3 e 2.
- c) 2, 1 e 3.
- d) 2, 3 e 1.
- e) 3, 1 e 2.

**Questão 30:** FGV - AuxA (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

No Windows, a função principal do "Windows Defender" pode ser caracterizada como a proteção contra:

- a) perda de dados no caso de falha de hardware;
- b) picos de tensão na rede elétrica;
- c) spam por meio do correio eletrônico;
- d) spywares e outros programas maliciosos;
- e) tentativas de quebra da senha do administrador.

## Direito Administrativo

**Questão 1:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Administrativa/Gestão da Qualidade/2018

Em matéria de elementos do ato administrativo, a doutrina de Direito Administrativo destaca o elemento:

- a) da competência, que é a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo;
- b) da finalidade, em que se aplica o princípio da supremacia do interesse privado sobre o público;
- c) da forma, segundo o qual todo ato administrativo deve ser publicado no prazo de quinze dias no diário oficial;
- d) do motivo, que está inserido no âmbito da íntima convicção do administrador com finalidade privada;
- e) da capacidade, que, em regra, é discricionária, não havendo margem de liberdade para o administrador.

**Questão 2:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Advogado Legislativo/2018

Dentre os elementos do ato administrativo, a doutrina de Direito Administrativo elenca a competência, que é a atribuição normativa de legitimação para a prática de determinado ato.

Nesse contexto, é característica da competência administrativa a sua:

- a) prorrogabilidade, pois a competência relativa se prorroga, caso o administrado não se oponha na primeira oportunidade processual;
- b) irrenunciabilidade, apesar de o agente público poder delegá-la ou avocá-la, nos casos permitidos pela lei;
- c) delegabilidade, como regra geral, como nos casos de edição de atos normativos;
- d) avocabilidade, quando se chama para si competência originariamente de agente de hierarquia superior;
- e) discricionariedade, eis que ao agente público é facultada a possibilidade de atuar quando for provocado.

**Questão 3:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Pelo princípio da motivação, o Administrador Público deve motivar as suas decisões, expondo os fundamentos de fato e de direito que embasaram a prática daquele ato administrativo.

Quando o agente público motiva seu ato mediante declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, como parte integrante do ato, de acordo com a jurisprudência e com a Lei Federal nº 9.784/99, sua conduta é:

- a) ilícita, devendo o ato ser invalidado porque o ordenamento jurídico exige motivação expressa e idônea específica para cada ato administrativo;
- b) ilícita, devendo o ato ser revogado porque o ordenamento jurídico exige motivação legítima, expressa e idônea para cada ato administrativo;
- c) ilícita, devendo o ato ser invalidado por ofensa aos princípios da administração pública da legalidade, da transparência e da finalidade;
- d) lícita, pois é possível a utilização da motivação aliunde dos atos administrativos, quando a motivação do ato remete a de ato anterior que embasa sua edição;
- e) lícita, pois a exigência de fundamentação não recai no campo da validade do ato administrativo, e sim no de sua eficácia, cabendo sua convalidação, com posterior complementação da motivação.

**Questão 4:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/"Sem Área"/2018

João estacionou seu carro com as quatro rodas em cima da calçada, impedindo que os pedestres transitassem por ela, obrigando-os a passar pela via pública. Por tal razão, seu veículo foi guinchado por ordem do agente público municipal de trânsito.

Na hipótese em tela, foi aplicado o meio direto de coerção do ato administrativo, pelo seu atributo da:

- a) coercitibilidade, com imprescindível recurso prévio ao Poder Judiciário;
- b) imperatividade, com anterior processo administrativo para aplicação da pena administrativa;
- c) autoexecutoriedade, que prescinde de prévio provimento jurisdicional;
- d) presunção de legitimidade absoluta, que vigora em favor dos atos administrativos praticados pelo agente público;
- e) autotutela, que autoriza o agente público a praticar atos de urgência em prol da coletividade.

**Questão 5:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Justiça e Avaliador/2018

Em situações pontuais e emergenciais, justificadas pelo interesse público, em que a aplicação de meios indiretos de coerção não seja suficiente, o poder público pode pôr em prática imediatamente o ato administrativo.

Tal providência decorre do atributo ou característica desse ato administrativo, qual seja:

- a) imperatividade, mediante prévia decisão judicial, para observância do devido processo legal;
- b) coercibilidade, mediante prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- c) autoexecutoriedade, sem prévia decisão judicial, mas com contraditório diferido;
- d) exigibilidade, mediante prévia decisão judicial, para observância da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- e) tipicidade, sem prévia decisão judicial, mas com indispensável prévio processo administrativo.

**Questão 6:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Um dos atributos do ato administrativo decorre da possibilidade de a lei prever que alcancem a realidade por iniciativa direta da Administração Pública, sem a necessidade de atuação do Poder Judiciário.

Esse atributo é denominado de

- a) presunção de legitimidade.
- b) presunção de veracidade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) imperatividade.
- e) tipicidade.

**Questão 7:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Administração/2018

Em uma situação hipotética, um chefe de departamento da prefeitura de determinado município ordena que seu subordinado o ajude a levar uma mala de dinheiro subtraído das finanças públicas para sua casa, garantindo estar apenas fazendo um empréstimo para pagar dívidas.

Estranhando a situação, o subordinado manda uma mensagem para um advogado, perguntando como deve proceder. O advogado, por sua vez, responde, prontamente, que, conforme a doutrina,

- a) o servidor possui o dever legal de obedecer atos de seu superior hierárquico, de forma inquestionável.

- b) o servidor tem irrestrita liberdade para decidir, em função de sua estabilidade no cargo.
- c) a imperatividade relativiza a atitude do chefe de departamento, invertendo o ônus da prova.
- d) a ordem, por ser manifestamente ilegal, afasta a presunção de legitimidade do ato.
- e) a ordem, embora excepcionalmente, contém os elementos essenciais para a sua eficácia.

**Questão 8:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

João e José, respectivamente diretor e professor de escola municipal, presenciaram, no interior da unidade escolar, a genitora do aluno Davi, de 8 anos, praticar atos de maus-tratos contra a criança. Imediatamente, os agentes públicos municipais elaboraram certidão narrando os fatos e comunicaram às autoridades competentes.

O ato administrativo praticado por João e José possui o atributo da:

- a) presunção de veracidade de seu conteúdo, que admite prova em sentido contrário;
- b) executoriedade, que possibilita ao diretor destituir imediatamente o poder familiar da genitora de Davi;
- c) autotutela, que permite ao diretor decretar a inversão da guarda do menor;
- d) imperatividade, que produz efeitos somente após a confirmação pela autoridade judiciária;
- e) precaução, que objetiva provocar o conselho tutelar a decretar a prisão da genitora de Davi.

**Questão 9:** FGV - Cont (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Após a expedição, pela autoridade competente do Poder Executivo, do ato de concessão de aposentadoria de servidor público, o respectivo processo administrativo foi encaminhado ao Tribunal de Contas para fins de registro. Esse procedimento, de acordo com a sistemática constitucional, é essencial para a plena eficácia do ato.

À luz da teoria dos atos administrativos, mais especificamente do processo de formação da vontade administrativa, é correto afirmar que a narrativa acima oferece exemplo de ato

- a) procedimentalmente escalonado.
- b) de gestão.
- c) constitutivo.
- d) autoexecutório.
- e) complexo.

**Questão 10:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

A vigilância sanitária municipal, em fiscalização de rotina em determinado restaurante, constatou a utilização de produtos impróprios para o consumo, bem como o risco de desabamento de uma escada interna usada pelos clientes, que dá acesso ao segundo andar.

Diante do constatado, a autoridade administrativa competente municipal interditou o restaurante, mediante a prática de ato administrativo:

- a) de império, com base na prerrogativa do poder de polícia;
- b) de gestão, com base na prerrogativa do poder hierárquico;
- c) de expediente, com base na prerrogativa do poder normativo;
- d) vinculado, com base na prerrogativa do poder disciplinar;
- e) discricionário, com base na prerrogativa do poder regulamentar.

**Questão 11:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

João, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, se aposentou. Três meses depois, foi informado que o Tribunal de Contas Estadual não aprovou o ato administrativo de sua aposentadoria, eis que faltam dois meses para completar o tempo de contribuição necessário.

A interferência da Corte de Contas, no caso em tela, em tese, é:

- a) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples, e o Tribunal de Contas não tem competência para interferir em ato administrativo do Poder Judiciário;
- b) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, sendo formado pela manifestação do Diretor de Recursos Humanos e Presidente do TJSC, sem controle pelo Tribunal de Contas;
- c) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas impescinde do contraditório e da ampla defesa;
- d) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples e deve ser praticado somente pelo agente público competente para tal, qual seja, o Presidente do Tribunal de Contas;
- e) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é complexo, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas prescinde do contraditório e da ampla defesa.

**Questão 12:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Presidente do Tribunal de Justiça determinou de ofício a remoção de Maria, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário, da Vara Criminal da Capital, para Vara Cível de comarca do interior do Estado. O ato foi motivado em recente estudo sobre o volume de trabalho em todos os órgãos judiciais, que demonstrou sobrecarga de trabalho na citada

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Vara Cível. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que possui um filho de 8 anos matriculado em escola da capital.

O pleito de Maria:

- a) merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado e prescinde de prévia concordância do servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- b) merece prosperar, pois a remoção, apesar de ser ato administrativo discricionário, não pode causar prejuízos ao servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- c) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, cujo mérito e legalidade não podem ser objeto de intervenção do Poder Judiciário;
- d) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, e foi devidamente demonstrado o interesse público, não havendo violação à legalidade;
- e) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado, cujo mérito pode ser objeto de análise pelo Poder Judiciário.

**Questão 13:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Determinada norma jurídica dispôs sobre a prática de ato administrativo, sob a forma de decreto, e permitiu, ao agente competente, que escolhesse a melhor solução considerando as peculiaridades do caso concreto.

O ato que venha a ser praticado, em razão da liberdade na valoração dos motivos e na escolha do objeto, será considerado um ato

- a) discricionário.
- b) vinculado.
- c) imperativo.
- d) mitigado.
- e) difuso.

**Questão 14:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Processo Legislativo/2018

João, servidor público ocupante do cargo efetivo de Analista da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função, praticou dois atos administrativos: no primeiro, elaborou um parecer com opinião na qualidade de órgão consultivo sobre assunto técnico de sua competência; no segundo, redigiu um memorando contendo comunicação interna entre agentes de um mesmo órgão, com solicitação de informações para melhor executar a atividade pública.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atos administrativos praticados por João são, respectivamente,

- a) discricionário e requisitório.

- b) enunciativo e ordinatório.
- c) vinculado e precário.
- d) executório e constitutivo.
- e) normativo e declaratório.

**Questão 15:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

Maria deu entrada em requerimento administrativo de internação de sua mãe, Ângela, de 95 anos, em instituição municipal de longa permanência para idosos, alegando apenas sua avançada idade. Após estudo técnico feito pela equipe multidisciplinar do Município (com psiquiatra, psicólogo e assistente social), verificou-se que a idosa Ângela está em pleno gozo de sua capacidade civil, com boas condições de saúde e consegue gerir adequadamente seus proventos de aposentadoria.

Assim sendo, o agente público competente indeferiu o pedido de acolhimento da idosa, eis que os requisitos legais não estavam presentes, praticando um ato:

- a) jurídico disciplinar, pois o agente público aplica a sanção disciplinar de internação quando há infração à lei;
- b) jurídico declaratório, pois o agente público tem o poder-dever de declarar a sanidade mental dos cidadãos;
- c) jurisdicional plural, pois vários agentes públicos contribuíram para o ato;
- d) administrativo vinculado, pois o agente seguiu os ditames previstos em lei, sem margem discricionária de escolha;
- e) administrativo hierárquico, pois o agente público está em situação hierarquicamente superior ao particular.

**Questão 16:** FGV - Cont (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Determinado Secretário de Estado, em sede de recurso administrativo, apreciou decisão proferida por diretor setorial e concluiu que ela não se ajustava ao interesse público. Afinal, fora eleita prioridade distinta daquela que entendia ser a mais adequada. Por tal razão, reformou a decisão recorrida.

À luz da sistemática jurídica vigente, nos planos constitucional e infraconstitucional, é correto afirmar que a narrativa acima descreve a prática, pelo diretor setorial, de um ato administrativo

- a) discricionário, que foi revogado pelo Secretário de Estado.
- b) vinculado, que foi anulado pelo Secretário de Estado.
- c) discricionário, que foi invalidado pelo Secretário de Estado.
- d) vinculado, que foi revogado pelo Secretário de Estado.
- e) discricionário, que foi anulado pelo Secretário de Estado.

**Questão 17:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

Márcia obteve do Município de Salvador licença para funcionamento de uma pousada. Ocorre que, durante o prazo de validade da licença, Márcia modificou a finalidade do empreendimento, que passou a funcionar como uma casa de festas, sem comunicação, ciência e autorização do poder público. Após regular processo administrativo, a autoridade municipal competente extinguiu o ato administrativo de licença, mediante sua:

- a) cassação, eis que houve ilegalidade superveniente praticada por Márcia, que deixou de cumprir os requisitos de quando teve o ato deferido;
- b) caducidade, eis que Márcia deixou de cumprir os requisitos legais para manutenção da eficácia do ato administrativo;
- c) revogação, eis que ocorreu ilegalidade superveniente praticada por Márcia, que deveria cumprir as condicionantes da licença;
- d) anulação, eis que o ato deixou de ser conveniente e oportuno, diante da conduta ilícita praticada por Márcia;
- e) convalidação, eis que Márcia inobservou os requisitos de validade e eficácia do ato administrativo que originariamente a favoreceu.

**Questão 18:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

O dever-poder que a Administração Pública ostenta para controlar os seus próprios atos, podendo invalidar os ilegais e revogar os inoportunos ou inconvenientes, observadas as cautelas legais, decorre diretamente do princípio da:

- a) moralidade, e sua não observância gera nulidade do ato administrativo, sem prejuízo da responsabilização do agente;
- b) publicidade, e todo ato que invalida ou revoga outro ato administrativo precisa ser publicado no diário oficial;
- c) autotutela, e a Administração não precisa ser provocada para rever seus próprios atos, podendo fazê-lo de ofício;
- d) impessoalidade, e a Administração não pode tolerar atos que impliquem promoção pessoal do gestor público;
- e) segurança jurídica, e a Administração não pode tolerar que permaneça no mundo jurídico qualquer ato ilícito.

**Questão 19:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

No 02/05/18, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro determinou a remoção de João, Técnico Administrativo estável, da Secretaria de uma Promotoria Criminal da Capital para a Secretaria de uma Promotoria Cível e de Família de

Niterói, por motivo de excesso de trabalho no órgão de execução de Niterói, com eficácia a partir de 01/06/18. Ocorre que, no dia 25/05/18, o Chefe do *parquet* estadual revogou tal ato de remoção do citado servidor público, eis que recebeu estudo da Secretaria Geral do MPRJ revelando que a Promotoria Criminal da Capital também estava com sobrecarga de trabalho.

No caso em tela, o ato administrativo de revogação praticado pelo Chefe do MP está:

- a) de acordo com o ordenamento jurídico, eis que o Administrador Público tem a prerrogativa de revogar o ato administrativo que se revele inoportuno ou inconveniente;
- b) de acordo com o ordenamento jurídico, eis que o Administrador Público tem a prerrogativa de anular o ato administrativo que se revele inoportuno ou inconveniente;
- c) de acordo com o ordenamento jurídico, eis que o Administrador Público tem a prerrogativa de revogar o ato administrativo que se revele ilegal;
- d) em desacordo com o ordenamento jurídico, eis que criou expectativa de direito para João e apenas poderia ser revisto com a prévia concordância do servidor;
- e) em desacordo com o ordenamento jurídico, eis que criou direito público subjetivo de remoção para João e apenas poderia ser anulado com a prévia concordância do servidor.

**Questão 20:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

O Governador do Estado de Santa Catarina determinou à Secretaria Estadual de Cultura que, no âmbito de sua competência, fomentasse ações tendentes à valorização do patrimônio imaterial cultural da região. Inconformado com a política pública adotada e a situação de precariedade na saúde pública estadual, o cidadão João propôs ação popular requerendo ao Judiciário que transfira toda a verba pública que seria utilizada naquele ano na área de cultura para os hospitais estaduais, inclusive anulando todos os empenhos já realizados.

No caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário Estadual:

- a) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas aferir a legalidade dos atos administrativos praticados e não revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência;
- b) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas valorar a discricionariedade dos atos administrativos praticados e revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência;
- c) cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo anular os atos administrativos que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual;

d) cabe se imiscuir na legalidade de cada ato administrativo, devendo revogar aqueles que se revelem inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual;

e) cabe se imiscuir na legalidade e mérito de cada ato administrativo, devendo anular aqueles que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.

**Questão 21:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

O processo de que se vale a Administração Pública para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis (nos elementos forma ou competência), de maneira a confirmá-los no todo ou em parte, chama-se:

a) ratificação, e ocorre desde que se observe o interesse público, independentemente de causar prejuízo a terceiros, operando efeitos ex nunc;

b) convalidação, e ocorre desde que não cause prejuízo a terceiros e se observe o interesse público, operando efeitos ex tunc;

c) cassação, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que se observe o interesse público, operando efeitos ex tunc;

d) contraposição, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que não cause prejuízo a terceiros, operando efeitos ex tunc;

e) confirmação, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que não cause prejuízo a terceiros, operando efeitos ex nunc.

**Questão 22:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/"Sem Área"/2018

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quando a lei cria um ato administrativo estabelecendo todos os seus elementos de forma objetiva, sem qualquer espaço para que a autoridade pública possa valorar acerca da conduta exigida legalmente, pois a lei já preestabeleceu a única conduta a ser praticada, está-se diante do poder:

a) discricionário, não havendo possibilidade de juízo de valor sobre a oportunidade e conveniência para prática do ato pela autoridade administrativa;

b) de polícia, que confere ao administrador público a oportunidade e conveniência para a prática do ato administrativo;

c) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública está adstrita às normas legais para a prática dos atos administrativos;

d) disciplinar, que é ostentado pelo administrador público para impor os atos administrativos aos particulares, atendendo ao interesse público;

e) vinculado, pois, preenchidos os requisitos legais, o ato administrativo tem que ser praticado pela autoridade administrativa.

**Questão 23:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis de Salvador estabelece que o auxílio-educação será devido ao servidor e aos seus dependentes, na forma a ser definida em regulamento. Neste sentido, o Prefeito Municipal editou o Decreto nº 29.128, de 10 de novembro de 2017, dispondo sobre a matéria.

O ato praticado pelo Chefe do Poder Executivo está embasado no seu poder administrativo:

- a) hierárquico, pois, na qualidade de autoridade máxima em nível municipal, tem a prerrogativa de editar atos legislativos sobre servidores públicos municipais;
- b) disciplinar, pois tem competência originária para estabelecer normas gerais aplicáveis aos servidores públicos em nível municipal;
- c) normativo, pois estabelece normas gerais e abstratas que complementam legislação previamente existente, para sua fiel execução;
- d) regulamentar, pois tem a prerrogativa de editar leis de efeitos concretos que inovem no ordenamento jurídico, criando ou extinguindo direitos e obrigações;
- e) de polícia, pois tem competência originária para estabelecer normas gerais aplicáveis aos servidores públicos em nível municipal, criando ou extinguindo direitos e obrigações.

**Questão 24:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Justiça e Avaliador/2018

Governador do Estado de Santa Catarina editou um decreto estabelecendo feriados e pontos facultativos no ano de 2018, para órgãos e entidades da Administração Direta, autarquias e fundações do Executivo catarinense.

Em tema de poderes administrativos, o ato praticado pelo Governador está formalmente:

- a) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder regulamentar;
- b) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder disciplinar;
- c) incorreto, porque se trata de ato administrativo simples e a matéria deveria ser objeto de ato legislativo;
- d) incorreto, porque se trata de ato administrativo composto que exige a participação dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- e) incorreto, porque se trata de ato administrativo complexo que exige a participação do Poder Legislativo.

**Questão 25:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

Poderes administrativos são o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos com a finalidade de permitir que o Estado alcance seus fins.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, destaca-se o poder:

- a) hierárquico, que possui estruturação interna, mediante o escalonamento no plano vertical dos órgãos e agentes da Administração, que tem por objetivo a organização da função administrativa;
- b) discricionário, que consiste na atuação vinculada do agente público refletida numa imposição legal ao administrador, obrigando-o a conduzir-se rigorosamente em conformidade com os parâmetros legais;
- c) regulamentar, que decorre da prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade;
- d) disciplinar, que está ligado à ideia de hierarquia entre os agentes públicos, viabilizando fenômenos administrativos como a avocação e a delegação, que decorrem de permissivo legal;
- e) vinculado, que é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.

**Questão 26:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Em tema de poderes administrativos, a doutrina de Direito Administrativo ensina que os atos administrativos da delegação e da avocação são fundamentados na prerrogativa do agente público decorrente do poder:

- a) disciplinar, segundo o qual o agente público com competência pode expedir normas gerais e abstratas para viabilizar a aplicabilidade de lei preexistente;
- b) hierárquico, segundo o qual o agente público de hierarquia superior pode, na forma da lei, estender ou chamar para si, de forma temporária, competência para determinado ato;
- c) normativo, segundo o qual o agente público pode restringir liberdades individuais e propriedade privada em prol do interesse público coletivo;
- d) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública competente deve expedir decretos autônomos para disciplinar o funcionamento orgânico da administração;

e) de polícia, segundo o qual a autoridade pública tem a faculdade de estabelecer a competência dos servidores que lhe são vinculados, sob pena de uso das forças de segurança.

**Questão 27:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

O Subsecretário de Estado de Administração, no regular exercício de suas competências, decidiu instaurar processo administrativo para aquisição de produtos de limpeza, o que veio a determinar aos seus subordinados de modo expresso.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Secretário de Estado de Administração decidiu revogar a decisão tomada, por vê-la como contrária ao interesse público.

Sobre o prisma dos poderes administrativos, o ato praticado pelo Secretário de Estado é emanção do poder

- a) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois o Secretário deveria suspender o ato praticado pelo Subsecretário, cabendo a revogação ao Prefeito.
- b) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- c) disciplinar, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- d) disciplinar, que foi usado de modo regular, pois autoriza a anulação e a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.
- e) hierárquico, que foi usado de modo regular, pois autoriza tanto a anulação como a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.

**Questão 28:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

João construiu prédio de sua mercearia, sem requerer ou obter alvará de localização e funcionamento junto ao Município de Salvador, invadindo inclusive parte da calçada. Após regular processo administrativo, diante da omissão de João, o Município procedeu à demolição da parte construída ilegalmente em área pública.

A conduta do poder público municipal está:

- a) correta, e calçada em seu poder regulamentar, pelo atributo da coercibilidade;
- b) correta, e calçada em seu poder de polícia, pelo atributo da autoexecutoriedade;
- c) correta, e calçada em seu poder disciplinar, pelo atributo da imperatividade;
- d) errada, pois a medida extrema restringiu direito e uso da propriedade, razão pela qual deveria ter sido aplicada apenas a multa;

e) errada, pois a medida extrema restringiu direito e uso da propriedade, razão pela qual deveria ter sido precedida de provimento judicial.

**Questão 29:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia são sumariamente divididas em quatro grupos, a saber:

- (i) legislação;
- (ii) consentimento;
- (iii) fiscalização; e
- (iv) sanção.

Sobre a delegação do poder de polícia a uma sociedade de economia mista, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de sua:

- a) possibilidade em relação aos atos de fiscalização e sanção, porque decorrem do poder discricionário da Administração Pública, mas não pode ocorrer delegação dos atos de legislação e consentimento, pois derivam do poder vinculado;
- b) possibilidade em relação aos atos de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, diante da autonomia dos entes federativos, que ostentam o poder discricionário para decidir a forma como prestam os serviços públicos;
- c) possibilidade em relação aos atos de consentimento e fiscalização, pois estão ligados ao poder de gestão do Estado, mas não pode ocorrer delegação dos atos de legislação e sanção, pois derivam do poder de coerção;
- d) impossibilidade, em qualquer das fases de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, pois apenas os órgãos da administração direta e os que ostentem personalidade jurídica de direito público da administração indireta exercem legitimamente a autoexecutoriedade de seus atos;
- e) impossibilidade, em qualquer das fases de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, pois qualquer forma de exercício de poder de polícia traz implícito o atributo da imperatividade do ato administrativo, que só pode ser legitimamente exercido pela administração direta.

**Questão 30:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Poder de polícia pode ser conceituado como uma atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade individual, mediante ações fiscalizadoras preventivas e repressivas.

De acordo com ensinamentos da doutrina de Direito Administrativo, são características ou atributos do poder de polícia:

- a) a hierarquia, a disciplina e a legalidade;
- b) a imperatividade, a delegabilidade e a imprescritibilidade;
- c) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade;
- d) a indelegabilidade, a hierarquia e o respeito às forças de segurança pública;
- e) a imposição da força policial, a voluntariedade e a disciplina.

**Questão 31:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

Determinado município, por meio de sua Secretaria Municipal de Fazenda e Ordem Pública, e o Corpo de Bombeiros indeferiram pedido formulado por particular para realização de "Festival Sertanejo" em determinada cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, eis que o requerente não cumpriu os requisitos legais, em especial não apresentou estrutura condizente para a garantia da segurança dos consumidores. Mesmo com a não obtenção das autorizações legais necessárias, o empreendedor, na véspera do show, começou a montar o palco em imóvel privado onde seria realizado o evento. Fiscais do município compareceram no local e interditaram a área, impedindo que se prosseguisse com a montagem.

Na hipótese narrada, o Município agiu:

- a) corretamente, calcado no poder administrativo hierárquico, eis que o particular deve se submeter à ordem administrativa, ainda que não haja contraditório prévio ou diferido;
- b) corretamente, calcado no poder administrativo de polícia, com atributo da autoexecutoriedade, para condicionar o uso da propriedade privada ao interesse público coletivo;
- c) erroneamente, eis que seria imprescindível a prévia ordem judicial para interditar a propriedade privada, cujo uso é garantido pela Constituição da República;
- d) erroneamente, eis que o poder administrativo disciplinar exige o prévio processo administrativo, com direito a contraditório e ampla defesa ao particular atingido;
- e) erroneamente, eis que o poder administrativo de império deve ser precedido de ordem judicial fundamentada, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

**Questão 32:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

Poder de Polícia pode ser conceituado como atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público, para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas. Nesse contexto, de acordo com moderna doutrina e jurisprudência, o poder de polícia é:

- a) delegável na fase de fiscalização de polícia, pois está ligado ao poder de gestão do Estado;

- b) delegável na fase de sanção de polícia, pois está ligado ao poder de império do Estado;
- c) delegável em qualquer fase, pois decorre do poder hierárquico do Estado;
- d) indelegável em qualquer fase, pois decorre da autoexecutoriedade administrativa;
- e) indelegável em qualquer fase, pois decorre da discricionariedade administrativa.

**Questão 33:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Administração/2018

Um guarda municipal, durante ronda em um mercado popular municipal, identifica inúmeras mercadorias falsificadas, realizando prontamente uma apreensão.

De acordo com o entendimento da doutrina administrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato do guarda, na situação, está amparado pelo atributo da autoexecutoriedade.
- b) Desde que tenha autorização judicial, a ação do guarda estará correta.
- c) A atitude do guarda representa um abuso de poder.
- d) A conduta do guarda deve ser invalidada, devido ao vício de objeto.
- e) Em nenhuma hipótese a ação do guarda é permitida, visto que viola o direito social do trabalho.

**Questão 34:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

Uma mercearia praticou infrações das normas de defesa do consumidor, como a exposição à venda de produtos impróprios ao consumo. Após regular inspeção no local, o PROCON, mediante procedimento administrativo, aplicou lícitamente a sanção administrativa de multa prevista no Art. 57 do Código de Defesa do Consumidor.

Sobre o caso em tela, assinale a opção que indica o poder da Administração Pública no qual o PROCON se baseou.

- a) *Poder Hierárquico*, eis que o órgão pode impor verticalmente sanções administrativas, desde que observados o contraditório e a ampla defesa.
- b) *Poder Regulamentar*, eis que o PROCON tem a prerrogativa de normatizar as relações de consumo, devendo agir em favor do consumidor hipossuficiente.
- c) *Poder Disciplinar*, eis que o poder público tem o poder dever de disciplinar as relações de consumo, atuando em favor de quem agiu lícitamente, seja o consumidor, seja o empresário.
- d) *Poder de Polícia*, eis que, por meio de ato concreto fiscalizatório, condicionou a liberdade e a propriedade do comerciante em prol da coletividade.

e) *Poder de Regulamentação*, eis que o PROCON tem a faculdade de expedir atos normativos gerais e abstratos para disciplinar as relações de consumo, em complemento à legislação.

**Questão 35:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

Agentes públicos municipais realizam vistorias e fiscalizações em casas e comércios da cidade, com o objetivo de eliminar os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que causa doenças como dengue, chikungunya e zika.

A política pública descrita está calcada no poder administrativo que consiste na atividade da administração pública, que se expressa por meio de seus atos concretos, de condicionar a propriedade dos indivíduos, mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas, chamado poder:

- a) disciplinar, que estabelece regras gerais para o uso da propriedade privada;
- b) hierárquico, que se evidencia pela superioridade administrativa e funcional dos agentes da área da saúde;
- c) regulamentar, que fixa normas aplicáveis em casos concretos e predeterminados em matéria de saúde pública;
- d) de polícia, que está calcado no fundamento da supremacia geral do interesse público;
- e) normativo, que excepciona os agentes de segurança pública, em qualquer hipótese, a observar a inviolabilidade domiciliar.

**Questão 36:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

O Presidente da Câmara Municipal, por não concordar com a ideologia religiosa ligada ao candomblé de Vitor, servidor público ocupante de cargo efetivo da Câmara, expediu ato de remoção do servidor. Inconformado, Vitor ajuizou ação judicial alegando e comprovando a verdadeira circunstância fática que motivou sua remoção.

O ato de remoção deve ser:

- a) mantido, pois não cabe ao Poder Judiciário se imiscuir no mérito administrativo, pelo princípio da separação dos poderes;
- b) mantido, pois ao Poder Judiciário cabe somente o controle da legalidade dos atos administrativos oriundos dos demais poderes;
- c) invalidado, pois houve abuso de poder na modalidade excesso de poder, maculando o elemento da competência do ato administrativo;

- d) invalidado, pois houve abuso de poder na modalidade desvio de poder, maculando o elemento da finalidade do ato administrativo;
- e) invalidado, pois houve abuso de autoridade pela discriminação religiosa, maculando o elemento do objeto do ato administrativo.

**Questão 37:** FGV - Adv (ALERO)/ALERO/2018

O Presidente de uma Assembleia Legislativa, por estar sobrecarregado de trabalho, delegou para o 1º Vice Presidente, com a concordância deste, competência para decidir de recurso hierárquico interposto contra decisão de Presidente de Comissão, em questão de ordem por este resolvida.

O mencionado ato administrativo de delegação é

- a) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder regulamentar, na medida em que editou norma geral e abstrata.
- b) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder hierárquico, delegando competência de ato devidamente especificado para inferior hierárquico.
- c) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder disciplinar, pois possui prerrogativa para regulamentar o exercício de suas próprias atribuições.
- d) nulo, eis que causará vício de competência, por excesso de poder para o 1º Vice Presidente, pois a decisão de recurso hierárquico é indelegável.
- e) nulo, eis que causará vício de hierarquia, pois o ato apenas poderia ser delegado para autoridade hierarquicamente superior ao agente delegante.

**Questão 38:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Jurídica/2018

O órgão competente do Município Delta, no exercício de suas atividades regulares, constatou que a Distribuidora de Alimentos Kapa não estava acondicionando os alimentos que distribuía com estrita observância da disciplina estabelecida em regulamento do Chefe do Poder Executivo, o qual fora editado em harmonia com a lei de regência. Como os alimentos estavam expostos às intempéries do tempo, foram inutilizados, apesar da resistência do sócio-gerente da Distribuidora, sendo aplicada a multa prevista em lei.

Considerando a narrativa acima, assinale a opção que indica a natureza e as características de todos os atos praticados, bem como a espécie do poder desempenhado.

- a) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.

- b) Poder disciplinar, com a prática de atos preventivos, de ordenação, de caráter concreto e de natureza vinculada, tendo a característica da coercibilidade.
- c) Poder de polícia, com a prática de atos repressivos, normativos e gerais, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- d) Poder disciplinar, com a prática de atos repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- e) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, concretos e discricionários, tendo a característica da autoexecutoriedade.

**Questão 39:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões.

São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente:

- a) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público municipal;
- b) emite ato administrativo de demissão de servidor público municipal, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- c) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- d) delega para autoridade municipal hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público municipal, observado o devido processo legal;
- e) edita emenda à lei orgânica municipal com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

**Questão 40:** FGV - AFTE (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Marcos Túlio, motorista de ônibus da empresa "*Mais Bus*", concessionária de serviço municipal de transporte de passageiros, ao se desviar de uma placa de metal que se despreendeu de um caminhão à sua frente, acabou por atropelar Cícero, ciclista, que usava a faixa exclusiva para bicicletas.

Considerando o caso exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade pela reparação dos prejuízos recai apenas sobre o Município, ente concedente do serviço público, de forma objetiva.
- b) A responsabilidade pela reparação dos prejuízos recai apenas sobre a empresa de ônibus, concessionária do serviço, de forma objetiva.
- c) A responsabilidade da empresa de ônibus, concessionária do serviço, é subjetiva, tendo em vista que Cícero não era usuário do serviço.
- d) A responsabilidade da empresa de ônibus, concessionária do serviço, é objetiva, podendo o Município responder de forma subsidiária.
- e) Tanto a empresa de ônibus quanto o Município respondem de forma objetiva e solidária pelos prejuízos causados a Cícero.

**Questão 41:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

O Presidente de determinada autarquia de Alagoas, no exercício de suas funções, praticou ato ilícito civil que causou danos a determinado usuário do serviço prestado pela entidade.

No caso hipotético narrado, incide a responsabilidade civil:

- a) subjetiva e solidária da autarquia e do Estado de Alagoas que a criou por lei específica;
- b) subjetiva e primária da autarquia, mas o Estado de Alagoas não pode ser responsabilizado porque a autarquia tem personalidade jurídica própria;
- c) objetiva e primária da autarquia, mas o Estado de Alagoas não pode ser responsabilizado porque a autarquia tem personalidade jurídica própria;
- d) objetiva e solidária da autarquia e do Estado de Alagoas que a criou por lei específica;
- e) objetiva e primária da autarquia, bem como objetiva e subsidiária do Estado de Alagoas.

**Questão 42:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Maria, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal de Justiça de Alagoas, ao cumprir mandado judicial de citação no endereço da ré Joana, envolveu-se em discussão com ela, e acabou quebrando o portão de sua casa. Inconformada com a agressividade do agente público e com os danos que sofreu, Joana ajuizou ação indenizatória.

Na hipótese narrada, aplica-se a responsabilidade civil:

- a) objetiva do poder público estadual, que prescinde da análise do elemento subjetivo por parte do agente público, cabendo ação de regresso em face do servidor, nos casos de culpa ou dolo;
- b) objetiva e direta do agente público, eis que os fatos não ocorreram nas dependências do fórum, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa;
- c) subjetiva do poder público estadual, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa, caso em que cabe ação de regresso visando ao ressarcimento ao erário;
- d) subjetiva e direta do agente público, eis que os fatos não ocorreram nas dependências do fórum, sendo prescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa;
- e) subjetiva e solidária do agente público e do poder público estadual, para maior proteção ao particular lesado, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa.

**Questão 43:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

João, apenado que cumpria pena privativa de liberdade decorrente de sentença penal condenatória com trânsito em julgado, foi morto no interior de unidade prisional estadual de Alagoas.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- a) objetiva do Estado, e o valor arbitrado em relação aos danos morais decorrentes não pode, em qualquer hipótese, ser revisto em sede de recurso especial pela proibição de reexame de matéria fática;
- b) objetiva do Estado, e os danos morais decorrentes somente podem ser revistos em sede de recurso especial quando o valor arbitrado for exorbitante ou irrisório, afrontando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- c) subjetiva do Estado, e o poder público estadual será condenado à indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, caso se comprove que o homicídio foi praticado por algum agente penitenciário;
- d) subsidiária do Estado, e, para condenação do poder público estadual ao pagamento de indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, será imprescindível a prévia tentativa de satisfação do crédito junto ao agente público que agiu com culpa ou dolo;
- e) subjetiva do Estado, e, para condenação do poder público estadual ao pagamento de indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, será imprescindível a

comprovação do ato ilícito e nexa causal, sendo desnecessária a demonstração do dolo ou culpa de um agente público.

**Questão 44:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXVI Exame/2018

Em uma movimentada rodovia concedida pela União a uma empresa privada, um veículo particular colidiu com outro, deixando diversos destroços espalhados pela faixa de rolamento. Um dos objetos deixados sobre a pista cortou o pneu de um terceiro automóvel, causando a colisão deste em uma mureta de proteção.

Com base no fragmento acima, assinale a afirmativa correta.

- a) A concessionária deve responder objetivamente pelos danos causados, com fundamento na teoria do risco administrativo.
- b) Em nenhuma hipótese a concessionária poderá ser responsabilizada pelo evento danoso.
- c) A concessionária responde pelos danos materiais causados ao terceiro veículo, com fundamento na teoria do risco integral, isto é, ficou comprovado que o dano foi causado por culpa exclusiva de terceiro ou por força maior.
- d) O proprietário do terceiro automóvel só será reparado pelos danos materiais caso demonstre a culpa da concessionária, caracterizada, por exemplo, pela demora excessiva em promover a limpeza da rodovia.

**Questão 45:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

Funcionários de sociedade empresária responsável pela prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica compareceram na casa de Maria para verificar possível erro em seu medidor de energia. Ocorre que, ao adentrar no quintal de Maria, os funcionários da concessionária danificaram o portão de sua casa, causando-lhe um prejuízo de mil reais.

Na hipótese em tela, em matéria de indenização, de acordo com o texto constitucional, aplica-se a responsabilidade civil:

- a) subjetiva da sociedade empresária, ainda que ostente personalidade jurídica de direito privado, devendo Maria comprovar o dolo ou culpa dos agentes que causaram o dano;
- b) subjetiva da sociedade empresária, eis que ostenta personalidade jurídica de direito público, devendo Maria comprovar o dolo ou culpa dos agentes que causaram o dano;
- c) subjetiva da sociedade empresária, eis que ostenta personalidade jurídica de direito público, bastando Maria comprovar o ato ilícito, o nexa causal e o dano, dispensável a prova sobre o elemento subjetivo dos agentes;
- d) objetiva da sociedade empresária, eis que ostenta personalidade jurídica de direito público, bastando Maria comprovar o ato ilícito, o nexa causal e o dano, dispensável a prova sobre o elemento subjetivo dos agentes;

e) objetiva da sociedade empresária, ainda que ostente personalidade jurídica de direito privado, bastando Maria comprovar o ato ilícito, o nexo causal e o dano, dispensável a prova sobre o elemento subjetivo dos agentes.

**Questão 46:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

Manuel de Souza, idoso e pobre, necessita de medicamento de uso continuado e controlado para se tratar de doença diagnóstica por médico do SUS. A medicação não faz parte das Relações Nacional e Municipal de Medicamentos Essenciais, mas Manuel precisa ter o remédio para recuperar sua saúde. Desta forma recorreu ao Poder Judiciário, acionando o Município de Maceió.

Sobre o caso narrado, conforme os princípios inseridos na Carta Magna Estadual, assinale a afirmativa correta.

- a) O Município está obrigado a fornecer a medicação, conforme orientação do médico, em virtude de seu dever de proteger a vida e a saúde dos munícipes.
- b) O Município, ao favorecer Manuel, irá contra o princípio da igualdade, já que não somente ele necessita de remédios fora da lista.
- c) O Município só está obrigado a entregar os remédios se houvesse disponibilidade orçamentária, ante o princípio da preservação da ordem econômica.
- d) O Município não está obrigado a atender aos interesses locais porque a entrega de medicação a carentes é um programa de abrangência nacional.
- e) O Município, pelo princípio do controle da Administração Pública, não está obrigado a fornecer a medicação fora da relação municipal de medicamentos essenciais.

**Questão 47:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

João, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no exercício da função, causou danos morais a Joana, parte autora em determinado processo judicial, cujos autos foram extraviados por culpa de João. Em razão de tais fatos, Joana obteve êxito em ação indenizatória aforada em face do Estado de Santa Catarina.

Na hipótese narrada, o poder público estadual:

- a) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, tendo o ônus de comprovar que o agente público agiu com culpa;
- b) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, desde que cumpra o ônus de comprovar que o agente público agiu com dolo;
- c) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, independentemente de comprovar a culpa ou dolo do agente, em razão da responsabilidade civil objetiva;

- d) não pode acionar judicialmente João, eis que a responsabilidade civil objetiva aplica-se apenas em face do Estado, que não tem o direito de regresso contra o agente;
- e) não pode acionar judicialmente João, eis que o direito de regresso do Estado contra o agente somente surge quando demonstrada má fé, o que incoorreu no caso.

**Questão 48:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

Imagine duas hipóteses em que um cidadão é vítima de roubo em via pública. O primeiro crime ocorre em uma rua deserta de madrugada, e o segundo, em rua movimentada, na parte da tarde, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram.

De acordo com jurisprudência e doutrina modernas, em tese, incide a responsabilidade civil:

- a) objetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- b) subjetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, com necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- c) objetiva na segunda hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- d) subjetiva na primeira hipótese, e a omissão genérica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- e) objetiva na primeira hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público.

**Questão 49:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Infância e Juventude/2018

João, Oficial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi designado para cumprir diligência fiscalizatória em evento que consiste em show com a participação de público adolescente. Chegando ao local, agindo de forma culposa, João se excedeu e retirou do show o adolescente Antônio, alegando que o rapaz estava desacompanhado de seus responsáveis, quando, na verdade, seu pai apenas tinha ido ao banheiro.

Diante dos danos morais (frustração) e materiais (valor do ingresso do show) sofridos por Antônio, ele procurou a Defensoria Pública e propôs ação indenizatória em face do:

- a) João, como pessoa física, por sua responsabilidade civil objetiva e direta;
- b) Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil objetiva;

- c) Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil subjetiva;
- d) Estado de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil objetiva;
- e) Estado de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil subjetiva.

**Questão 50:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Justiça e Avaliador/2018

João, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no dia 01/06/2011, conduzia veículo oficial para realizar diligência citatória afeta às suas funções públicas, quando, culposamente, atropelou e matou Maria. No dia 01/06/2014, sobreveio o trânsito em julgado de sentença penal condenando João pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor.

Em 01/06/2018, os filhos de Maria ajuizaram ação indenizatória em face do Estado de Santa Catarina, em razão de sua responsabilidade civil:

- a) objetiva, mas já se operou a prescrição quinquenal, cujo termo inicial é a data do acidente;
- b) objetiva, mas já se operou a prescrição trienal, cujo termo inicial é a data do óbito;
- c) objetiva, e ainda não se operou a prescrição quinquenal, cujo termo inicial é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- d) subjetiva, e ainda não se operou a prescrição trienal, cujo termo inicial é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- e) subjetiva, mas já se operou a prescrição quinquenal, cujo termo inicial é a data do acidente, independentemente da data do óbito ou da sentença penal condenatória irrecorrível.

**Questão 51:** FGV - Adv (ALERO)/ALERO/2018

A Assembleia Legislativa aprovou lei estadual declarando determinada área de utilidade pública para fins de desapropriação.

Por não concordar com a desapropriação de seu imóvel, o particular interessado ingressou com ação judicial e comprovou que tal lei, em verdade, não atendia ao interesse público e que sofreu danos materiais por sua aprovação, por ter perdido oportunidade de vender o imóvel a terceira pessoa por preço mais elevado.

No caso em tela, comprovados o ato ilícito, o nexo causal e o dano ao particular,

- a) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo, por sua natureza, não é suscetível de ensejar pleitos indenizatórios.

- b) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo está sujeito apenas ao regime jurídico de controle de constitucionalidade.
- c) incide a responsabilidade civil objetiva do Estado, por se tratar de lei de efeitos concretos que não estabelece normas gerais e abstratas, constituindo verdadeiro ato administrativo.
- d) incide a responsabilidade civil subjetiva do Estado, por se tratar de ato legislativo típico, que apenas admite indenização se comprovado o dolo ou culpa do agente público.
- e) incide a responsabilidade civil objetiva do Estado, por se tratar de ato legislativo típico, sendo necessária a comprovação do elemento subjetivo dos agentes públicos envolvidos no ato.

**Questão 52:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento em Orçamentos/2018

Analise a afirmação a seguir.

*O Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem à vítima, ainda que haja culpa exclusiva desta última.*

Considerando a responsabilidade civil do Estado, a afirmativa acima descreve a teoria

- a) da responsabilidade subjetiva.
- b) do risco administrativo.
- c) da falta do serviço.
- d) do risco integral.
- e) do risco social.

**Questão 53:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

João, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função pública, praticou ato ilícito que, com o pertinente nexo causal, causou dano ao administrado Mário.

Em matéria de responsabilidade civil, o particular Mário deve ajuizar ação indenizatória em face

- a) da Assembleia Legislativa de Rondônia, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João.
- b) da Assembleia Legislativa de Rondônia, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João.
- c) de João por sua responsabilidade civil primária e objetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público, facultada a inclusão do Estado no polo passivo da demanda.

d) do Estado de Rondônia, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João, que responderá pelos danos perante o Estado em ação de regresso.

e) do Estado de Rondônia, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João, que responderá de forma subjetiva perante o Estado em ação de regresso.

**Questão 54:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/ XXVII Exame/2018

A União construiu uma usina nuclear para fins de geração de energia elétrica. A fim de minimizar os riscos de acidentes relacionados à utilização do urânio, foram empregados, no empreendimento, os mais modernos e seguros equipamentos. Do mesmo modo, o pessoal designado para trabalhar na usina recebeu todos os treinamentos exigidos nas legislações brasileira e internacional.

Entretanto, em decorrência de uma intensa, imprevisível e excepcional chuva que caiu na região, parte da usina ficou alagada. Isso gerou superaquecimento nas instalações, fato que culminou na liberação de um pequeno volume de gases radioativos armazenados, causando náuseas e vômitos na população que mora próxima à usina.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, tendo em vista a ausência de culpa (responsabilidade subjetiva) por parte do Poder Público.

b) Em razão de as chuvas constituírem um evento imprevisível e excepcional, não se cogita a responsabilidade da União pelos danos causados à população.

c) A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

d) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, dado competir aos Estados a exploração dos serviços e das instalações nucleares, cabendo a eles a responsabilidade pelos danos.

**Questão 55:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

A Administração Pública municipal, após regular procedimento licitatório na modalidade concorrência, celebrou contrato administrativo com determinada sociedade empresária, que demonstrou capacidade para o desempenho da atividade, transferindo-lhe, por sua conta e risco, a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal, por prazo determinado, mediante remuneração por meio da cobrança de tarifa dos usuários.

O instrumento jurídico por meio do qual se firmou o negócio jurídico em tela é o contrato de:

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

- a) autorização de serviço público, aplicando-se o princípio do equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- b) permissão de serviço público, aplicando-se o princípio da disponibilidade do serviço;
- c) concessão de serviço público, aplicando-se o princípio da continuidade do serviço público;
- d) consórcio de serviço público, aplicando-se o princípio da modicidade da tarifa;
- e) parceria público-privada de serviço público, aplicando-se o princípio da eficiência do serviço público.

**Questão 56:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

A Lei nº 8.987/95, que trata do serviço público, dispõe que sua concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, com emprego de modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações, bem como conservação, melhoria e expansão do serviço.

Esse mandamento legal está diretamente relacionado ao princípio da:

- a) modicidade do serviço público e ao princípio da moralidade da administração pública;
- b) continuidade do serviço público e ao princípio da legalidade da administração pública;
- c) atualidade do serviço público e ao princípio da eficiência da administração pública;
- d) universalidade do serviço público e ao princípio da proporcionalidade da administração pública;
- e) eficiência do serviço público e ao princípio da publicidade da administração pública.

**Questão 57:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Serviço público pode ser conceituado como toda atividade executada pelo Estado visando à promoção de utilidade e comodidade para os cidadãos usuários, com prerrogativas decorrentes da supremacia estatal e sujeições justificadas pela indisponibilidade do interesse público.

Nesse contexto, aplica-se ao serviço público o princípio da:

- a) continuidade do serviço público, segundo o qual as atividades administrativas devem ser prestadas de forma ininterrupta, razão pela qual o ordenamento jurídico veda o direito de greve aos servidores públicos;
- b) atualidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, bem como visando à sua melhoria e expansão;

- c) universalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado de forma geral a todas as pessoas, em igualdade de condições, não podendo ser interrompido pelo inadimplemento do usuário;
- d) modicidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com tarifas acessíveis à população em geral, com preço público subsidiado pelo poder público, garantida a gratuidade aos comprovadamente hipossuficientes;
- e) impessoalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado em igualdade de condições para qualquer usuário, e não pode o particular prestador do serviço invocar, em qualquer hipótese, a exceção do contrato não cumprido.

**Questão 58:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/ XXVII Exame/2018

A sociedade empresária Beta assinou, na década de 1990, contrato de concessão de serviço de transporte público. Desde então, vem utilizando os mesmos ônibus no transporte de passageiros, não se preocupando com a renovação da frota, tampouco com o conforto dos usuários ou com o nível de emissão de poluentes. Em paralelo, com a natural evolução tecnológica, sabe-se que os veículos atualmente estão mais bem equipados, são mais seguros e, naturalmente, emitem menos poluentes.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A renovação da frota visa a atender ao princípio da atualidade, que exige das concessionárias o emprego de equipamentos modernos.
- b) Constitui interesse público a utilização de ônibus novos, mais econômicos, eficientes e confortáveis; por isso, independentemente de lei autorizativa, pode o poder concedente encampar o contrato de concessão, retomando o serviço público.
- c) Se a concessionária desrespeitar os parâmetros de qualidade do serviço estabelecidos no contrato, a concessão poderá ser extinta unilateralmente pelo poder concedente, aplicando-se o instituto da rescisão.
- d) Ao fim da concessão, os veículos utilizados retornam ao poder concedente, independentemente de expressa previsão no edital e no contrato.

**Questão 59:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

Serviço público é toda atividade executada de forma direta ou indireta pelo Estado e usufruída pelos cidadãos, gozando de prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público.

Dentre os princípios específicos do serviço público, o ordenamento jurídico estabeleceu o da:

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

- a) modicidade das tarifas, segundo o qual o serviço público deve ser prestado aos hipossuficientes de forma gratuita e universal;
- b) pessoalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado em benefício a um círculo social previamente definido em lei;
- c) continuidade, segundo o qual o serviço público, em regra, não deve sofrer interrupções e deve ser prestado de forma permanente;
- d) isonomia formal, segundo o qual o preço público cobrado para prestação do serviço deve ter valor progressivo, de acordo com a capacidade contributiva do usuário;
- e) onerosidade, segundo o qual o serviço público é remunerado mediante tarifa e, em caso de inadimplemento do usuário, pode ser suspenso independentemente de aviso prévio.

**Questão 60:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Compras, Patrimônio e Materiais/2018

A Lei nº 8.666/93 dispõe que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios específicos.

Dentre esses princípios norteadores da licitação, destaca-se o:

- a) do julgamento subjetivo, pois o administrador não deve se valer de critérios que não estejam previamente definidos no edital para a escolha do contratado;
- b) da vinculação ao instrumento convocatório, que, em regra, é o edital, exceto no convite, em que a lei prevê a convocação mediante carta-convite;
- c) da publicidade das propostas, que devem estar à disposição de qualquer cidadão, mediante publicação de cada proposta no átrio da repartição pública onde funciona a comissão de licitação;
- d) do procedimento informal, segundo o qual a licitação não é um fim em si mesma, e sim um instrumento para se alcançar um objetivo definido na lei, qual seja, a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- e) da pessoalidade, segundo o qual as condições pessoais do interessado em contratar com a Administração devem ser levadas em consideração, como o local onde se situa a sede social da pessoa jurídica.

**Questão 61:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

A Lei de Licitações estabelece critérios sucessivos de desempate na licitação, nas situações em que os critérios de escolha previamente definidos no edital não são suficientes para a seleção de uma única proposta vencedora.

Dessa forma, em igualdade de condições, como primeiro critério de desempate, será assegurada a preferência aos bens e serviços:

- a) produzidos no país;
- b) produzidos por empresas brasileiras;
- c) produzidos no âmbito do respectivo ente federativo contratante;
- d) prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no país;
- e) prestados por empresas que possuam mínimo de 5% (cinco por cento) de trabalhadores com deficiência.

**Questão 62:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Advogado Legislativo/2018

Tramita na Câmara Municipal processo legislativo consistente em projeto de lei que pretende exigir que os veículos utilizados para atender contratos estabelecidos com a Administração Municipal devam, obrigatoriamente, ter seus respectivos certificados de registro de veículos expedidos no Município de Salvador.

Instado a se pronunciar sobre a constitucionalidade do projeto de lei segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Advogado Legislativo deve direcionar seu parecer no sentido de sua:

- a) constitucionalidade, eis que compete ao Município legislar em assuntos de interesse local, sendo legítima a norma que dispõe sobre prioridade para sociedades empresárias situadas no território municipal;
- b) constitucionalidade, eis que é permitido aos Municípios, em sua esfera de autonomia, criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si no processo licitatório, com escopo de complementar a legislação federal;
- c) inconstitucionalidade, eis que, apesar de competir ao Município legislar sobre direito civil, comercial, processual e eleitoral, compete à União legislar em matéria de processo licitatório em todos os níveis da federação;
- d) inconstitucionalidade, eis que os serviços devem ser contratados mediante licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, sem violação ao interesse público pela redução do universo de interessados em contratar;
- e) inconstitucionalidade, eis que, apesar de a Lei nº 8.666/93 estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos somente para a União, o Município não pode legislar em sentido contrário a tal diploma que traz normas de repetição obrigatória.

**Questão 63:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

Os procedimentos licitatórios devem observar os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, sejam os expressos, sejam os implícitos, os princípios específicos previstos na Lei nº 8.666/93 e aqueles que lhe são correlatos, dentre eles, o:

- a) do julgamento subjetivo, eis que o licitante contratado será escolhido de acordo com suas aptidões pessoais;
- b) do sigilo das propostas, que são mantidas de forma sigilosa até a abertura dos envelopes em sessão pública;
- c) da publicidade imediata de todos os atos do processo, como edital, propostas e assinatura do contrato;
- d) da vinculação ao instrumento convocatório, pois o edital é a lei interna daquela licitação, podendo até dispor de forma contrária à lei;
- e) da isonomia, pois os licitantes devem ter as mesmas oportunidades, sendo permitido ao poder público fixar no edital quaisquer requisitos para a participação no certame.

**Questão 64:** FGV - Ass SG (COMPESA)/COMPESA/Técnico em Contabilidade/2018

A licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destina-se a garantir a observância do seguinte princípio constitucional:

- a) legalidade.
- b) simetria.
- c) anualidade.
- d) isonomia.
- e) clareza.

**Questão 65:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

Licitação pode ser conceituada como o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração Pública ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa, como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico estabelece como princípio específico da licitação o:

- a) da seleção da proposta mais célere para a Administração Pública;
- b) do tratamento diferenciado de natureza comercial e trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras;
- c) da prioridade para sociedades anônimas;
- d) do julgamento subjetivo do certame;
- e) da vinculação ao instrumento convocatório.

**Questão 66:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Arquiteto/2018

Segundo a Lei nº 8666/93, o Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

De modo a atender o que prescreve a Lei, o Projeto Básico deverá apresentar:

- a) desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão detalhada da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto conceitual;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar, ficando o levantamento dos materiais e equipamentos para a fase do projeto executivo;
- d) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- e) orçamento resumido do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

**Questão 67:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Engenheiro Civil/2018

A Lei nº 8.666/93 determina que as licitações para a execução de obras obedecerão à seguinte sequência:

- I.** projeto básico;
- II.** projeto executivo;
- III.** execução das obras.

Nesse contexto, o mencionado diploma normativo dispõe que:

- a) a licitação para execução de obras é feita independentemente de o produto dela esperado estar contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual;
- b) o projeto executivo poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras, desde que também autorizado pela Administração;
- c) a inclusão no objeto da licitação da obtenção de recursos financeiros para a execução de obra, qualquer que seja a sua origem, é permitida, em qualquer hipótese;

- d) a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras a serem executadas no exercício financeiro em curso antes da licitação é facultativa;
- e) o autor do projeto básico ou executivo, pessoa natural ou jurídica, poderá, em regra, participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra.

**Questão 68:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Civil/2018

De acordo com o texto da Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, as licitações para a execução de obras obedecerão à seguinte sequência legal:

- a) planejamento do projeto; contratação do executor; medição da obra;
- b) plano de trabalho; execução do contrato; prestação de contas;
- c) plano executivo; medição da obra; prestação de contas;
- d) projeto preliminar; plano de instalação; plano de operação;
- e) projeto básico; projeto executivo; execução das obras.

**Questão 69:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Eletricista/2018

As obras ou serviços para serem licitados necessitam atender algumas condições. A opção que **NÃO** caracteriza uma dessas condições é:

- a) projeto básico aprovado;
- b) orçamento detalhado;
- c) caderno de encargos detalhado;
- d) obra contemplada no Plano Plurianual;
- e) previsão de recursos orçamentários.

**Questão 70:** FGV - AssLM (CM Salvador)/CM Salvador/"Sem Área"/2018

A Câmara Municipal de Salvador optou por utilizar gás natural encanado, de maneira que realizará a contratação de fornecimento de gás natural com concessionário do serviço público, segundo as normas da legislação específica.

No caso em tela, de acordo com o texto legal da Lei nº 8.666/93, a licitação é:

- a) dispensável, pois se trata de hipótese constante no rol taxativo do mencionado diploma normativo;
- b) inexigível, pois se trata de hipótese constante no rol exaustivo do mencionado diploma normativo;
- c) dispensada, pois se trata de hipótese constante no rol exemplificativo do mencionado diploma normativo;
- d) obrigatória, em razão da natureza do serviço que será objeto do contrato administrativo;

e) obrigatória, em razão do valor do serviço que será objeto do contrato administrativo.

**Questão 71:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Administrativa/Gestão da Qualidade/2018

A Lei nº 8.666/93 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

De acordo com o mencionado diploma legal, é inexigível a licitação na seguinte hipótese:

- a) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- b) para a contratação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização;
- c) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- d) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor;
- e) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

**Questão 72:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

O Município de Salvador, com escopo de fomentar o turismo e manter a memória cultural local, pretende realizar a contratação de serviços técnicos de restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com empresa de notória especialização, no valor total de duzentos mil reais, atendendo aos princípios da economicidade e legalidade.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, o contrato administrativo deverá ser firmado mediante:

- a) dispensa de licitação, diante de permissivo legal;
- b) inexigibilidade de licitação, diante de permissivo legal;
- c) licitação na modalidade convite, obrigatoriamente, diante do valor do contrato;
- d) licitação na modalidade tomada de preços, obrigatoriamente, diante do valor do contrato;

e) licitação na modalidade concorrência, obrigatoriamente, diante do valor do contrato.

**Questão 73:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Compras, Patrimônio e Materiais/2018

O Município de Salvador deseja contratar prestigiado cantor consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, através de seu empresário exclusivo, para participar de show de réveillon.

No caso em tela, observadas as cautelas legais, a licitação é:

- a) dispensável, pois há inviabilidade de competição;
- b) dispensada, pois há discricionariedade na contratação;
- c) inexigível, pois há inviabilidade de competição;
- d) exigida, na modalidade concorrência;
- e) exigida, na modalidade concurso.

**Questão 74:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

O Município de Salvador deseja contratar prestigiado cantor consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, através de seu empresário exclusivo, para participar de show de réveillon.

No caso em tela, observadas as cautelas legais, a licitação é:

- a) dispensável, pois há inviabilidade de competição;
- b) dispensada, pois há discricionariedade na contratação;
- c) inexigível, pois há inviabilidade de competição;
- d) exigida, na modalidade concorrência;
- e) exigida, na modalidade concurso.

**Questão 75:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Ao acabar de assumir a Chefia do Executivo Estadual, o Governador constatou situação insustentável de superlotação da população carcerária, com grave e iminente risco à segurança pública. Assim sendo, o Administrador Público decidiu contratar sociedade empresária para ampliação, reforma e aprimoramento do estabelecimento penal existente no Estado. Após os estudos necessários, o valor total do contrato ficou estimado em um milhão e quatrocentos mil reais.

De acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93, a contratação pretendida:

- a) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade pregão, em razão do valor do contrato;
- b) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato;

- c) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato;
- d) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, diante de permissivo legal;
- e) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, diante de permissivo legal.

**Questão 76:** FGV - AMCI (CGM Niterói)/Pref Niterói/Controladoria/2018

Uma Autarquia de determinado Município tem necessidade de adquirir um bem ou serviço de natureza similar a outros bens e serviços já licitados no mesmo ano, mas que ao tempo da anterior licitação não pode ter sua necessidade prevista, decorrendo essa de eventualidade posterior, de caráter imprevisível.

O valor estimado do bem ou serviço é inferior ao apontado no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou seja, permitiria dispensa de licitação, e não há previsão para aquisição de outros bens e serviços de natureza similar que possam ser considerados em conjunto. Entretanto, a autarquia já adquiriu, neste mesmo ano, bens e serviços análogos, com dispensa de licitação, com base no mesmo Art. 24, num montante exatamente igual ao valor limite indicado.

*(Art. 24 - É dispensável a licitação... II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.) (Redação dada pela Lei nº 9.648/98.)*

Nesse caso, para a efetivação dessa compra,

- a) há desnecessidade de licitação, uma vez que o valor previsto no Art. 24, inciso II, não será atingido pela aquisição que se está procedendo.
- b) há desnecessidade de licitação, pois a aquisição não se refere a parcela de compra ou prestação de serviço de maior vulto.
- c) o limite de valor para bens ou serviços similares só pode ser utilizado para fins de dispensa uma vez em cada exercício, em qualquer hipótese.
- d) o fracionamento da aquisição a ser feita é inviável, decorrente de incorreto planejamento das despesas, sendo de rigor a licitação.
- e) é possível a dispensa de licitação, ante o caráter imprevisível da aquisição, não sendo consideradas as anteriores aquisições para fins do limite de valor imposto na lei.

**Questão 77:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende alugar o imóvel vizinho ao fórum de determinada comarca do interior, que será destinado ao atendimento de suas finalidades

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

precípuas, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. O valor total do contrato é de duzentos e quarenta mil reais, em doze parcelas mensais e sucessivas de vinte mil reais.

A contratação em tela:

- a) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do valor global do contrato;
- b) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade concorrência, em razão do valor global do contrato;
- c) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor global do contrato;
- d) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- e) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**Questão 78:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Eletricista/2018

Pode ser dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até:

- a) 10% do limite previsto para concorrência;
- b) 10% do limite previsto para convite;
- c) 10% do limite previsto para tomada de preço;
- d) 15% do limite previsto para concorrência;
- e) 15% do limite previsto para convite.

**Questão 79:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende contratar sociedade empresária para realizar pequenas obras e serviços de engenharia, com valor estimado de cinco mil reais, no salão onde funciona o Tribunal do Júri da Capital.

Levando em consideração os ditames da Lei nº 8.666/93, em tese, a contratação em tela:

- a) poderá ser feita mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- b) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade tomada de preços;
- c) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade convite;

- d) poderá ser feita com dispensa de licitação ou com prévia licitação nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência;
- e) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal, ou com prévia licitação na modalidade tomada de preços.

**Questão 80:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Gestão Pública/2018

O Estado de Alagoas decide promover uma celebração em função do dia de São João e realizar um show de forró com cantores consagrados no Estado.

Conforme os termos da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), essa contratação será realizada por

- a) inexigibilidade de licitação, em razão da impossibilidade de comparação dos preços com outros artistas, devido à sua especificidade.
- b) dispensa de licitação, devido ao caráter de interesse público do evento.
- c) carta-convite, em forma de homenagem aos serviços prestados pelos artistas.
- d) concorrência, em virtude da necessidade de ampla divulgação da festa, representativa de tradições regionais.
- e) tomada de preços, em função da obrigação de uso do tipo técnica e preço para o serviço.

**Questão 81:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Um Prefeito Municipal solicitou à sua assessoria que esclarecesse se era possível a contratação direta de determinado serviço ou se deveria ser realizada licitação para a seleção da melhor proposta.

A assessoria, em resposta, afirmou que, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação seria dispensável.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.666/93, a licitação seria dispensável

- a) se, uma vez publicado o edital, nenhum interessado solicitar sua realização.
- b) apenas porque os contratos têm valor inferior ao limite legal.
- c) embora exista a possibilidade de competição, a lei afastou sua necessidade.
- d) em razão da impossibilidade de competição.
- e) se for dispensada pelo Tribunal de Contas.

**Questão 82:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Arquitetura/2018

Assinale a opção que indica um dos casos em que a licitação é dispensável e a Administração está autorizada a promover a contratação direta.

- a) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestadamente inferiores aos praticados no mercado ou forem compatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais.
- b) Para obras e serviços de engenharia de valor até 25% do limite previsto na modalidade de licitação convite, desde que se refiram a parcelas de um mesmo serviço.
- c) Para aquisição de origem nacional, necessária à manutenção de equipamento, após a expiração da garantia técnica, quando tal condição de exclusividade for dispensável.
- d) Na contratação de remanescente de serviço, devido à rescisão contratual, desde que atendidas a ordem de classificação e aceitas as condições anteriores.
- e) Para a construção e reforma de estabelecimentos penais, desde que não se configure situação de grave e iminente risco à segurança pública.

**Questão 83:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Engenharia Civil/2018

Para adquirir equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, ficando caracterizada a inexistência de viabilidade jurídica de competição, a Administração Pública deve preferencialmente optar pelo processo de

- a) carta convite.
- b) concorrência.
- c) tomada de preços.
- d) inexigibilidade de licitação.
- e) dispensa de licitação.

**Questão 84:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento em Orçamentos/2018

João estudante de direito, após concluir suas pesquisas sobre licitação dispensada, dispensável e inexigível, concluiu que:

- I.** nas situações de licitação dispensada, a lei expressamente afasta a realização da licitação, ainda que a competição seja possível;
- II.** na licitação dispensável, a competição é possível, mas a lei permite que o administrador, apenas em razão do baixo valor da contratação, deixe de realizá-la; e
- III.** na licitação inexigível, apesar de a competição ser possível, a licitação será muito onerosa para o Poder Público.

Sobre as conclusões de João, à luz da sistemática estabelecida na ordem jurídica, em especial na Lei nº 8.666/93, está correto o que se afirma em

- a) **I, II e III.**
- b) **I e II**, somente.
- c) **II e III**, somente.
- d) **I**, somente.
- e) **III**, somente.

**Questão 85:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia pretende contratar sociedade empresária de notória especialização para prestar serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular. A contratação tem o objetivo de manter os servidores do legislativo atualizados e qualificados, atendendo ao princípio da eficiência, e o valor do contrato é de duzentos mil reais. No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação é

- a) dispensável, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- b) dispensada, diante da discricionariedade da competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- c) inexigível, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- d) imprescindível e deve ser adotada a modalidade convite, diante do valor do contrato.
- e) imprescindível e deve ser adotada a modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato.

**Questão 86:** FGV - Cont (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

A Lei nº 8.666/1993 estabelece, em seu Art. 22, as modalidades de licitação, de acordo com as peculiaridades do respectivo procedimento ou do objeto do futuro contrato a ser celebrado.

Relacione as modalidades de licitação, listadas a seguir, às suas respectivas definições.

- 1.** Concorrência
- 2.** Tomada de preços
- 3.** Convite

( ) é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local próprio, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

cadastrados na correspondente especialidade, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.

( ) é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

( ) é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, salvo nas parcerias público-privadas e nos contratos de concessão de serviços públicos.

Assinale a opção que apresenta a correlação correta, observada a ordem apresentada.

- a) **1 – 2 – 3.**
- b) **2 – 3 – 1.**
- c) **3 – 2 – 1.**
- d) **1 – 3 – 2.**
- e) **2 – 1 – 3.**

**Questão 87:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

Consoante dispõe o texto legal da Lei nº 8.666/93, suplementado pelos ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria, o fracionamento de licitação:

- a) é possível, inclusive com utilização da modalidade mais simples de licitação para uma parcela, quando se tratar de parcelas de natureza específica que devem ser executadas por pessoas diversas daquela que está executando a obra ou prestando o serviço principal;
- b) é possível, mediante a utilização da modalidade convite, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços;
- c) é possível, mediante a utilização da modalidade tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de concorrência;
- d) é necessariamente ilegal, pois a lei veda que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração sejam divididas em parcelas, ainda que se comprove que a fragmentação é técnica e economicamente viável, procedendo-se à licitação fracionada;
- e) é necessariamente ilegal, pois a lei proíbe que haja divisão do objeto da licitação para a execução de obras e serviços e para as compras de bens, ainda que a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, corresponda uma licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

**Questão 88:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

De acordo com a Lei nº 8.666/93, dentre as modalidades de licitação definidas em razão do valor do contrato, destaca-se a tomada de preços, que é aquela entre:

- a) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa;
- b) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- c) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial;
- d) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- e) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis.

**Questão 89:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Engenheiro Civil/2018

A Câmara Municipal de Salvador pretende realizar licitação para contratação de particular a fim de executar obras e serviços de engenharia, consistente em reforma do prédio da casa parlamentar, com valor estimado da contratação em cem mil reais.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação a ser utilizada:

- a) pode ser o convite, a tomada de preços ou a concorrência;
- b) pode ser o leilão ou o concurso;
- c) deve necessariamente ser a tomada de preços;
- d) deve necessariamente ser a concorrência;
- e) deve necessariamente ser o leilão.

**Questão 90:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Engenheiro Civil/2018

A Câmara Municipal de Salvador decidiu realizar licitação para contratação de serviços de engenharia para determinada obra. Ocorre que, por questão de dificuldades orçamentárias, o Presidente da Câmara optou pela realização de várias licitações para o mesmo objeto, dividindo a obra em parcelas.

A decisão do mencionado agente político é:

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

- a) ilegal, em qualquer hipótese, porque é vedado o fracionamento da licitação, pois o objetivo do certame é escolher a proposta mais vantajosa para a Administração;
- b) ilegal, porque o fracionamento da licitação é permitido de forma excepcional somente nos casos em que o contratado for entidade privada sem fins lucrativos;
- c) legal, desde que utilize a modalidade de licitação tomada de preços para cada procedimento licitatório, referente a cada parcela da obra;
- d) legal, desde que utilize a modalidade de licitação adequada para cada procedimento, levando em consideração o valor daquela parcela da obra;
- e) legal, desde que utilize a modalidade de licitação mais rigorosa para cada procedimento, levando em consideração a totalidade da obra.

**Questão 91:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

O Governador do Estado de Alagoas pretende realizar a contratação de serviços técnicos de publicidade e divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos estaduais, com caráter educativo, informativo e de orientação social, com profissionais ou empresas de notória especialização. Os estudos técnicos preliminares necessários revelaram que o valor total do contrato ficou estimado em quatrocentos mil reais.

De acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93, a contratação pretendida:

- a) deverá ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços ou concorrência, em razão do valor do contrato;
- b) deverá ser precedida de licitação, necessariamente na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato;
- c) deverá ser precedida de licitação, na modalidade convite, em razão do valor do contrato;
- d) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, diante de permissivo legal;
- e) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, diante de permissivo legal.

**Questão 92:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

Sobre o procedimento licitatório, analise as afirmativas a seguir.

1ª modalidade: não há fase de habilitação, uma vez que os licitantes já estão previamente cadastrados;

2ª modalidade: não há publicação de edital, sendo suficiente o envio do instrumento convocatório aos convidados, com posterior afixação no átrio da repartição pública e em local visível ao público.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, as descrições das modalidades acima se referem, respectivamente, à licitação por:

- a) convite e concorrência;
- b) tomada de preços e pregão;
- c) pregão e convite;
- d) concorrência e tomada de preços;
- e) tomada de preços e convite.

**Questão 93:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Civil/2018

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende contratar sociedade empresária para executar serviços de engenharia, consistentes na reforma do fórum da Capital. O valor estimado da contratação, verificado mediante estudos prévios, é de oitocentos mil reais. Na hipótese em tela, a contratação pretendida:

- a) pode ser feita mediante dispensa de licitação, por se tratar de prédio do Poder Judiciário;
- b) pode ser feita mediante dispensa de licitação, em razão do valor do contrato;
- c) deve ser feita mediante inexigibilidade de licitação, em razão do valor do contrato;
- d) deve ser feita mediante licitação na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato;
- e) pode ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato.

**Questão 94:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Eletricista/2018

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina promoverá licitação para contratação de sociedade empresária para executar serviços de engenharia elétrica, consistentes na reforma de toda a parte elétrica do fórum da comarca de Blumenau. O valor estimado da contratação, com base nos preços de mercado, é de setenta mil reais.

Na hipótese em tela, a contratação pretendida:

- a) deve ser feita mediante licitação na modalidade concorrência, em razão da natureza do objeto contratado;
- b) deve ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do objeto contratado;
- c) pode ser feita mediante licitação na modalidade convite, em razão do valor do objeto contratado;

- d) pode ser feita mediante licitação na modalidade leilão, em razão do valor do objeto contratado;
- e) deve ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, em razão da natureza do objeto contratado.

**Questão 95:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Eletricista/2018

A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento, observada a necessária qualificação, é:

- a) concorrência;
- b) tomada de preço;
- c) carta convite;
- d) concurso;
- e) leilão.

**Questão 96:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Jurídica/2018

Após ser informado pelo órgão competente sobre a necessidade de a Administração Pública adquirir determinados materiais de escritório, o Diretor de Licitações informou que os bens poderiam ser adquiridos com o uso de modalidade de licitação.

Essa modalidade de licitação permite a participação de interessados cadastrados ou que atendam a todas as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.666/93, essa modalidade é

- a) a tomada de preços.
- b) o pregão presencial.
- c) o pregão eletrônico.
- d) a concorrência.
- e) o convite.

**Questão 97:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Engenharia Civil/2018

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia resolveu, em 01 de agosto de 2018, contratar uma empresa para realizar uma pequena obra de engenharia no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Considerando o previsto na Lei nº 8.666/93 e em suas atualizações, a contratação supracitada deverá ser feita

- a) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade carta-convite.
- b) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade pregão-eletrônico.
- c) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade concorrência.

- d) por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- e) por meio de dispensa de licitação, ou por licitação prévia nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência.

**Questão 98:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Engenharia Elétrica/2018

Como responsável pela Seção de Licitação, você deve observar cuidadosamente os critérios que definem a modalidade e o tipo do certame licitatório.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor orçado para o objeto licitado é o critério que define se a modalidade será o pregão ou outra, como tomada de preço e concorrência.
- b) A natureza do objeto define se a licitação será um convite, uma tomada de preço ou uma concorrência.
- c) Os critérios que levam à definição de uma licitação como tomada de preço, também são admissíveis para uma concorrência.
- d) O valor do objeto é critério decisório quanto à opção para uso em licitações de melhor técnica ou de técnica e preço.
- e) O pregão, o convite, a tomada de preço e a concorrência são tipos de licitação e o enquadramento do certame licitatório depende da natureza do objeto e do valor orçado.

**Questão 99:** FGV - Eng (TJ SC)/TJ SC/Civil/2018

Após o processo da licitação por concorrência ou tomada de preços, a administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos.

O licitante interessado fica liberado dos compromissos assumidos, se a convocação para contratação ocorrer, após a data de entrega das propostas, em um prazo superior a:

- a) 30 dias;
- b) 45 dias;
- c) 60 dias;
- d) 75 dias;
- e) 90 dias.

**Questão 100:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Arquitetura/2018

Os tipos de licitação exclusivos, utilizados para realizar a licitação para a contratação do serviço de elaboração de projetos, deverão ser

- a) menor preço ou melhor técnica.



[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

- b) melhor técnica ou técnica e preço.
- c) técnica e preço ou lance ou oferta.
- d) lance ou oferta ou melhor técnica.
- e) menor preço ou técnica e preço.

## Direito Constitucional

### Questão 1: FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Gestão Pública/2018

O conceito de Estado está diretamente relacionado aos elementos indispensáveis à sua formação.

Assinale a opção que os indica.

- a) Povo, governo soberano e território.
- b) Clero, nobreza e povo.
- c) Classes sociais, classes econômicas e classes territoriais.
- d) Cultura, população e organização.
- e) Povo, localidade e hierarquia.

### Questão 2: FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Após um conflito armado interno, o grupo vitorioso elaborou nova Constituição para o País Delta. Ato contínuo, submeteu o texto a plebiscito popular, daí resultando a sua aprovação por larga maioria. A Constituição assim aprovada dispôs que parte de suas normas somente poderia ser alterada com observância de um processo legislativo qualificado, mais rigoroso que o das demais espécies legislativas, enquanto que a outra parte poderia ser alterada com observância do processo legislativo adotado para as leis ordinárias.

À luz da classificação das Constituições, a Constituição do País Delta pode ser classificada como:

- a) democrática, material e rígida;
- b) cesarista, formal e semirrígida;
- c) promulgada, material e flexível;
- d) participativa, formal e semirrígida;
- e) popular, material e rígida.

### Questão 3: FGV - Adv (ALERO)/ALERO/2018

O grupo que tomou o poder, após um golpe de estado, constituiu uma comissão de notáveis para elaborar um projeto de Constituição, o qual foi submetido à apreciação popular, tendo a população liberdade para escolher entre as opções sim e não. Com a aprovação popular, a nova Constituição entrou em vigor com a edição de decreto da junta de governo.

Para facilitar a atualização do texto constitucional, foi previsto que parte de suas normas poderia ser alterada com observância do processo legislativo regular, enquanto a alteração das normas restantes exigiria um processo legislativo qualificado.

A Constituição, além disso, buscou encampar distintas concepções ideológicas, como a livre iniciativa e a função social da propriedade.

A Constituição acima descrita pode ser classificada como

- a) revolucionária, semirrígida e ideologicamente neutra.
- b) cesarista, semirrígida e compromissória.
- c) promulgada, formal e compromissória.
- d) liberal-social, outorgada e dirigente.
- e) cesarista, flexível e dirigente.

**Questão 4:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

O Presidente da República celebrou tratado internacional no qual os Estados celebrantes se comprometiam a oferecer condições adequadas, no ambiente prisional, às mulheres grávidas que se encontrassem presas. Esse tratado foi aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e regularmente promulgado na ordem jurídica interna.

À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado é equivalente:

- a) ao ato infralegal, pois a sua promulgação na ordem interna se dá por meio de decreto;
- b) à lei ordinária, pois todo tratado internacional possui essa natureza jurídica;
- c) ao ato nulo, pois somente o Senado Federal possui competência para aprovar tratado internacional;
- d) à emenda constitucional, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas;
- e) à lei complementar, desde que aprovado pela maioria absoluta dos membros das Casas.

**Questão 5:** FGV - Adv (ALERO)/ALERO/2018

O juiz de direito, ao fundamentar uma decisão, afirmou que os direitos fundamentais, além de criarem situações jurídicas favoráveis a pessoas em particular, também estabelecem diretrizes para a atuação das estruturas estatais de poder.

O aspecto dos direitos fundamentais suscitado pelo juiz de direito é expressão

- a) da concepção subjetiva dos direitos fundamentais.
- b) da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.
- c) da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- d) dos direitos de primeira dimensão.
- e) do formalismo constitucional.

**Questão 6:** FGV - TT (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Após amplas apurações, determinado fiscal constatou a possível prática, por um grupo de pessoas, de crimes contra a ordem tributária, encaminhando peças de informação ao Ministério Público, que realizou novas investigações, desta feita sob o prisma criminal. Foi apurado que existiam provas da prática dos referidos crimes na casa de João, um dos suspeitos.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e deveres individuais, é correto afirmar que os agentes do Ministério Público

- a) poderiam ingressar a qualquer momento na casa de João, sem o seu consentimento, independentemente de ordem judicial.
- b) somente poderiam ingressar na casa de João com o seu consentimento.
- c) poderiam ingressar na casa de João, sem o seu consentimento, com ordem judicial e somente durante o dia.
- d) poderiam ingressar na casa de João, sem o seu consentimento, com ordem judicial, de dia ou à noite.
- e) poderiam ingressar na casa de João, sem sua autorização, com ordem judicial, que deve indicar o horário da diligência.

**Questão 7:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

Alguns moradores do Bairro Delta criaram uma associação com o objetivo de defender os seus interesses. Em razão dos excessos praticados por certos integrantes dessa associação, moradores do Bairro Alfa procuraram um advogado e solicitaram informações sobre a possibilidade de ela vir a ser dissolvida compulsoriamente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida associação é possível:

- a) apenas por decisão judicial transitada em julgado;
- b) apenas por deliberação dos moradores do Bairro Delta;
- c) por decisão judicial ou administrativa;
- d) apenas por deliberação dos moradores que a criaram;
- e) apenas por decisão administrativa.

**Questão 8:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

Pedro ingressou no serviço público municipal estimulado pela segurança e pelos benefícios inerentes ao cargo. Um desses benefícios seria fruído após dez anos de exercício funcional. Pedro completou os dez anos de serviço, mas, no dia em que ia requerer o benefício, o regime jurídico da categoria foi alterado e o benefício foi extinto, somente sendo assegurado o direito dos servidores que já o receberam.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- a) faz jus ao benefício, estando amparado pela coisa julgada;
- b) não faz jus ao benefício, pois não o requereu a tempo;
- c) faz jus ao benefício, estando amparado pelo direito adquirido;
- d) não faz jus ao benefício, pois tinha mera expectativa de direito;

e) faz jus ao benefício, pois o regime jurídico não poderia ser alterado.

**Questão 9:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

Maria reuniu todos os documentos exigidos para se matricular em uma escola estadual do seu bairro. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido sem qualquer fundamentação. Considerando a manifesta ilegalidade do ato, bem como porque todos os elementos constitutivos do seu direito decorriam da prova documental, Maria procurou um advogado e solicitou o ajuizamento da medida judicial cabível.

À luz da sistemática constitucional, essa medida é:

- a) habeas corpus;
- b) mandado de segurança;
- c) mandado de injunção;
- d) habeas data;
- e) pedido de suspensão.

**Questão 10:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

A República Federativa do Brasil, pelo órgão competente, assinou determinada Convenção Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Ato contínuo, a Convenção foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Por fim, após o depósito do instrumento de ratificação, foi promulgada na ordem interna pelo Presidente da República.

À luz da sistemática constitucional, a referida Convenção, na ordem jurídica interna, tem natureza jurídica equivalente:

- a) à emenda constitucional;
- b) à lei ordinária;
- c) à lei complementar;
- d) à lei delegada;
- e) ao decreto autônomo.

**Questão 11:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Jean, nacional francês residente no território brasileiro, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido que direitos a ordem jurídica brasileira lhe assegurava, mais especificamente se possuía direitos fundamentais e direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve afirmar que Jean:

- a) possui direitos políticos e fundamentais idênticos aos dos brasileiros naturalizados;
- b) não possui direitos políticos e fundamentais de qualquer natureza;

- c) possui direitos fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros, mas não direitos políticos;
- d) possui direitos fundamentais idênticos aos dos brasileiros, mas direitos políticos inferiores;
- e) possui direitos políticos e fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros.

**Questão 12:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

João, Oficial de Justiça Avaliador, recebeu mandado de busca e apreensão, tendo por objeto um computador, a ser cumprido na residência de Pedro.

À luz da sistemática constitucional, o referido mandado judicial:

- a) pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, em qualquer horário do dia ou da noite;
- b) somente pode ser cumprido se houver o consentimento expresso de Pedro;
- c) somente pode ser cumprido no horário nele constante, o qual, por imperativo constitucional, deve ser inserido;
- d) pode ser cumprido, durante a noite, sem o consentimento de Pedro, se houver urgência;
- e) somente pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, durante o dia.

**Questão 13:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Pedro recebeu notificação da associação de moradores da localidade em que reside fixando o prazo de 15 (quinze.) dias para que ele apresentasse os documentos necessários à sua inscrição na referida associação. Ultrapassado esse prazo, Pedro, segundo a notificação, incorreria em multa diária e seria tacitamente inscrito.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- a) está obrigado a atender à notificação, o que decorre do princípio fundamental da ideologia participativa;
- b) somente está obrigado a se associar caso a notificação seja judicial;
- c) pode ignorar a notificação, pois ninguém é obrigado a associar-se contra a sua vontade;
- d) está obrigado a atender à notificação, mas só precisa permanecer associado por um ano;

e) está obrigado a atender à notificação enquanto o Poder Judiciário não o dispensar dessa obrigação.

**Questão 14:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- a) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito;
- b) ser transferido a João, com a base no princípio da eficácia imediata da lei;
- c) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido;
- d) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição;
- e) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

**Questão 15:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão Governamental/2018

Augusto Silva, candidato a vereador pelo Partido Ômega, ingressou na justiça para impedir a veiculação de matéria, em jornal de grande circulação, que relembra as acusações de desvio de verbas que lhe foram imputadas. O fato lhe rendeu um processo criminal, do qual foi inocentado por falta de provas, há mais de seis meses.

O candidato alega que, com o trânsito em julgado da sentença, não há mais interesse na divulgação da informação e que a matéria pode prejudicar sua campanha.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, em razão da proteção constitucional à intimidade, à honra e à imagem do indivíduo.
- b) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, uma vez que não há interesse público envolvido na divulgação de denúncia da qual foi inocentado.
- c) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, em razão da liberdade jornalística e de comunicação, bem como da liberdade de informação.
- d) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, uma vez que a inocência por falta de provas no processo criminal não afasta a possibilidade de ajuizamento de ação de improbidade.

e) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, desde que consiga demonstrar minimamente que sua divulgação é capaz de alterar o resultado da eleição.

**Questão 16:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão Governamental/2018

João, servidor público municipal, foi informado que o novo regime jurídico da categoria (RJC.), com o objetivo de prevenir atos de corrupção, dispôs que todas as comunicações telefônicas dos servidores passariam a ser gravadas e analisadas pela comissão de análise e monitoramento de ilícitos. Essa comissão, por sua vez, encaminharia peças de informação aos órgãos competentes sempre que identificasse indícios da prática de ilícitos.

Considerando a necessidade de o RJC ser compatível com a sistemática constitucional, a referida prescrição normativa é

- a) incompatível, pois só a própria pessoa pode afastar o sigilo das comunicações telefônicas.
- b) compatível, pois foi instituída em lei.
- c) incompatível, pois só uma ordem judicial pode afastar o sigilo das referidas comunicações.
- d) compatível, pois não existe direito fundamental para o sigilo das referidas comunicações.
- e) incompatível, pois o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser afastado.

**Questão 17:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão de Tecnologia/2018

A Polícia Civil do estado Ômega vem monitorando uma suposta quadrilha de distribuição de drogas sintéticas para jovens de classe média.

A partir de interceptação telefônica, uma das operações realizadas resultou na prisão de três suspeitos, na apreensão de dois mil comprimidos e de três aparelhos celulares, cujos registros de chamadas, após decisão judicial, foram analisados e levaram à expedição de dois mandados de busca e apreensão e de dois mandados de prisão.

Sobre o caso, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A interceptação telefônica que levou à prisão dos suspeitos é válida, mas os registros de dados dos aparelhos apreendidos não podem ser utilizados como prova, por estarem protegidos por sigilo.
- b) A interceptação telefônica que levou à prisão dos suspeitos e ao desbaratamento da quadrilha é válida, desde que tenha sido autorizada por ordem judicial.
- c) O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, protegido por dispositivo constitucional que constitui cláusula pétrea, não se autorizando a realização de interceptação telefônica.

- d) A interceptação telefônica pode ser realizada pela autoridade policial sem a necessidade de autorização judicial, mas os dados de registro somente podem ser acessados após decisão judicial.
- e) O sigilo das comunicações telefônicas e o sigilo de dados não poderiam ser quebrados nem mesmo por decisão judicial, por se tratar de cláusulas pétreas.

**Questão 18:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão de Tecnologia/2018

João foi condenado a alguns anos de prisão pela prática de certo crime. A sentença condenatória foi objeto de recurso de apelação, ainda não julgado pelo Tribunal competente. Posteriormente à sua condenação em primeira instância, entrou em vigor a Lei WX, que aumentou a pena mínima cominada ao crime pelo qual João fora condenado. Essa nova pena supera em muito a pena que lhe fora aplicada.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e às garantias fundamentais, o Tribunal competente, ao julgar o recurso de apelação, deve considerar a Lei WX

- a) aplicável a João, pois a lei penal sempre tem incidência imediata, incidindo nos processos pendentes de julgamento.
- b) não aplicável a João, na medida em que é maléfica a ele, agravando a sua situação.
- c) aplicável a João, pois a lei penal incide nos processos pendentes sempre que não dispuser em contrário.
- d) não aplicável a João, pois, quando de sua entrada em vigor, já tinha sido proferida sentença em primeira instância.
- e) aplicável a João, pois o Tribunal competente ainda não julgou o recurso de apelação, o que exauriria a instância ordinária.

**Questão 19:** FGV - AMCI (CGM Niterói)/Pref Niterói/Auditoria Governamental/2018

Peter, cidadão alemão casado com Maria, cidadã brasileira, veio a falecer deixando diversos bens no território brasileiro. Tão logo ocorreu o óbito, Maria, cônjuge sobrevivente, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da lei que regularia a sucessão, se seria a brasileira ou a alemã.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve responder que a sucessão será regulada

- a) pela lei brasileira em benefício de Maria, salvo se a lei pessoal do de cujus lhe for mais favorável.
- b) necessariamente pela lei brasileira.

- c) pela lei brasileira em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho brasileiro.
- d) necessariamente pela lei alemã.
- e) pela lei alemã em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho alemão.

**Questão 20:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXVI Exame/2018

Antônio, líder ativista que defende a proibição do uso de quaisquer drogas, cientifica as autoridades sobre a realização de manifestação contra projeto de lei sobre a liberação do uso de entorpecentes.

Marina, líder ativista do movimento pela liberação do uso de toda e qualquer droga, ao tomar conhecimento de tal evento, resolve, então, sem solicitar autorização à autoridade competente, marcar, para o mesmo dia e local, manifestação favorável ao citado projeto de lei, de forma a impedir a propagação das ideias defendidas por Antônio.

Nesse sentido, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Marina pode dar continuidade à sua iniciativa, pois, com fundamento no princípio do Estado Democrático, está amplamente livre para expressar suas ideias.
- b) Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa, pois o direito de reunião depende de prévia autorização por parte da autoridade competente.
- c) Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa, já que sua reunião frustraria a reunião de Antônio, anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) Marina pode dar continuidade à sua iniciativa, pois é livre o direito de reunião quando o país não se encontra em estado de sítio ou em estado de defesa.

**Questão 21:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
- e) afronta a garantia constitucional do contraditório.

**Questão 22:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Antônio, insatisfeito com as práticas comerciais adotadas por determinados lojistas, decidiu confeccionar uma "carta aberta" na qual veiculava severas críticas às referidas práticas. Por temer represálias, Antônio não se identificava, inexistindo qualquer informação que permitisse vincular as críticas ao respectivo autor.

À luz da sistemática constitucional, o ato de Antônio está:

- a) dissonante da Constituição, pois a liberdade de expressão não permite a divulgação pública de opiniões sem autorização;
- b) dissonante da Constituição, pois, apesar de ser livre a manifestação do pensamento, é vedado o anonimato;
- c) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de expressão, na democracia, não encontra qualquer limitação;
- d) em harmonia com a Constituição, pois os lojistas desempenham função pública, sujeitando-os à crítica;
- e) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de pensamento não está sujeita a qualquer limitador.

**Questão 23:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Pedro, servidor público estadual, é suspeito de praticar ilícitos penais. O Ministério Público, no curso das investigações criminais realizadas sob sua presidência, entendeu que a interceptação das comunicações telefônicas teria grande importância para o esclarecimento dos fatos.

Sobre a interceptação das comunicações telefônicas de Pedro, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Elas podem ser interceptadas por qualquer do povo, pois as concessionárias de telefonia prestam um serviço público.
- b) Elas não podem ser interceptadas, pois são emanção da liberdade de expressão e do direito à intimidade.

- c) Elas somente podem ser interceptados por ordem judicial, emanada de juiz competente.
- d) Elas podem ser interceptadas mediante autorização do superior hierárquico de Pedro.
- e) Elas podem ser interceptadas por decisão do Ministério Público, titular da ação penal.

**Questão 24:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/ XXVII Exame/2018

Os produtores rurais do Município X organizaram uma associação civil sem fins lucrativos para dinamizar a exploração de atividade econômica pelos associados, bem como para fins de representá-los nas demandas de caráter administrativo e judicial.

Anderson, proprietário de uma fazenda na região, passa a receber, mensalmente, carnê contendo a cobrança de uma taxa associativa, embora nunca tivesse manifestado qualquer interesse em ingressar na referida entidade associativa. Em consulta junto aos órgãos municipais, Anderson descobre que a associação de produtores rurais, embora tenha sido criada na forma da lei, jamais obteve autorização estatal para funcionar. Diante disso, procura um escritório de advocacia especializado, para pleitear, judicialmente, a interrupção da cobrança e a suspensão das atividades associativas. Sobre a questão em comento, assinale a afirmativa correta.

- a) Anderson pode pleitear judicialmente a interrupção da cobrança, a qual revela-se indevida, pois ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressaltando-se que a falta de autorização estatal não configura motivo idôneo para a suspensão das atividades da associação.
- b) As associações representativas de classes gozam de proteção absoluta na ordem constitucional, de modo que podem ser instituídas independentemente de autorização estatal e apenas terão suas atividades suspensas quando houver decisão judicial com trânsito em julgado.
- c) A Constituição de 1988 assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedando apenas aquelas de caráter paramilitar, de modo que Anderson não pode insurgir-se contra a cobrança, vez que desempenha atividade de produção e deve associar-se compulsoriamente.
- d) A liberdade associativa, tendo em vista sua natureza de direito fundamental, não pode ser objeto de qualquer intervenção do Poder Judiciário, de modo que Anderson apenas poderia pleitear administrativamente a interrupção da cobrança dos valores que entende indevidos.

**Questão 25:** FGV - AssS (SASDH Niterói)/Pref Niterói/2018

No ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", completa 30 anos, merece especial homenagem o título que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, o texto constitucional dispõe que é:

- a) permitida a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato, para se evitarem retaliações;
- b) vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- c) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- d) inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo fomentada atividade política e partidária nos cultos religiosos;
- e) assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o resguardo do sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.

**Questão 26:** FGV - Cont (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Eraldo, após preencher os requisitos exigidos para a fruição de determinado direito social perante o Poder Público, compareceu à repartição competente e formulou o respectivo requerimento.

Apesar de ter apresentado todos os documentos exigidos, o que foi reconhecido pela autoridade competente, o seu pedido foi indeferido de maneira arbitrária, sem qualquer fundamentação.

À luz da sistemática constitucional e da desnecessidade de ser produzida qualquer outra prova que não a documental, é correto afirmar que o instrumento mais adequado à tutela do direito de Eraldo, perante o Poder Judiciário, é o

- a) *habeas data*.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) mandado de segurança.
- e) mandado de fruição.

**Questão 27:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

Pedro, servidor público estadual, formulou requerimento de gozo de licença paternidade ao seu superior hierárquico, o qual foi indeferido sem qualquer fundamentação.

A licença estava prevista no regime jurídico da categoria como direito subjetivo do servidor, tendo sido o requerimento formulado no prazo legal, devidamente instruído com a certidão de nascimento do filho do requerente.

Assinale a opção que indica o instrumento constitucional mais adequado para impugnar judicialmente a decisão de indeferimento da licença.

- a) Mandado de revogação.
- b) Mandado de segurança.
- c) Mandado de injunção.
- d) Direito de petição.
- e) *Habeas Data*.

**Questão 28:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Processo Legislativo/2018

Sobre *o mandado de segurança*, assinale a afirmativa correta.

- a) Cabe liminar para a compensação de crédito tributário.
- b) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- c) Não cabe a interposição de agravo de instrumento em face da decisão que denega a liminar, por expressa previsão legal.
- d) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- e) Não cabe mandado de segurança em face de ato sujeito a recurso na esfera administrativa.

**Questão 29:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

João, servidor público municipal, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito.

À luz da sistemática constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por João para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o mandado de injunção;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o habeas data;
- e) o direito de petição.

**Questão 30:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Maria estava impossibilitada de exercer um direito constitucional inerente à sua cidadania, em razão da ausência de norma regulamentadora.

O instrumento constitucional a ser utilizado por Maria, devidamente representada por profissional habilitado, visando à proteção dos seus interesses, é o

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

**Questão 31:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

João almejava ter conhecimento das informações de ordem tributária, relativas aos tributos municipais que pagou na condição de contribuinte, as quais se encontravam em poder do Município Alfa. Para tanto, formulou requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, que o denegou, por escrito, sob o argumento de se tratar de informação sigilosa.

Irresignado com o indeferimento, João procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional, previsto no rol dos direitos e garantias fundamentais, adequado à solução do seu problema, é

- a) o mandado de segurança.
- b) o mandado de injunção.
- c) o direito de petição.
- d) o *habeas data*.
- e) a reclamação.

**Questão 32:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

José, brasileiro, que completaria dezoito anos amanhã e nunca tinha votado em uma eleição, era muito crítico em relação aos atos lesivos ao patrimônio público praticados por alguns agentes públicos. Por tal razão, procurou um advogado e perguntou o que poderia ser feito para anular esses atos.

À luz da sistemática constitucional, José poderia ajuizar:

- a) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ação de improbidade, desde que seja elegível para cargo eletivo;
- c) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato, não pelo naturalizado;
- d) ação de improbidade, desde que seja considerado cidadão brasileiro;
- e) ação popular, o que exige o seu prévio alistamento como eleitor.

**Questão 33:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Eraldo, que jamais deixara de votar em uma eleição, cumprindo fielmente os seus deveres cívicos, tomou conhecimento de que o Prefeito Municipal estava realizando diversos gastos de forma irregular, sem a prévia realização de processo licitatório e sem qualquer motivo idôneo à contratação direta.

Com o objetivo de responsabilizar o Prefeito pelos danos causados ao patrimônio público, Eraldo procurou um advogado e solicitou que fosse informado da ação que poderia ajuizar.

À luz da sistemática constitucional, essa ação é:

- a) o mandado de segurança;
- b) a ação penal;
- c) o mandado de injunção;
- d) a ação popular;
- e) a reclamação constitucional.

**Questão 34:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Infância e Juventude/2018

Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público. Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, **corretamente**, que Pedro:

- a) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;
- b) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;
- c) poderia impetrar mandado de segurança;
- d) poderia impetrar mandado de injunção;
- e) poderia ajuizar uma ação popular.

**Questão 35:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

Pedro, cidadão espanhol residente no Brasil, encaminhou ofício à ouvidoria da Câmara Municipal noticiando que determinado servidor teria praticado diversos atos com abuso de poder, o que deveria ser objeto de apuração administrativa.

À luz da sistemática constitucional, o ofício de Pedro é manifestação do direito de:

- a) petição, que independe do pagamento de taxas, mas não pode ser exercido pelos estrangeiros residentes no País;
- b) ação, que exige o pagamento de taxas e pode ser exercido pelos estrangeiros residentes no País;

- c) petição, que independe do pagamento de taxas e pode ser exercido pelos estrangeiros residentes no País;
- d) ação, que independe do pagamento de taxas, mas não pode ser exercido pelos estrangeiros residentes no País;
- e) petição, que independe do pagamento de taxas, mas só pode ser exercido por cidadãos.

**Questão 36:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

Pedro formulou requerimento administrativo ao Município Beta solicitando a fruição de diversos direitos sociais contemplados na Constituição da República de 1988, o que foi negado sob o argumento de que esses direitos pertencem à coletividade, impedindo, assim, que a sua fruição seja requerida por apenas uma pessoa. O Município ainda acresceu que muitos direitos sociais estão previstos em normas constitucionais que não possuem eficácia plena, dependendo de integração pela legislação infraconstitucional.

À luz da sistemática constitucional, a decisão do Município Beta está:

- a) totalmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente e dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;
- b) parcialmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente, mas jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei;
- c) parcialmente certa, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente, mas dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;
- d) parcialmente certa, pois os direitos sociais devem ser postulados pela sociedade, mas serão fruídos individualmente, e não dependem de lei;
- e) totalmente errada, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente e jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei.

**Questão 37:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Infância e Juventude/2018

Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;

- b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

**Questão 38:** FGV - Cont (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Luca nasceu em território brasileiro. Seus pais tinham nacionalidade italiana e, na ocasião, estavam a serviço de uma conhecida indústria de automóvel com sede na Itália.

Logo após o nascimento, Luca retornou para a Itália. Após completar dezoito anos de idade, decidiu viver na República Federativa do Brasil e seguir carreira política.

À luz da sistemática constitucional afeta à nacionalidade, é correto afirmar que Luca

- a) não é brasileiro, pois é filho de pais italianos; logo, para candidatar-se a um cargo eletivo, deveria naturalizar-se.
- b) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro, podendo candidatar-se a qualquer cargo eletivo.
- c) é brasileiro nato, desde que não tenha sido registrado na Itália, podendo candidatar-se a qualquer cargo eletivo.
- d) é brasileiro nato, desde que optante pela nacionalidade brasileira, podendo candidatar-se a qualquer cargo eletivo.
- e) é brasileiro naturalizado, pois passou a residir no Brasil após a maioridade, o que limita as possibilidades de candidatura.

**Questão 39:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

Peter, filho de cidadãos norte-americanos, nasceu em Alagoas quando seus pais ali estavam em gozo de férias. Após o nascimento, foi para os Estados Unidos da América do Norte e jamais retornou à República Federativa do Brasil.

À luz da sistemática constitucional, Peter:

- a) é brasileiro nato;
- b) é brasileiro naturalizado;

- c) é brasileiro nato, desde que requeira a nova nacionalidade aos 18 anos de idade;
- d) é brasileiro naturalizado, se requerer a naturalização aos 18 anos de idade;
- e) não é brasileiro.

**Questão 40:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXVI Exame/2018

Afonso, nascido em Portugal e filho de pais portugueses, mudou-se para o Brasil ao completar 25 anos, com a intenção de advogar no estado da Bahia, local onde moram seus avós paternos.

Após cumprir todos os requisitos exigidos e ser regularmente inscrito nos quadros da OAB local, Afonso permanece, por 13 (treze) anos ininterruptos, laborando e residindo em Salvador. Com base na hipótese narrada, sobre os direitos políticos e de nacionalidade de Afonso, assinale a afirmativa correta.

- a) Afonso somente poderá se tornar cidadão brasileiro quando completar 15 (quinze) anos ininterruptos de residência na República Federativa do Brasil, devendo, ainda, demonstrar que não sofreu qualquer condenação penal e requerer a nacionalidade brasileira.
- b) Uma vez comprovada sua idoneidade moral, Afonso poderá, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado e, nessa condição, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, candidatar-se ao cargo de prefeito da cidade de Salvador.
- c) Afonso poderá se naturalizar brasileiro caso demonstre ser moralmente idôneo, mas não poderá alistar-se como eleitor ou exercer quaisquer dos direitos políticos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) Afonso, por ser originário de país de língua portuguesa, adquirirá a qualidade de brasileiro nato ao demonstrar, na forma da lei, residência ininterrupta por 1 (um) ano em solo pátrio e idoneidade moral.

**Questão 41:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França. À luz da sistemática constitucional, François:

- a) é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;
- b) é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;
- c) é brasileiro nato, independente de requerimento;
- d) é apenas nacional francês, não brasileiro;
- e) pode naturalizar-se brasileiro.

**Questão 42:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Jurídica/2018

Pedro nasceu na Itália no período em que seu pai, de nacionalidade brasileira, ali residia em caráter permanente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Pedro

- a) será cidadão brasileiro caso venha a residir no território brasileiro e opte por esta nacionalidade até os 18 anos.
- b) é considerado cidadão brasileiro caso tenha sido registrado na repartição brasileira competente.
- c) será cidadão brasileiro caso a sua mãe também tenha a nacionalidade brasileira.
- d) somente será nacional brasileiro caso requeira a sua naturalização.
- e) é considerado cidadão brasileiro.

**Questão 43:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Peter, filho de John e Mary, ambos de nacionalidade norte-americana, nasceu no território brasileiro quando seus pais, trabalhadores em uma indústria nos Estados Unidos da América, aqui estavam em gozo de férias.

Utilizando-se as normas constitucionais afetas à nacionalidade como referência, é correto afirmar que Peter

- a) pode optar pela nacionalidade brasileira quando completar dezoito anos de idade, pois nasceu no território brasileiro.
- b) é brasileiro naturalizado, isto por ter nascido no território brasileiro, mas ser filho de estrangeiros.
- c) é brasileiro nato, pois nasceu no território brasileiro e os seus pais não estavam a serviço do seu país.
- d) pode optar a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira, pois nasceu no território brasileiro.
- e) não tem nacionalidade brasileira, mas pode solicitar que o governo brasileiro a defira.

**Questão 44:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

Peter nasceu na Áustria no período em que sua mãe, Maria, brasileira nata, servidora da União, fora designada para trabalhar na embaixada brasileira naquele país. Como Maria era casada com Hans, de nacionalidade austríaca, Peter também tinha a nacionalidade do pai, jamais tendo residido no território brasileiro.

Ao completar trinta anos de idade, Peter consultou um advogado sobre a possibilidade de se candidatar a um mandato eletivo no Brasil, na eleição a ser realizada no ano seguinte, tendo sido informado, corretamente, que

- a) os estrangeiros, como Peter, não podem concorrer a um mandato eletivo.
- b) sendo brasileiro nato, pode concorrer aos cargos eletivos privativos de brasileiro nato.
- c) somente teria nacionalidade brasileira se a lei da Áustria não reconhecesse a sua nacionalidade austríaca originária.
- d) pode optar pela nacionalidade brasileira caso venha a residir no país, podendo concorrer a todos os cargos eletivos.
- e) caso venha a se naturalizar brasileiro, poderá concorrer a todos os cargos eletivos não privativos de brasileiro nato.

**Questão 45:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Jean, brasileiro naturalizado, que adquiriu grande popularidade em razão de suas atividades filantrópicas, decidiu concorrer a um cargo eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governador ou Senador.

À luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de:

- a) Vice-Presidente e Governador;
- b) Governador e Senador;
- c) Vice-Presidente;
- d) Governador;
- e) Senador.

**Questão 46:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV Exame/2018

Jean Oliver, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Jean passou a residir no Brasil.

A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Jean, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado.

Apreensivo, Jean procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

- a) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- b) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.

c) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.

d) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

**Questão 47:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

Eraldo, adolescente de quinze anos, nascido em território brasileiro, tinha o sonho de seguir carreira política. Para planejar o seu futuro, procurou um amigo advogado e pediu algumas orientações iniciais. Foi-lhe informado que, para se candidatar a um cargo eletivo no Poder Legislativo, era preciso preencher uma série de requisitos, dentre os quais o de ser cidadão e não ser alcançado por uma causa de inelegibilidade.

À luz da sistemática constitucional e da narrativa acima, Eraldo:

- a) já é cidadão, por ter nacionalidade brasileira;
- b) não poderá votar ou ser votado caso se torne inelegível;
- c) somente se tornará cidadão com o alistamento eleitoral;
- d) caso se torne inelegível, terá a sua cidadania afastada;
- e) caso se torne inelegível, terá a sua nacionalidade suspensa.

**Questão 48:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

Pedro, de 18 anos, pretende ser candidato a vereador. É brasileiro naturalizado, está no pleno exercício dos direitos políticos, está filiado a partido político e tem domicílio eleitoral no Município limítrofe àquele em que pretende candidatar-se, tendo, portanto, pleno conhecimento da realidade social.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- a) preenche todas as condições de elegibilidade exigidas;
- b) não preenche a condição de elegibilidade baseada no critério etário;
- c) não preenche a condição de elegibilidade consistente no domicílio eleitoral;
- d) não preenche a condição de elegibilidade consistente na nacionalidade brasileira nata;
- e) não preenche as condições de elegibilidade consistentes no critério etário e no domicílio eleitoral.

**Questão 49:** FGV - Of (TJ SC)/TJ SC/Infância e Juventude/2018

José pretendia concorrer ao cargo de vereador e foi informado de que deveria possuir direitos políticos. Por desconhecer como poderia cumprir essa exigência, solicitou a orientação de um advogado.

À luz da sistemática constitucional, o advogado informou, **corretamente**, que esse requisito é cumprido:

- a) apenas com o nascimento no território brasileiro;
- b) com a aquisição da nacionalidade brasileira;
- c) com a realização do alistamento eleitoral;
- d) com a impetração do mandado político;
- e) com o pagamento da taxa eleitoral.

**Questão 50:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXVI Exame/2018

Juliano, governador do estado X, casa-se com Mariana, deputada federal eleita pelo estado Y, a qual já possuía uma filha chamada Letícia, advinda de outro relacionamento pretérito.

Na vigência do vínculo conjugal, enquanto Juliano e Mariana estão no exercício de seus mandatos, Letícia manifesta interesse em também ingressar na vida política, candidatando-se ao cargo de deputada estadual, cujas eleições estão marcadas para o mesmo ano em que completa 23 (vinte e três) anos de idade.

A partir das informações fornecidas e com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Letícia preenche a idade mínima para concorrer ao cargo de deputada estadual, mas não poderá concorrer no estado X, por expressa vedação constitucional, enquanto durar o mandato de Juliano.
- b) Uma vez que Letícia está ligada a Juliano, seu padrasto, por laços de mera afinidade, inexistente vedação constitucional para que concorra ao cargo de deputada estadual no estado X.
- c) Letícia não poderá concorrer por não ter atingido a idade mínima exigida pela Constituição como condição de elegibilidade para o exercício do mandato de deputada estadual.
- d) Letícia não poderá concorrer nos estados X e Y, uma vez que a Constituição dispõe sobre a inelegibilidade reflexa ou indireta para os parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau nos territórios de jurisdição dos titulares de mandato eletivo.

**Questão 51:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

João praticou um crime e foi condenado, em sentença criminal transitada em julgado, a (10) dez anos de reclusão.

Considerando a sistemática constitucional afeta à suspensão ou à perda dos direitos políticos, é correto afirmar que a referida condenação criminal acarreta

- a) a suspensão dos direitos políticos por tempo equivalente ao dobro da pena privativa de liberdade.
- b) a suspensão dos direitos políticos pelo tempo que venha a ser determinado pelo Juiz Eleitoral.

- c) a suspensão dos direitos políticos pelo tempo determinado pelo Juiz que a proferiu.
- d) a suspensão dos direitos políticos enquanto a condenação produzir os seus efeitos.
- e) a perda definitiva dos direitos políticos.

**Questão 52:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Advogado Legislativo/2018

Foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito da Câmara dos Deputados com o objetivo de apurar situações de maus-tratos a crianças. Em sua primeira reunião, deliberou, de modo fundamentado, (I) convocar o Ministro da Justiça para prestar informações; (II) quebrar o sigilo bancário de dois suspeitos; e (III) determinar a interceptação da comunicação telefônica de outros dois suspeitos. Alguns membros da CPI ficaram vencidos na votação, pois entendiam que ela não tinha competência para adotar todas essas medidas.

À luz da sistemática constitucional, a CPI tem competência para adotar as medidas descritas em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

**Questão 53:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Foi instituída Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito da câmara dos Deputados com o seguinte objeto: "identificar possíveis irregularidades nos atos de gestão da administração pública federal indireta". Ainda constou do ato de instauração que a CPI funcionaria por tempo indeterminado, bem como que teria poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Por entender que o ato de instauração da CPI era manifestamente ilícito, o Partido Político Alfa solicitou o parecer de um advogado, o qual respondeu, corretamente, amparado pela ordem constitucional, que:

- a) apenas o prazo de funcionamento da CPI era irregular;
- b) apenas o objeto da CPI apresentava irregularidade;
- c) apenas os poderes de investigação da CPI eram irregulares;
- d) apenas o objeto e o prazo de funcionamento da CPI eram irregulares;
- e) o prazo de funcionamento, o objeto e os poderes de investigação da CPI eram irregulares.

**Questão 54:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa de determinado Estado convocou o Governador e o Secretário de Estado de Fazenda, para que prestassem informações sobre

questões ligadas à arrecadação tributária e à projeção de gastos para o próximo exercício financeiro.

Considerando a sistemática constitucional afeta ao funcionamento das comissões parlamentares e ao princípio da simetria, a referida convocação:

- a) se harmoniza à Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado, caso aprovada pelo plenário;
- b) se harmoniza à Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado;
- c) destoa da Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado;
- d) somente se harmoniza à Constituição em relação ao Secretário de Estado;
- e) somente se harmoniza à Constituição em relação ao Governador.

**Questão 55:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Processo Legislativo/2018

A Câmara dos Deputados instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de apurar as causas do crescimento do tráfico internacional de pessoas a partir do território nacional.

Em sua primeira reunião, a CPI deliberou, de modo fundamentado,

- I.** pela quebra do sigilo bancário de João e Maria.
- II.** pela interceptação telefônica das conversas de Pedro e Antônio.
- III.** colher o depoimento de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo para prestarem esclarecimentos sobre os fatos.
- IV.** pela busca e apreensão dos computadores existentes na residência de Pedro e Antônio.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação ao deliberado pela CPI, que estão corretas as medidas

- a) **I, II, III e IV.**
- b) **I, II e III,** somente.
- c) **III e IV,** somente.
- d) **II e IV,** somente.
- e) **I e III,** somente.

**Questão 56:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

Após regular tramitação, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram Proposta de Emenda à Constituição, tendo o Presidente do Congresso Nacional a encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, que a sancionou em parte e, nessa parte, promulgou-a. Por considerar que o processo legislativo adotado destoara daquele previsto na Constituição da República de 1988, o Partido Político X solicitou que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a existência de vício formal na Emenda Constitucional.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o Partido Político X:

- a) não tem razão, já que o processo legislativo que culminou com a promulgação da Emenda X foi plenamente regular, não apresentando vício formal;
- b) tem razão, já que somente o Senado Federal possui competência para discutir e votar as propostas de emenda constitucional;
- c) tem razão, já que a atuação do Presidente da República deveria ter-se limitado à sanção, competindo a promulgação ao Presidente do Senado Federal;
- d) tem razão, já que a atuação do Presidente da República deveria ter-se limitado à promulgação, não havendo espaço para sanção ou veto;
- e) tem razão, já que a Emenda X deveria ter sido promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado Federal, sem qualquer participação do Presidente da República.

**Questão 57:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

Foi apresentada proposta de emenda constitucional subscrita por um terço dos Deputados Federais. A proposta almeja criar um imposto e contém disposição expressa determinando a sua cobrança em relação a fatos geradores ocorridos no mesmo exercício financeiro, excepcionando, com isso, a vedação contida no Art. 150, III, b, da Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional a respeito dos limites materiais e formais ao exercício do poder reformador, a proposta:

- a) não afronta os limites materiais, pois somente os direitos e garantias individuais previstos no Título II da Constituição não podem ser alterados via emenda;
- b) afronta os limites formais, pois a proposta de emenda deveria ser apresentada, conjuntamente, por um terço dos Deputados Federais e um terço dos Senadores;
- c) não afronta os limites materiais, pois a vedação à cobrança de imposto em relação a fatos geradores ocorridos no mesmo exercício financeiro não configura direito individual;
- d) afronta os limites materiais, pois quaisquer direitos e garantias individuais previstos na Constituição, mesmo fora do Título II, devem ser respeitados pelo poder reformador;

e) afronta os limites formais, pois somente o Presidente da República pode apresentar propostas de emenda que criem tributos.

**Questão 58:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Um terço dos Senadores apresentou proposta de emenda constitucional alterando a sistemática orçamentária. A proposta foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros, sendo ao final promulgada, pelo Presidente do Senado Federal, a Emenda Constitucional WW. Acresça-se que, à época da votação, a região norte do País fora atingida por calamidade de grandes proporções da natureza.

À luz da sistemática constitucional, o processo legislativo que culminou com a aprovação da Emenda Constitucional WW:

- a) apresentou vício de iniciativa e afrontou os limites materiais ao exercício do poder reformador;
- b) afrontou apenas os limites materiais ao exercício do poder reformador;
- c) afrontou apenas limite circunstancial ao exercício do poder reformador;
- d) apresentou vício apenas no ato da promulgação, que foi realizada por autoridade incompetente;
- e) foi irregular, pois a proposta restou aprovada sem a observância do quórum de votação exigido.

**Questão 59:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV Exame/2018

Por entender que o voto é um direito, e não um dever, um terço dos membros da Câmara dos Deputados articula proposição de emenda à Constituição de 1988, no sentido de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no país.

Sabendo que a proposta gerará grande polêmica, o grupo de parlamentares resolve consultar um advogado especialista na matéria.

De acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica a orientação correta a ser dada pelo advogado.

- a) Não é possível sua supressão por meio de Emenda Constitucional, porque o voto obrigatório é considerado cláusula pétrea da Constituição da República, de 1988.
- b) Não há óbice para que venha a ser objeto de alteração por via de Emenda Constitucional, embora o voto obrigatório tenha estatuto constitucional.
- c) Para que a proposta de Emenda Constitucional seja analisada pelo Congresso Nacional, é necessária manifestação de um terço de ambas as Casas.

d) A emenda, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, somente será promulgada após a devida sanção presidencial.

**Questão 60:** FGV - Adv (ALERO)/ALERO/2018

Analise a narrativa a seguir.

**(I)** Um grupo de cento e vinte Deputados Federais subscreveu proposta de emenda constitucional;

**(II)** a proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;

**(III)** nesse período, parte do país foi atingida por calamidade natural de grandes proporções;

**(IV)** a proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de três quintos dos respectivos membros;

**(V)** a proposta foi promulgada pelo Presidente da República.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional, os itens

- a) **II, III e V.**
- b) **I, II e IV.**
- c) **I, IV e V.**
- d) **I e V.**
- e) **III e IV.**

**Questão 61:** FGV - AFTE (SEFIN RO)/SEFIN RO/2018

Um grupo de deputados estaduais, sensível à reivindicação dos servidores públicos, apresentou projeto de lei integrado por três artigos:

- O Art. 1º, contendo inúmeros parágrafos e alíneas, estabeleceu regras detalhadas sobre o regime disciplinar dos servidores públicos, tipificando infrações administrativas e cominando sanções;
- O Art. 2º vedou a realização de contratações de pessoal por todos os entes públicos, nas circunstâncias que descreveu, as quais caracterizavam a prática de nepotismo; e
- O Art. 3º estatuiu que a remuneração dos servidores públicos estaduais deve ser revista, a cada ano, conforme a variação da inflação do período.

A proposta foi aprovada e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, daí resultando a promulgação da Lei Estadual 123.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que o vício de inconstitucionalidade recai

- a) sobre todos os artigos.
- b) apenas sobre os artigos 1º e 2º.
- c) apenas sobre os artigos 1º e 3º.
- d) apenas sobre o Art. 3º.
- e) apenas sobre o Art. 2º.

**Questão 62:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

O Presidente da República editou a Medida Provisória XX, que inseriu relevantes modificações na economia nacional. O Partido Político Alfa, insatisfeito com o teor desse ato normativo, solicitou o parecer de um renomado advogado em relação ao fato de a medida provisória somente ter sido assinada pelo Chefe do Poder Executivo, não contando com o referendo do Ministro de Estado da área.

À luz da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que:

- a) a edição de medida provisória é de competência privativa do Presidente da República, não podendo contar com a participação de Ministro de Estado;
- b) o referendo do Ministro de Estado da área somente é necessário em relação aos decretos, não aos atos com força de lei;
- c) o referendo do Ministro de Estado da área somente seria necessário por ocasião da sanção da lei de conversão aprovada pelo Congresso Nacional;
- d) a ordem constitucional somente exige que o Ministro de Estado assine os atos do Presidente da República nas hipóteses de competência concorrente;
- e) era necessário o referendo do Ministro de Estado da área para a edição da Medida Provisória XX, sendo que sua ausência denota a caracterização de vício formal.

**Questão 63:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Mesa Diretora/Ouvidoria/2018

Após regular tramitação, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei M3, apresentado pela Deputada Federal Maria, que aumentava os vencimentos dos servidores públicos federais. O Presidente da República, no entanto, veio a vetá-lo sob o argumento de ser inconstitucional. Em momento posterior, o veto foi rejeitado pela maioria relativa dos Deputados e Senadores, sendo ao final promulgada pelo Presidente da República a Lei XX.

À luz da sistemática constitucional, o processo legislativo que culminou com a promulgação da Lei XX apresenta:

- a) dois vícios de inconstitucionalidade, pois a matéria era de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e a promulgação da lei era da alçada do Presidente do Senado Federal;

- b) um vício de inconstitucionalidade, pois o veto somente poderia ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores;
- c) um vício de inconstitucionalidade, pois a matéria versada no projeto era de iniciativa privativa do Presidente da República Federativa do Brasil;
- d) dois vícios de inconstitucionalidade, pois a matéria era de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e o veto só poderia ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores;
- e) dois vícios de inconstitucionalidade, pois o veto só poderia ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores e a promulgação da lei era da alçada do Presidente do Senado Federal.

**Questão 64:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Legislativa/Informação Legislativa/2018

O Presidente da República apresentou projeto de lei ordinária cuja discussão se iniciou no Senado Federal, que o aprovou, seguindo para a Câmara dos Deputados. Com a aprovação nesta última Casa, a Mesa do Congresso Nacional promulgou a Lei X. Um grupo de Deputados de oposição divulgou nota afirmando que o processo legislativo descumpriu a disciplina traçada na Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional, o grupo de Deputados está correto, já que o projeto apresenta o(s) seguinte(s) vício(s):

- a) o Presidente da República não tem legitimidade para apresentar projetos de lei ordinária fora do regime de urgência constitucional;
- b) a discussão do projeto de lei ordinária deveria ter sido iniciada na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, que seria a Casa Revisora;
- c) o Presidente da República não poderia apresentar o projeto e a análise deveria ser realizada em sessão conjunta das Casas Legislativas;
- d) após aprovação do projeto pelas Casas Legislativas, ele deveria ser encaminhado ao Presidente da República, não à Mesa do Congresso Nacional;
- e) a discussão deveria ser iniciada na Câmara e o projeto encaminhado ao Presidente da República, não à Mesa do Congresso.

**Questão 65:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

Com o objetivo de compensar os servidores públicos do Poder Executivo estadual pelo longo período sem reajustes remuneratórios, um grupo de Deputados Estaduais encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa concedendo aumento de 5%, muito inferior, no entanto, à inflação acumulada. O projeto foi aprovado pelo Legislativo. O Governador do

Estado, no entanto, decidiu vetá-lo sob o argumento de ser formalmente inconstitucional. O veto foi rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais. Ao fim, veio a ser promulgada a Lei Estadual WW.

À luz da sistemática constitucional, sob o prisma formal, a Lei Estadual WW:

- a) apresenta vício de inconstitucionalidade, já que o poder de iniciativa legislativa era privativo do Governador, não podendo ser exercido pelos Deputados;
- b) não apresenta vício de inconstitucionalidade, pois a iniciativa legislativa é sempre franqueada a qualquer Deputado ou grupo de Deputados;
- c) apresenta vício de inconstitucionalidade, pois o veto do Governador deveria ser rejeitado por dois terços dos Deputados;
- d) não apresenta vício de inconstitucionalidade, já que a iniciativa legislativa, em matéria vencimental, somente pode ser exercida por grupos de Deputados;
- e) apresenta vício de inconstitucionalidade, pois os reajustes vencimentais dos servidores públicos não podem ser inferiores à inflação.

**Questão 66:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXVI Exame/2018

O deputado federal Alberto propôs, no exercício de suas atribuições, projeto de lei de grande interesse para o Poder Executivo federal.

Ao perceber que o momento político é favorável à sua aprovação, a bancada do governo pede ao Presidente da República que, utilizando-se de suas prerrogativas, solicite urgência (regime de urgência constitucional) para a apreciação da matéria pelo Congresso Nacional.

Em dúvida, o Presidente da República recorre ao seu corpo jurídico, que, atendendo à sua solicitação, informa que, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o pleito da base governista

- a) é viável, pois é prerrogativa do chefe do Poder Executivo solicitar o regime de urgência constitucional em todos os projetos de lei que tramitem no Congresso Nacional.
- b) não pode ser atendido, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser solicitado pelo presidente da mesa de uma das casas do Congresso Nacional.
- c) viola a CRFB/88, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser requerido pelo Presidente da República em projetos de lei de sua própria iniciativa.
- d) não pode ser atendido, pois, nos casos urgentes, o Presidente da República deve veicular a matéria por meio de medida provisória e não solicitar que o Legislativo aprecie a matéria em regime de urgência.

**Questão 67:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

Determinada lei federal foi resultado do seguinte processo legislativo:

- (I)** o Presidente da República encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional;
- (II)** o Senado Federal atuou como casa iniciadora e a Câmara dos Deputados como casa revisora;
- (III)** o projeto aprovado em ambas as casas foi sancionado pelo Presidente do Congresso Nacional.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, é correto afirmar que o processo legislativo apresentou irregularidades:

- a) na fase **I**, apenas;
- b) na fase **II**, apenas;
- c) na fase **III**, apenas;
- d) nas fases **II** e **III**, apenas;
- e) nas fases **I** e **III**, apenas.

**Questão 68:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Processo Legislativo/2018

O Presidente da República encaminhou projeto de lei complementar de sua iniciativa privativa ao Senado Federal, o qual foi aprovado pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, sendo, ato contínuo, remetido à Câmara dos Deputados.

A Casa Revisora, também por maioria absoluta, aprovou emendas de redação, mas sem comprometer a essência do projeto recebido. O projeto, por fim, foi encaminhado ao Presidente da República, que sancionou e promulgou a Lei nº 123.

Sobre a narrativa acima, com base na sistemática constitucional afeta ao processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- a) Não apresenta nenhuma irregularidade.
- b) Apresenta irregularidade em relação à Casa Iniciadora.
- c) Apresenta irregularidade em relação ao quórum de aprovação.
- d) Apresenta irregularidade em relação à sanção e à promulgação.
- e) Apresenta irregularidade em relação ao não retorno do projeto à Casa Iniciadora.

**Questão 69:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Oficial de Justiça Avaliador/2018

João, servidor público estadual, após cumprir os requisitos previstos na legislação de regência, teve a sua aposentadoria deferida pelo Governador do Estado Alfa. Para sua surpresa, foi informado pelo Departamento de Recursos Humanos que esse ato de aposentadoria ainda não assumira contornos definitivos, pois a sua legalidade ainda seria avaliada.

João, por entender ser incorreta a informação do Departamento de Recursos Humanos, consultou um advogado a respeito de como deveria proceder.

À luz da sistemática constitucional, a orientação adequada ao caso de João é a de que o Departamento de Recursos Humanos está:

- a) certo, já que o ato de aposentadoria jamais se torna definitivo, podendo ser alterado a qualquer momento;
- b) errado, pois o ato de aposentadoria, nas condições da narrativa, é um ato jurídico perfeito;
- c) certo, pois o ato de aposentadoria é renovado a cada mês, com o pagamento do benefício;
- d) errado, pois o preenchimento dos requisitos exigidos faz surgir o direito adquirido;
- e) certo, pois a aposentadoria de João ainda deve ser registrada no Tribunal de Contas.

**Questão 70:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão de Tecnologia/2018

As opções a seguir apresentam exemplos da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) O TCU exerce o controle externo das contas públicas, em auxílio ao controle exercido pelo Congresso Nacional.
- b) O TCU julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- c) O TCU julga anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e aprecia os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- d) O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, exceto as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- e) O TCU, no caso de contratos em que se verifique irregularidade, não pode determinar, de imediato, sua sustação.

**Questão 71:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão de Tecnologia/2018

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, único ali existente, ao analisar o ato de concessão de pensão por morte a Maria, viúva do servidor público municipal Carlos, identificou ilegalidade na contagem do tempo de contribuição. Em razão disso, determinou o retorno do respectivo processo administrativo ao órgão de origem e fixou prazo para a sua correção.

À luz da sistemática constitucional, a conduta do Tribunal de Contas do Estado Alfa está

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

- a) incorreta, pois não compete ao Tribunal de Contas apreciar os atos de concessão de pensão por morte.
- b) correta, pois o Tribunal de Contas deve apreciar o ato de concessão da pensão, mas jamais negar-se a registrá-lo.
- c) incorreta, pois o Tribunal de Contas do Estado não pode apreciar a legalidade de atos praticados pelos Municípios.
- d) correta, pois o Tribunal de Contas deve apreciar atos dessa natureza e estabelecer prazo para a correção da ilegalidade.
- e) incorreta, pois, identificada a ilegalidade, deveria o Tribunal de Contas anular o ato, não determinar o retorno dos autos.

**Questão 72:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Jurídica/2018

Elias, servidor público, teve deferida a sua aposentadoria em 2014. No corrente ano, foi comunicado por sua repartição de origem que o Tribunal de Contas do Estado, por ocasião do respectivo registro, detectara ilegalidades no cálculo dos seus proventos e decidiu que deveriam ser reduzidos. Elias, surpreso com o próprio envio do processo de aposentadoria ao Tribunal de Contas, por ele desconhecido, solicitou orientação do seu advogado.

Considerando os dados oferecidos e a sistemática constitucional, o advogado respondeu que o procedimento do Tribunal de Contas do Estado está

- a) correto, pois o Tribunal de Contas deve apreciar a qualquer tempo, para registro, o ato inicial de aposentadoria, mas, após cinco anos, observará o contraditório e a ampla defesa.
- b) correto, pois o Tribunal de Contas deve cumprir o prazo decadencial de cinco anos para apreciar o ato inicial de aposentadoria, observado o contraditório e a ampla defesa.
- c) incorreto, pois o Tribunal de Contas deveria limitar-se a emitir parecer sobre a matéria, com a consequente devolução do processo de aposentadoria ao Poder Executivo.
- d) correto, pois o Tribunal de Contas deve apreciar a qualquer tempo, para registro, o ato inicial de aposentadoria, independente da manifestação de Elias.
- e) incorreto, pois o Tribunal de Contas, por força do princípio da separação dos poderes, não deve apreciar o ato inicial de aposentadoria.

**Questão 73:** FGV - Aud (MPE AL)/MPE AL/2018

De acordo com a Constituição da República de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistemas de controle interno.

Esse sistema deve atender às finalidades listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) Prevenir fraudes nos sistemas contábeis dos órgãos e entidades da administração federal.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- e) Comprovar a legalidade dos resultados da gestão orçamentária e financeira dos órgãos da administração federal, quanto à eficácia e à eficiência.

**Questão 74:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

O Tribunal de Contas de determinado Estado, ao apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, emitiu parecer pela sua rejeição. Apesar disso, as contas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, esse proceder está:

- a) errado, pois o Tribunal de Contas sempre exerce competência decisória, não consultiva, devendo aprovar ou rejeitar as contas do Governador, com recurso ao Tribunal de Justiça;
- b) errado, pois o Tribunal de Contas somente exerce competência consultiva em relação aos demais gestores públicos, não quanto ao Governador do Estado;
- c) certo, pois o Tribunal de Contas, em qualquer caso, deve emitir parecer prévio, cabendo ao Poder Legislativo o julgamento das contas do Governador;
- d) certo, pois apesar de o Tribunal de Contas ter o dever de julgar as contas do Governador, a Assembleia Legislativa aceitou a delegação de competência;
- e) errado, pois o Tribunal de Contas deve julgar as contas do Governador do Estado, cabendo recurso para a Assembleia Legislativa.

**Questão 75:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

O Presidente da República editou determinado ato normativo alterando a Lei X, que estava em vigor há vários anos, o que gerou forte reação do Poder Legislativo, o qual entendia que a Constituição da República de 1988 não amparava esse tipo de iniciativa. Afinal, somente o Poder Legislativo, sob essa ótica, poderia editar ou alterar a lei. Em razão desse impasse, a validade do ato normativo foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional e dos atos normativos passíveis de serem editados pelo Chefe do Poder Executivo federal, o referido ato normativo:

- a) observados os demais requisitos exigidos, pode ser uma medida provisória, o que indica que o Poder Legislativo está errado;
- b) qualquer que seja a sua natureza jurídica, jamais poderia alterar a lei, produzida exclusivamente pelo Poder Legislativo, indicativo de que este último está certo;
- c) só poderia ser editado pelo Presidente da República, se houvesse delegação legislativa, o que não ocorreu, logo, o Poder Legislativo está certo;
- d) poderia ser um regulamento executório da lei, que deve necessariamente ajustá-la às conveniências da rotina administrativa, logo, o Poder Legislativo está errado;
- e) somente poderia ser um decreto autônomo, cuja edição é autorizada pela própria ordem constitucional, indicativo de que o Poder Legislativo está errado.

**Questão 76:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/ XXVII Exame/2018

Em determinado órgão integrante da administração pública federal, vinculado ao Ministério da Fazenda, foi apurado que aproximadamente 100 (cem) cargos estavam vagos. O Presidente da República, mediante decreto, delegou ao Ministro da Fazenda amplos poderes para promover a reestruturação do aludido órgão público, inclusive com a possibilidade de extinção dos cargos vagos.

Sobre a hipótese, com fundamento na ordem jurídicoconstitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente mediante lei em sentido formal é admitida a criação e extinção de funções e cargos públicos, ainda que vagos; logo, o decreto presidencial é inconstitucional por ofensa ao princípio da reserva legal.
- b) A Constituição de 1988 atribui exclusivamente ao Presidente da República a possibilidade de, mediante decreto, dispor sobre a extinção de funções ou cargos públicos, não admitindo que tal competência seja delegada aos Ministros de Estado.
- c) O referido decreto presidencial se harmoniza com o texto constitucional, uma vez que o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, sendo permitida a delegação dessa competência aos Ministros de Estado.
- d) A Constituição de 1988 não permite que cargos públicos legalmente criados, ainda que vagos, sejam extintos, ressalvada a excepcional hipótese de excesso de gastos orçamentários com pessoal; portanto, o Decreto presidencial é inconstitucional.

**Questão 77:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

Um jornal de grande circulação divulgou que João, Presidente da República, teria praticado uma série de condutas ilícitas, todas tecnicamente consideradas crimes de responsabilidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João, em casos como esse, deve ser processado e julgado:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Senado Federal;
- b) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados;
- c) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal;
- d) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados;
- e) pelo Senado Federal, após autorização do Supremo Tribunal Federal.

**Questão 78:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

O Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Senado Federal. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:

- a) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;
- b) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;
- c) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Superior Tribunal de Justiça;
- d) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;
- e) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

**Questão 79:** FGV - APPGG (CGM Niterói)/Pref Niterói/Gestão Governamental/2018

Em relação ao Presidente da República e às suas atribuições constitucionais, assinale V para a afirmativa **verdadeira** e F para a **falsa**.

( ) No caso de infrações penais comuns, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

( ) Compete ao Presidente da República a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

( ) O Presidente da República pode alterar a estrutura e extinguir órgãos públicos, desde que não haja aumento de despesa.

Na ordem apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – V.
- b) F – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – V – F.
- e) F – F – F.

**Questão 80:** FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2018

Determinado Ministro de Estado recebeu expediente administrativo contendo minuta de decreto, de sua área específica de atuação, que o Presidente da República pretendia editar com a maior rapidez possível.

Após analisar a minuta de decreto, o Ministério de Estado informou que não iria referendar o seu conteúdo por considerá-lo prejudicial ao interesse público.

À luz da narrativa acima e da forma estabelecida pela sistemática constitucional, é correto afirmar que a ausência do referendo do Ministro de Estado:

- a) não configura vício formal, já que não há previsão de referendo na ordem constitucional;
- b) é o certo, pois os atos do Presidente da República são referendados pelo povo;
- c) configura vício formal, já que previsto na ordem constitucional;
- d) exige que o Presidente submeta a minuta ao Conselho de Ministros;
- e) só configura vício formal no caso de decreto em matéria tributária.

**Questão 81:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

João, Juiz de Direito, após participar de concurso de remoção, tornou-se titular na Comarca X. Lá chegando, constatou que a Comarca Y, vizinha à X, tinha melhor estrutura, contando com diversos hospitais e escolas de ótima qualidade, do que carecia a Comarca X. Em razão desse quadro, solicitou ao órgão competente do respectivo Tribunal de Justiça autorização para residir na Comarca Y.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento de João:

- a) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular é obrigado a residir na respectiva comarca;

- b) pode vir a ser deferido pelo Tribunal de Justiça, que não está obrigado a tanto;
- c) não pode ser deferido, pois somente o Conselho Nacional de Justiça pode autorizar o juiz a residir em outra comarca;
- d) deve ser redirecionado ao Supremo Tribunal Federal, o qual, na condição de órgão de cúpula, apreciá-lo-á;
- e) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular pode residir onde melhor lhe aprouver, mesmo sem autorização.

**Questão 82:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2018

Determinado político de grande influência no Estado, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca em que residia, consultou o seu advogado sobre a possibilidade de ser requerida a remoção compulsória desse magistrado.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, o requerimento almejado:

- a) pode ser deferido, por motivo de interesse público, pelo respectivo tribunal ou pelo Conselho Nacional de Justiça;
- b) somente pode ser apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça, que é livre para deferi-lo, ou não;
- c) somente pode ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário;
- d) somente pode ser apreciado pelo respectivo tribunal, que é livre para deferi-lo, ou não;
- e) não encontra, em nenhuma hipótese, amparo na ordem constitucional.

**Questão 83:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

João, Juiz de Direito de entrância intermediária, concorreu à promoção por antiguidade. Embora fosse o mais antigo entre os concorrentes, o seu nome foi recusado pelo tribunal.

Considerando a sistemática constitucional de promoção por antiguidade, o tribunal:

- a) pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços dos seus membros, observados os demais requisitos;
- b) pode recusar o mais antigo pela unanimidade dos seus membros, observado o contraditório e a ampla defesa;
- c) pode recusar o mais antigo pela maioria dos seus membros, em razão de condenação em processo administrativo;

- d) pode recusar o mais antigo, estando sua decisão sujeita ao referendo do Conselho Nacional de Justiça;
- e) não pode recusar o mais antigo, que possui direito subjetivo à nomeação.

**Questão 84:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Licitação, Contratos e Convênios/Licitação, Contratos e Convênios/2018

A administração do Tribunal de Justiça foi informada de que Pedro, Juiz de Direito, que está no regular exercício da função há um ano, e Maria, servidora efetiva do Poder Judiciário há dois anos, teriam praticado infrações de extrema gravidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, a respeito da perda do cargo, que:

- a) Pedro e Maria somente poderiam perder seus cargos por decisão judicial em processo criminal;
- b) somente Maria poderia perder o cargo por decisão administrativa do órgão competente, não Pedro;
- c) somente Pedro poderia perder o cargo por decisão administrativa do órgão competente, não Maria;
- d) Pedro e Maria poderiam perder seus cargos por decisão administrativa do órgão competente;
- e) Pedro somente poderia perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

**Questão 85:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

As garantias atribuídas ao Judiciário possuem relevante papel no cenário da tripartição de Poderes, pois asseguram a necessária independência ao magistrado, que poderá decidir livremente, sem se abalar com qualquer tipo de pressão que venha dos outros Poderes.

De acordo com o texto das Constituições Estadual de Alagoas e Federal, os juízes gozam da garantia da:

- a) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- b) estabilidade, adquirida pelos magistrados após três anos de efetivo exercício, de maneira que, após tal período, só podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- c) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;

- d) irredutibilidade de vencimentos, com remuneração não superior a noventa por cento do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- e) autonomia financeira, cabendo-lhes promover a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta.

**Questão 86:** FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2018

Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina "Ciência Política."

Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:

- a) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
- b) apenas não pode filiar-se a partido político;
- c) não pode praticar nenhuma das condutas;
- d) apenas não pode exercer o magistério;
- e) pode praticar ambas as condutas.

**Questão 87:** FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Tramitação/2018

Em determinado processo cível, a Câmara julgadora do Tribunal de Justiça constatou a inconstitucionalidade da lei federal na qual o autor alicerçou o seu pedido.

À luz da sistemática constitucional e da constatação de que o Tribunal de Justiça é dividido em Órgão Especial e Câmaras julgadoras, é correto afirmar que:

- a) a Câmara julgadora não poderia negar-se a aplicar a lei federal;
- b) a decisão sobre a não aplicação da lei deveria ser tomada pelo voto de dois terços dos membros do Órgão Especial;
- c) a Câmara julgadora só poderia deixar de aplicar a lei pelo voto da maioria absoluta de seus membros;
- d) a decisão de não aplicar a lei deveria ser tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial;
- e) a Câmara julgadora só poderia deixar de aplicar a lei pelo voto de dois terços dos seus membros.

**Questão 88:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

A Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado Gama reconheceu, incidentalmente, pela unanimidade dos seus membros, a inconstitucionalidade da Lei Federal X, e deixou de aplicá-la no julgamento do recurso de apelação submetido à sua apreciação.

À luz da sistemática constitucional e considerando ter sido esse o primeiro acórdão proferido pelo Poder Judiciário brasileiro reconhecendo a inconstitucionalidade da Lei Federal X, o procedimento adotado pela Câmara está:

- a) certo, pois a inconstitucionalidade ainda não tinha sido reconhecida por nenhum órgão do Poder Judiciário;
- b) certo, pois a inconstitucionalidade foi reconhecida pela unanimidade dos desembargadores que a integram;
- c) errado, pois os órgãos do Tribunal de Justiça somente podem reconhecer a inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais;
- d) errado, pois a inconstitucionalidade deve ser reconhecida pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do respectivo Órgão Especial;
- e) errado, pois o processo deveria ter sido suspenso até que o Supremo Tribunal Federal se pronunciasse sobre a inconstitucionalidade.

**Questão 89:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Jurídica/2018

No curso de uma relação processual, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, ao analisar recurso de apelação interposto pela parte autora, constatou que o recorrente tinha requerido a aplicação da Lei Federal nº QR3/18, que fora considerada inconstitucional pelo juízo de primeiro grau em sua sentença.

Considerando a sistemática constitucional afeta ao controle difuso de constitucionalidade realizado pelos tribunais, é correto afirmar que a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

- a) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o Supremo Tribunal Federal analise a referida lei.
- b) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o pleno do Tribunal autorize a aplicação da lei.
- c) não pode negar-se a aplicar a lei federal, o que somente é possível no âmbito da Justiça Federal.
- d) pode reconhecer a inconstitucionalidade da referida lei e deixar de aplicá-la ao caso concreto.
- e) pode reconhecer a constitucionalidade da referida lei e aplicá-la ao caso concreto.

**Questão 90:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

[Clique Aqui e Conheça o Memorex MP RJ](#)

O Tribunal de Justiça do Estado Beta encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o entendimento do Chefe do Poder Executivo está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- b) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo;
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo;
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça;
- e) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.

**Questão 91:** FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa proferiu acórdão, em sede de apelação, que, no entender de uma das partes, seria frontalmente contrário à Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional e sendo preenchidos os demais requisitos exigidos, é possível a interposição de recurso extraordinário direcionado ao:

- a) Superior Tribunal de Justiça;
- b) Conselho Nacional de Justiça;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Tribunal Regional Federal;
- e) Conselho Constitucional.

**Questão 92:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV Exame/2018

O chefe do Poder Executivo do município Ômega, mediante decisão administrativa, resolve estender aos servidores inativos do município o direito ao auxílio-alimentação, contrariando a Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal.

Para se insurgir contra a situação apresentada, assinale a opção que indica a medida judicial que deve ser adotada.

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de questionar o decreto.
- b) Mandado de injunção, com o objetivo de exigir que o Poder Legislativo municipal edite lei regulamentando a matéria.
- c) Reclamação constitucional, com o objetivo de assegurar a autoridade da súmula vinculante.
- d) *Habeas data*, com o objetivo de solicitar explicações à administração pública municipal.

**Questão 93:** FGV - Ana (MPE AL)/MPE AL/Administrador de Banco de Dados/2018

Em ação ajuizada pelo Ministério Público, o Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso de apelação, julgou improcedente o pedido formulado. Após o exaurimento de todos os recursos nas instâncias ordinárias, a Instituição constatou que o acórdão violara frontalmente a Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional e, uma vez preenchidos os demais requisitos exigidos, o referido acórdão pode ser impugnado via

- a) recurso extraordinário, endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso especial, endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso extraordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação constitucional, endereçada ao Supremo Tribunal Federal.

**Questão 94:** FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

Tão logo foi noticiado o falecimento de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República recebeu comunicado, exarado por associação de classe, de que, escolhido o candidato pela Câmara dos Deputados e aprovado o nome pelo Senado Federal, ele seria nomeado pelo Presidente da República.

À luz da sistemática constitucional, o referido procedimento está errado, porque

- a) a escolha e a nomeação competem ao Presidente da República, enquanto a aprovação cabe ao Senado Federal.
- b) a escolha e a aprovação competem ao Presidente da República, enquanto a nomeação cabe ao Senado Federal.
- c) a escolha compete ao Presidente da República, a aprovação à Câmara dos Deputados e a nomeação ao Senado Federal.
- d) a escolha e a aprovação competem ao Senado Federal, enquanto a nomeação cabe ao Presidente da República.

e) a escolha compete ao Presidente da República, enquanto a aprovação e a nomeação cabem ao Senado Federal.

**Questão 95:** FGV - Ana Leg (ALERO)/ALERO/Processo Legislativo/2018

Após ampla apuração, constatou-se que João, Ministro de Estado, praticou crimes de responsabilidade.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que João será processado e julgado pelo

- a) Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Congresso Nacional.
- e) Senado Federal.

**Questão 96:** FGV - Cons Leg (ALERO)/ALERO/Assessoramento Legislativo/2018

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa confirmou sentença proferida pelo juízo de primeira instância em desfavor de Antônio. Exauridos os recursos cabíveis perante as instâncias ordinárias, o advogado de Antônio constatou que foi julgada lei local que fora corretamente contestada em face de lei federal.

Considerando a divisão de competências entre os órgãos jurisdicionais estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que o advogado de Antônio, preenchidos os demais requisitos exigidos, poderia interpor

- a) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 97:** FGV - AJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

O Juiz de Direito da Comarca Alfa proferiu sentença nitidamente contrária ao teor de súmula vinculante.

À luz da sistemática constitucional, o meio adequado para cassar a referida sentença, com a consequente determinação de que outra seja proferida, é:

- a) o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- b) o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça;
- c) o recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça;
- d) o recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal;

e) a reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

**Questão 98:** FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Jurídico/2018

A sociedade empresária HH ingressou com ação judicial para discutir a exigibilidade de crédito tributário, sendo intimada, pelo juízo, a promover o depósito prévio do valor objeto de discussão, o qual seria requisito de admissibilidade para o prosseguimento da demanda.

Por entender que essa determinação afrontava a ordem constitucional e a interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, solicitou que o seu advogado adotasse a medida mais adequada à solução célere da questão, de modo a evitar que a dúvida persistisse por longos anos até ser definitivamente julgada pela última instância competente.

O advogado ingressou, **corretamente**, com:

- a) mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça;
- b) recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça;
- d) reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça;
- e) reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.

**Questão 99:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/ XXVII Exame/2018

A Lei X do Município Sigma estabelece que, em certo bairro, considerado área residencial, fica vedada a instalação de mais de um centro empresarial de grandes proporções, com área superior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados) e que reúna, em suas dependências, mais de 10 (dez) lojas distintas.

Ante a existência de um estabelecimento comercial com tais características no bairro "Y", a administradora Alfa, visando abrir um shopping center no mesmo bairro, procura você, na qualidade de advogado(a), para obter esclarecimentos quanto à viabilidade deste empreendimento.

Diante da situação narrada, com base na ordem jurídicoconstitucional vigente e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Apenas a União tem competência para, por meio de lei e outros atos normativos, organizar o uso e a ocupação do solo; logo, apenas por esse motivo, a Lei X do Município Sigma é manifestamente inconstitucional.
- b) A Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência para promover o zoneamento urbano, mas a Lei X do Município Sigma, ao impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, ofende o princípio da livre concorrência.
- c) A Constituição da República de 1988 dispõe ser competência estadual e distrital promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e

controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, não podendo a lei do Município Sigma dispor sobre a matéria.

d) Compete privativamente à União dispor sobre o zoneamento urbano e legislar sobre Direito Civil e Comercial; logo, somente os Estados e o Distrito Federal poderiam ser autorizados, mediante lei complementar, a legislar sobre a matéria.

**Questão 100:** FGV - EspLM (CM Salvador)/CM Salvador/Advogado Legislativo/2018

Maria ficou surpresa com o teor de sentença proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca em um processo em que figurava como demandante, pois, além de manifestamente contrária à prova dos autos, era absurda. Para piorar o seu estado de ânimo, foi informada por uma amiga que o referido magistrado praticava diversas condutas eticamente reprováveis e estava fazendo com que os processos demorassem muito para serem julgados.

Na medida em que Maria decidiu levar os fatos ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que este órgão:

- a) apenas pode reformar a sentença caso constate que é contrária à prova dos autos e absurda;
- b) apenas pode adotar providências em relação às condutas eticamente reprováveis;
- c) apenas pode reformar a sentença e adotar providências em relação à demora dos processos;
- d) pode reformar a sentença e adotar providências em relação às infrações éticas e à demora dos processos;
- e) não pode reformar a sentença, mas pode adotar providências em relação às infrações éticas e à demora dos processos.



### GABARITO PORTUGUÊS

01) D 02) E 03) E 04) B 05) D 06) C 07) E 08) D 09) E 10) D  
11) A 12) E 13) E 14) A 15) D 16) E 17) C 18) B 19) E 20) A  
21) E 22) B 23) C 24) A 25) B 26) A 27) E 28) D 29) E 30) D

### GABARITO RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

01) C 02) C 03) B 04) D 05) D 06) D 07) D 08) D 09) E 10) C  
11) C 12) C 13) E 14) C 15) B 16) C 17) C 18) E 19) B 20) E  
21) B 22) B 23) E 24) C 25) D 26) B 27) E 28) E 29) E 30) E

### GABARITO INFORMÁTICA

01) C 02) D 03) E 04) B 05) A 06) C 07) A 08) C 09) A 10) C  
11) E 12) D 13) C 14) B 15) B 16) E 17) B 18) C 19) A 20) E  
21) B 22) A 23) B 24) C 25) A 26) C 27) E 28) B 29) D 30) D

### GABARITO DIREITO ADMINISTRATIVO

01) A 02) B 03) D 04) C 05) C 06) C 07) D 08) A 09) E 10) A  
11) E 12) D 13) A 14) B 15) D 16) A 17) A 18) C 19) A 20) A  
21) B 22) E 23) C 24) A 25) A 26) B 27) E 28) B 29) C 30) C  
31) B 32) A 33) A 34) D 35) D 36) D 37) D 38) A 39) C 40) D  
41) E 42) A 43) B 44) A 45) E 46) A 47) A 48) C 49) D 50) C  
51) C 52) D 53) E 54) C 55) C 56) C 57) B 58) A 59) C 60) B  
61) A 62) D 63) B 64) D 65) E 66) D 67) B 68) E 69) C 70) A  
71) B 72) B 73) C 74) C 75) D 76) E 77) D 78) B 79) D 80) A  
81) C 82) D 83) D 84) D 85) C 86) C 87) A 88) B 89) A 90) E  
91) A 92) E 93) E 94) C 95) B 96) A 97) E 98) C 99) C 100) B

### GABARITO DIREITO CONSTITUCIONAL

01) A 02) B 03) B 04) D 05) B 06) C 07) A 08) C 09) B 10) A  
11) C 12) E 13) C 14) E 15) C 16) C 17) B 18) B 19) A 20) C  
21) A 22) B 23) C 24) A 25) C 26) D 27) B 28) B 29) B 30) B  
31) D 32) E 33) D 34) E 35) C 36) C 37) E 38) B 39) A 40) B  
41) C 42) B 43) C 44) B 45) B 46) C 47) C 48) C 49) C 50) A  
51) D 52) B 53) D 54) D 55) E 56) E 57) D 58) D 59) B 60) E  
61) C 62) E 63) D 64) E 65) A 66) C 67) D 68) B 69) E 70) C  
71) D 72) A 73) B 74) C 75) A 76) C 77) B 78) E 79) E 80) C  
81) B 82) A 83) A 84) D 85) C 86) B 87) D 88) D 89) E 90) A  
91) C 92) C 93) A 94) A 95) C 96) A 97) E 98) E 99) B 100) E